

Carla Daniella Teixeira Girard • Heider Carlos Matos
[Organizadores]

MÍDIA CULTURA E PERSUASÃO

discurso midiático durante a
Pandemia do Coronavírus



C974 Cultura, mídia e persuasão: discurso midiático durante a pandemia
1.ed. da corona-vírus [recursos eletrônico] / [org.]. Carla Daniella
Teixeira Girard, Heider Carlos Matos. – 1.ed. –
Curitiba, PR: Bagai, 2020.
Recurso digital.

Formato: e-book

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: word wide web

ISBN: 978-65-87204-47-5

1. Cultura. 2. Mídia. 3. Pandemia do coronavírus. 4. Persuasão.
I. Girard, Carla Daniella Teixeira. II. Matos, Heider Carlos.

9-2020/71

CDD 701

CDU 700

<https://doi.org/10.37008/978-65-87204-47-5.28.9.20>

1.^a Edição - Copyright© 2020 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do seu (s)
respectivo (s) autor (es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema
de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor (es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa</i>	Jhonny Alves dos Reis
<i>Diagramação</i>	Jhonny Alves dos Reis
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote - UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco - UNOCHAPECÓ Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado - FMP Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dr. Ademir A Pinhelli Mendes - UNINTER Dra. Camila Cunico - UFP Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dra. Elisângela Rosemeri Martins - UESC Dr. Ernane Rosa Martins - IFG Dr. Helio Rosa Camilo - UFAC Dr. Juan Eligio López García - UCF-CUBA Dra. Larissa Warnavin - UNINTER Dr. Marciel Lohmann - UEL Dr. Márcio de Oliveira - UFAM Dr. Marcos A. da Silveira - UFPR Dr. Marcos Pereira dos Santos - UEPG Dra. Maria Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dr. Reginaldo Peixoto - UEMS Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto - UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Tiago Eurico de Lacerda - UTFPR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO - MOÇAMBIQUE Dr. Willian Douglas Guilherme - UFT Dr. Yoissell López Bestard - SEDUCRS

Carla Daniella Teixeira Girard
Heider Carlos Matos
(Organizadores)

CULTURA, MÍDIA E PERSUAÇÃO
discurso midiático durante a Pandemia
do Coronavírus



APRESENTAÇÃO

Este livro surgiu da necessidade e da inquietação de se discutir o comportamento midiático durante o período da Pandemia do Novo Coronavírus. O resultado foi um material multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar que analisa diversos eixos da sociedade sob múltiplas visões. O primeiro capítulo Daniela Rezende de Oliveira e Klauss Carvalho de Malta trazem como temática A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE SAÚDE COMO CONSEQUÊNCIA DA DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. Em seguida, Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa faz CONSIDERAÇÕES ANTROPOFILOSÓFICAS SOBRE A (PÓS) MODERNIDADE, NEGACIONISMO, CIÊNCIA E A COVID-19 no segundo capítulo da obra, a fim de fazer um diálogo com as ciências humanas e o direito em épocas da chamada pós-modernidade. Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini, brilhantemente trata no terceiro capítulo da PAUTA MIDIÁTICA E O TRATAMENTO DA COVID-19: ESTUDO DE CASO DAS POSTAGENS DO UOL NOTÍCIAS NA PLATAFORMA TWITTER o autor levanta a hipótese de que, embora tenha havido atenção da grande mídia brasileira em relação a este tema, suas abordagens foram pouco informativas. No quarto capítulo, Pauline Freire Pimenta traz como temática. ORIENTAÇÕES DA ONU MULHERES SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO¹² NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA. A autora analisa de que maneira o discurso midiático foi utilizado pela Onu Mulheres para promover a igualdade de gênero nas mídias sociais, com o objetivo de alcançar um grande número de pessoas. De forma subsequente, Denise Maia Pereira Laurindo, no quinto capítulo, debate a REPRESENTAÇÃO MULTIMODAL DE CHARGE NO CONTEXTO PANDÊMICO. O objetivo desta pesquisa centra-se em analisar a verbo-visualidade de uma charge, verificando os recursos multimodais com base em Kress e van Leeuwen (2006) baseado à luz da teoria sistêmico-funcional. Josué Teixeira Neto e Jeniffer Lopes Batista tratam da INFODEMIA: O EXCESSO DE INFORMAÇÕES E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. Luiz Felipe Zago e Cristianne Famer Rocha esboçam algumas articulações sobre PANDEMIAS DE SIGNIFICAÇÕES E DE TRANSFORMAÇÕES: AIDS E COVID-19. Em seguida, Vera Lúcia Viana de Paes e Arlete Ribeiro Nepomuceno trabalham a CRÍTICA SOCIAL DO GÊNERO CHARGE NA VISÃO SOCIOSSEMIÓTICA FUNCIONALISTA. O objetivo foi demonstrar a aplicação prática das funções da linguagem no gênero charge, como atividade

sociossemiótica, que promove uma crítica social em relação às pessoas em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia de Coronavírus. Por fim, Heider Carlos Matos, Carla Daniella Teixeira Girard e Luiz Felipe Zago, fazem uma análise sob o título: PEDAGOGIAS CULTURAIS E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE AS PANDEMIAS DE AIDS, ZIKA E COVID-19.

Ademais, espera-se também que o presente livro venha agregar potenciais informações, conhecimentos e saberes científicos a todas as áreas e subáreas da Comunicação Social, Tecnologia, Mídias e Redes Sociais, Estudos Culturais, Antropologia, Filosofia, Saúde e Movimentos Sociais. Excelentes leituras, pesquisas e produções científicas a todos e todas! Eis, pois, o que sinceramente almejam os(as) coautores(as) desta magnífica obra acadêmica, científica e cultural. Por ora é só. Sem mais delongas, cabe-nos somente as despedidas. Cordial abraço!

Heider Carlos Matos

Carla Daniella Teixeira Girard

SUMÁRIO

A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE SAÚDE COMO CONSEQUÊNCIA DA DISSEMINAÇÃO DE <i>FAKE NEWS</i> DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.....	7
---	----------

Daniela Rezende de Oliveira

Klauss Carvalho de Malta

CONSIDERAÇÕES ANTROPOFILOSÓFICAS SOBRE A (PÓS) MODERNIDADE, NEGACIONISMO, CIÊNCIA E A COVID-19.....	17
--	-----------

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa

PAUTA MIDIÁTICA E O TRATAMENTO DA COVID-19: ESTUDO DE CASO DAS POSTAGENS DO UOL NOTÍCIAS NA PLATAFORMA TWITTER.....	29
--	-----------

Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini

ORIENTAÇÕES DA ONU MULHERES SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA.....	40
--	-----------

Pauline Freire Pimenta

REPRESENTAÇÃO MULTIMODAL DE CHARGE NO CONTEXTO PANDÊMICO..	50
---	-----------

Denise Maia Pereira Laurindo

INFODEMIA: O EXCESSO DE INFORMAÇÕES E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	60
--	-----------

José Teixeira Neto

Jeniffer Lopes Batista

PANDEMIAS DE SIGNIFICAÇÕES E DE TRANSFORMAÇÕES: AIDS E COVID-19..	71
--	-----------

Luiz Felipe Zago

Cristianne Famer Rocha

CRÍTICA SOCIAL DO GÊNERO CHARGE NA VISÃO SOCIOSSEMIÓTICA FUNCIONALISTA	82
---	-----------

Vera Lúcia Viana de Paes

Arlete Ribeiro Nepomuceno

PEDAGOGIAS CULTURAIS E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE AS PANDEMIAS DE AIDS, ZIKA E COVID.....	93
---	-----------

Heider Carlos Matos

Carla Daniella Teixeira Girard

Luiz Felipe Zago

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	104
------------------------------------	------------

A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE SAÚDE COMO CONSEQUÊNCIA DA DISSEMINAÇÃO DE *FAKE NEWS* DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Daniela Rezende de Oliveira¹

Klauss Carvalho de Malta²

INTRODUÇÃO

O termo *autonomia* indica a propriedade humana de dar-se suas próprias leis, ou ainda, “poder exercido com absoluta independência do sujeito” (MARCHI; SZTAJN, 1998, p.39). É a “capacidade de pensar, decidir e agir; com base em tal pensamento e decisão, de modo livre e independente” (ALMEIDA, 2002, p. 56). Indivíduo autônomo é aquele que tem capacidade de tomar decisões e agir livremente, e de acordo com a sua consciência.

A autonomia indica a condição de quem tem competência para gerir a sua própria vida e é um conceito intrinsecamente vinculado à ideia de liberdade (independência a condicionamentos externos) e da vontade (a ação, no sentido de capacidade volitiva intencional). O exercício da autonomia também acarreta ao sujeito algumas obrigações, como o dever de respeitar a autonomia dos seus semelhantes e o dever de assumir a responsabilidade por suas decisões e atos. Isto significa que a autonomia pressupõe a liberdade de escolha e, também, a responsabilidade pela decisão adotada (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2000, p. 44-45).

Além disso, a autonomia é uma faculdade humana relacionada a ideia de ética, porque pressupõe o exercício pleno da racionalidade e da liberdade, bem como o reconhecimento e respeito à igualdade e dignidade de todos os membros da sociedade, evitando causar males ou prejuízos aos outros cidadãos.

Baseando-se nesse raciocínio, no contexto bioético, a autonomia assume um caráter principiológico que prescreve que todo indivíduo tem o dever de respeitar a autonomia de seus semelhantes. Por isso, no que se refere à saúde humana, o princípio da autonomia é tema central no diálogo bioético, porque

¹ Doutoranda e Mestre em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Direito. Bolsista do Programa de Fomento à Pesquisa da CAPES. E-mail para contato: danifilodir@yahoo.com.br

² Bacharel em Direito pela UNA – Campus Bom Despacho/MG. Professor e *coaching* de oratória. E-mail para contato: klaussmalta@hotmail.com

todas as decisões e ações adotadas pelos profissionais da saúde pressupõem a existência do consentimento livre e esclarecido do paciente (ou usuário dos serviços de saúde)³. Desse modo, a ideia de autonomia acarreta uma série de implicações e questionamentos acerca da atuação dos profissionais da área da saúde, uma vez que o respeito à autonomia do paciente deve ser harmonizado com o dever de responsabilidade que esses profissionais assumem em relação àquele.

Durante uma pandemia, como é o caso da pandemia do Coronavírus, a relação médico-paciente, bem como a atuação de todos os profissionais da saúde, fica extremamente prejudicada quando há a disseminação de notícias falsas (*fake news*) nas mídias digitais e demais veículos de informação, uma vez que tais notícias reduzem a capacidade de discernimento, reflexão crítica e tomada de decisões de uma grande parcela da sociedade – em especial, quando há informações falsas ou equivocadas sobre as formas de contaminação, prevenção, tratamento e cura de uma doença ou enfermidade.

O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA E A ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

No âmbito da bioética médica (e da saúde), o reconhecimento e o respeito à autonomia do paciente (usuário dos serviços de saúde) pressupõe o respeito a sua liberdade de escolhas e tomada de decisões. O respeito ao princípio da autonomia deve ser fundamento para toda conduta ética dos profissionais da área da saúde. É nesse sentido que Fortes (1998, p. 39-40) afirma que os profissionais da saúde têm a obrigação moral de respeitar a liberdade e o direito do paciente de deliberar, de forma independente e sem interferências condicionantes, sobre o tratamento de saúde a que, hipoteticamente, poderá lhe ser indicado (ou ainda, medicação ou qualquer procedimento clínico ou terapêutico).

Respeitar a autonomia do paciente é antes de tudo reconhecer a sua dignidade, motivo pelo qual os profissionais da saúde devem atuar de acordo com os interesses e liberdade dos pacientes (LEPARGNEUR, 2002, p. 177-182). Além disso, necessário destacar que na relação entre profissional e paciente há direitos e deveres para ambas as partes, bem como a obrigação de que cada um assuma a responsabilidade pelos seus atos e decisões. Ao respeitar a autonomia

³ Neste texto, o termo *paciente*, ou *usuário dos serviços de saúde*, se refere não só apenas ao sujeito passivo da relação médico-paciente, mas também, a todo sujeito participante (voluntário, ou não) das pesquisas biotecnológicas envolvendo seres humanos ou em tratamento/acompanhamento com os diversos profissionais da área de saúde. Ressalte-se, também, que a expressão *relação médico-paciente* deve ser entendida como a relação entre um indivíduo (sujeito passivo) e o profissional da área da saúde.

do paciente, o médico (ou outro profissional da saúde) não está isento de sua responsabilidade, mas o paciente assume a “responsabilidade compartilhada” (ALMEIDA, 2002, p. 64-67), uma vez que escolheu livremente as condições para a realização de seu tratamento. Na realidade, a relação médico-paciente é uma relação contratual, o que pressupõe a existência de direitos e obrigações para ambas as partes, sendo que o médico “não pode prescindir das decisões do paciente, sempre que este se encontra em condições normais para adotá-la” (CLOTET, 1995, p. 358).

Para que o paciente possa decidir e agir com autonomia e responsabilidade, é imprescindível que lhe sejam garantidas todas as informações necessárias para a tomada de sua decisão, de modo que a mesma seja livre e consciente – é o que, em bioética médica, se entende por consentimento livre e esclarecido.⁴ Desse modo, correlato ao princípio da autonomia, o princípio do consentimento livre e esclarecido do paciente consiste na autorização, ou ainda, permissão que o paciente dá ao profissional da saúde para intervir em seu organismo, a fim de realizar procedimentos clínicos ou terapêuticos.

Para que o consentimento do paciente seja considerado válido, é necessário que a decisão seja tomada de forma livre, intencional e consciente, e ainda, que o indivíduo seja capaz para tanto (competência)⁵. O consentimento do paciente não pode ser obtido mediante coação (física, psíquica ou moral) ou por quaisquer meios que obstruam o exercício de sua liberdade de consciência e decisão. Assim, voluntariedade, informação, entendimento e competência (capacidade) constituem os elementos que compõem o consentimento livre e esclarecido (MUÑOZ; FORTES, 1998, p. 65).

Diante disso, a informação é um dever do profissional de saúde, e sua inobservância acarreta consequências éticas e punições legais, tendo em vista que a ausência de informações não possibilita que o paciente obtenha esclarecimento sobre sua saúde, impedindo a tomada de decisões autônomas.

Necessário, também, que o profissional informe ao paciente quanto aos riscos mais comuns de cada terapêutica (ou ainda, intervenção cirúrgica ou terapia experimental), inclusive, alertando-o acerca da possibilidade de

⁴ A expressão *consentimento informado* foi utilizada pela em uma sentença judicial foi no caso Salgo v. Leland Stanford Jr University Board of Trustees, em 1957, na Califórnia. Consta que o paciente Martin Salgo, de 55 anos, sofria de arteriosclerose e submeteu-se a uma aortografia diagnóstica. O procedimento foi feito sob anestesia e com o uso de contrastes. Contudo, ao acordar no dia seguinte, o paciente descobriu que seus membros inferiores ficaram paralisados. O juiz da Corte ressaltou que o médico viola o direito do paciente quando não informa qualquer fato necessário ao livre e consciente consentimento racional do paciente. A decisão ressaltou que o médico deve esclarecer plenamente o paciente acerca dos fatos necessários para que seja dado um *consentimento informado*. (Cf.: POLAND, 1997, p. 193-194).

⁵ Na atuação médica, considera-se capaz e apto para dar seu consentimento todo indivíduo que possua discernimento suficiente para recusar, consentir ou estabelecer suas próprias preferências. De maneira que, ao contrário do Direito, na prática clínica, o limite da capacidade não pode ser tecnicamente estabelecido, sendo cada pessoa avaliada no momento da tomada da decisão e, individualmente, pelo próprio profissional da saúde.

ocorrência de algum risco residual (complicações raras, que não são comuns de se apresentar durante um tratamento ou cirurgia). Assim, o paciente deve estar consciente dos riscos e benefícios que cada tratamento poderá lhe trazer, e assim, deliberar acerca da solução que melhor lhe convier (SOUZA, 2008, p. 76-77). Além disso, as informações fornecidas pelo profissional de saúde não podem ser falseadas ou incompletas, sob pena de comprometer a liberdade de escolha e decisão do paciente.

DIREITO À INFORMAÇÃO, MÍDIAS DIGITAIS E AUTONOMIA HUMANA

A informação, entendida como coleta de dados, instruções, notícias e até conhecimento, é necessidade inerente ao ser humano, devido a sua racionalidade e sociabilidade. Na atualidade, em que se vivencia a “era da informação”, o acesso às notícias, fatos e acontecimentos, bem como ao conhecimento se faz de maneira muito mais rápida e fácil do que a algumas décadas atrás. Além dos meios tradicionais de disseminação de notícias e informações (como por exemplo: a imprensa escrita, o rádio e a televisão), agora existem as mídias digitais e as redes sociais que transmitem e disseminam informações e notícias em alta velocidade, por vezes, de uma forma quase que instantânea.

Contudo, justamente em razão da velocidade e alcance social das informações transmitidas por meio das mídias digitais (e redes sociais) é que se faz necessário ter atenção e cautela acerca do conteúdo que é transmitido e repassado por esses diversos meios de comunicação, principalmente porque é por meio da informação que o conhecimento é formado.

O acesso à informação correta e adequada não é apenas base para o conhecimento, mas um direito humano fundamental. Nesse sentido, o direito à informação, de acordo com o art. 5.º, incisos IV, XIV e XXXIII, da Constituição da República do Brasil de 1988 (CRB/88), deve ser entendido como o direito às informações adequadas, corretas e verossímeis, que possam garantir não apenas a formação do conhecimento, mas o desenvolvimento da autonomia humana e liberdade de pensamento e escolha. Ele pode ser exercido de forma ampla, pois ninguém pode ser impedido ou proibido de se informar ou de buscar o conhecimento. Em outras palavras, o direito à informação compreende, também, a liberdade ao acesso à informação (GRANDINETTI, 1999, p. 17-18).

Além disso, o direito à informação pressupõe não apenas o direito de receber informação, mas também, o direito (e dever) de informar correta e adequadamente os outros membros da sociedade – ou seja, o direito de informar e de ser informado.

O direito de informar pode ser exercido, a princípio, sem nenhuma censura por parte do Estado ou sociedade. Ele constitui uma faculdade (escolha) de todo cidadão, e está intrinsecamente relacionado com os direitos à liberdade de pensamento e de expressão, bem como o direito ao acesso aos meios para que a informação seja transmitida. Contudo, o exercício do direito de informar não é ilimitado, uma vez que não pode ultrapassar os limites da dignidade da pessoa humana e nem causar prejuízos à ordem e paz social (BITTENCOURT, 2008, p. 67-68).

Contudo, o direito de informar, ao contrário do direito à informação, não é um direito de natureza individual, mas coletiva. A natureza coletiva desse direito se dá pelo fato de que o direito à informação só pode ser garantido e efetivamente exercido se o cidadão, ao acessar as informações presentes nos diversos meios de comunicação, puder receber informações e dados adequados e verossímeis, de modo que possa formar o seu conhecimento livre de falsidades, engodos ou manipulações discursivas. O exercício abusivo do direito de informar, no intuito de desinformar ou causar prejuízos aos membros da sociedade, constitui uma grave violação ao direito à liberdade de expressão (PEREIRA, 1987, p. 15). Portanto, para que o direito à informação seja efetivamente garantida não basta o amplo acesso à informação, tendo em vista que é essencial que as informações divulgadas e transmitidas sejam corretas, adequadas e de fácil compreensão, de modo que o cidadão possa utilizá-las de forma consciente e responsável.

Na atualidade, as novas mídias digitais (bem como, as redes sociais) constituem a maior fonte de acesso à informação da população em geral, sendo que as notícias e informações obtidas por esses meios são divulgadas e repassadas com enorme velocidade. Contudo, ao se compartilhar o conteúdo noticiado ou informado, os indivíduos nem sempre verificam quais os critérios de veracidade e nem a procedência (origem/fonte) dessas informações. Daí, percebe-se que parte do conhecimento compartilhado por meio dos meios de comunicação, sobretudo pelas mídias digitais ou redes sociais, é falso ou equivocado, provocando graves violações aos direitos à informação, à liberdade de consciência e à dignidade humana.

Essa extensa divulgação de notícias que não são verdadeiras (total ou parcialmente), ou ainda, informações verdadeiras, mas maliciosamente ou equivocadamente manipuladas e disseminadas é o que se denomina de *fake news* (FERRARI, 2018, p. 19-20). Frequentemente, as *fake news* são criadas e disseminadas com a clara intenção de confundir a população, ou mesmo, de desinformá-la, uma vez que guardam os mais variados objetivos, como por exemplo: de natureza política, social, racial, científica, bem como com a simples

intenção de causar pânico ou instabilidade na ordem social (MORETZSOHN, 2017, p. 299-302).

Fato é que a disseminação de *fake news* nos diversos meios de comunicação, e mais especificamente, por meio das mídias digitais e redes sociais, seja ela de maneira intencional ou não, gera uma enorme insegurança informativa na sociedade, e não raro, causam graves prejuízos ao exercício consciente e responsável da autonomia humana (seja ela individual ou coletiva). Esses prejuízos são ainda maiores quando essas informações falsas ou incompletas se referem a questões relacionadas à vida, à saúde e ao bem estar social, pois impedem que as instituições e profissionais da área da saúde exerçam suas funções de maneira adequada e eficiente.

Nesse sentido, para que a disseminação das *fake news* seja evitada, é necessário que as notícias e informações recebidas pelas mídias digitais e redes sociais sejam analisadas de forma crítica, procurando-se saber qual a base científica do conteúdo transmitido, além da procedência da informação. Vale lembrar que não basta que o indivíduo tenha acesso à informação, mas que a informação divulgada seja adequada, completa e passível de ser compreendida, de modo que ele possa exercer conscientemente a sua liberdade. Além disso, cabe ao Estado desenvolver e implantar políticas públicas capazes de combater ou coibir a disseminação de *fake news*, impedindo que os direitos à informação e à liberdade (de consciência e expressão) sejam violados e danos à sociedade sejam evitados.

O DIREITO À SAÚDE E AS *FAKE NEWS* DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

O art. 196 da Constituição da República brasileira de 1988 estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos”, além de ser garantido, também, o “acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” do indivíduo. Trata-se, pois, de um direito fundamental, de natureza pública subjetiva, sendo indisponível e amplamente assegurado a todos os cidadãos. Esse direito social fundamental está diretamente ligado ao direito à vida, e determina que Estado e sociedade são responsáveis pela saúde (individual e coletiva), tanto no que se refere a prevenção quanto ao tratamento de doenças e enfermidades (físicas, psíquicas, morais ou sociais).

Para que o direito à saúde seja exigido e efetivamente aplicado, é necessário que a sociedade também tenha amplo acesso à informação (correta, completa e adequada), de modo que possa ter ciência de quais os melhores meios de

prevenção e tratamento aos diversos tipos de doenças e enfermidades. Sem a divulgação de informações e conhecimentos precisos e adequados acerca dos diversos temas relacionados à saúde (individual e coletiva), não é possível que o indivíduo possa exercer a sua liberdade com autonomia (consciência e responsabilidade) e nem garantir que o seu direito à saúde – e à vida – seja reconhecido e preservado.

A utilização das mídias digitais e das redes sociais para a divulgação e disseminação de *fake news* relacionadas ao Coronavírus (bem como a COVID 19), tem gerado inúmeros prejuízos e danos à saúde pública, uma vez que a desinformação e/ou a insegurança informativa propagada pelas falsas notícias (seja pela sua incorreção, incompletude ou ardilosa manipulação) afetam diretamente a capacidade de exercício da autonomia do cidadão, sobretudo daqueles acometidos pela doença. Além disso, essa prática interfere negativamente na atuação dos profissionais da saúde, e ainda, contribuem para que a pandemia se estenda por muito mais tempo.

Para se ter uma noção da quantidade e velocidade de propagação das *fake news* relacionadas a pandemia do Coronavírus, bem como dos graves prejuízos que essas ações podem provocar, o governo brasileiro, mais especificamente o Ministério da Saúde criou o programa “Saúde sem fake news” que é um portal destinado ao recebimento e envio de mensagens instantâneas, via WhatsApp, para combater as chamadas *fake news* sobre saúde, em que qualquer cidadão pode enviar gratuitamente mensagens com imagens ou textos que tenha lido nas mídias digitais ou recebido nas redes sociais para confirmar se a informação procede (ou seja: se é verdadeira ou falsa). E, de acordo com os dados disponibilizados no referido portal, diariamente são realizadas inúmeras denúncias relativas a disseminação de *fake news* sobre o Coronavírus, em que são denunciadas falsas notícias sobre tratamentos, formas de prevenção e de contágio, etc..⁶

A criação e disseminação de *fake news* durante a pandemia do Coronavírus têm gerado muitos problemas e danos à saúde pública, pois ao invés de informar a sociedade, elas geram pânico e instabilidade social no que se refere às práticas necessárias para a prevenção da doença ou ao seu adequado tratamento. Além disso, a incorreção ou manipulação (maliciosa ou não) das informações transmitidas impedem que os pacientes acometidos pelo Coronavírus busquem tratamento de saúde adequado, ou ainda, que exerçam a sua autonomia de forma consciente e responsável. Ao acreditar nas informações presentes nas *fake news*, esses pacientes decidem adotar medidas ou tratamentos de saúde ineficientes ou não recomendados, interferindo diretamente e equivocadamente na atuação dos profissionais da saúde.

⁶ Saúde sem fake news - <http://portalms.saude.gov.br/fakenews>

É evidente que as *fake news* reduzem consideravelmente a autonomia do paciente que, após receber e acreditar nessas informações obtidas nas mídias digitais ou redes sociais, tornando-se incapaz de manifestar a sua vontade de forma livre e consciente, pois diante da desinformação (ou, insegurança informativa), ele não é capaz de alcançar o esclarecimento e discernimento do que lhe foi transmitido pelo profissional da saúde para a tomada autônoma de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico e o desenvolvimento de novas mídias digitais e redes sociais permitiu que o direito à informação fosse ampliado, de modo que o acesso às notícias, informações e até ao conhecimento seja alcançado pela maior parte da população. Contudo, a disseminação e acesso à informação não é suficiente para garantir que a população seja efetivamente informada, pois nem sempre é possível verificar ou controlar a correção, veracidade e adequação do conteúdo que está sendo transmitido. Assim é que, a rápida propagação de uma enorme quantidade de *fake news* – seja em razão da informação estar incorreta, incompleta, falseada ou manipulada – acaba gerando graves danos e prejuízos à sociedade (seja na esfera política, econômica, social ou individual), provocando a insegurança informativa, e não raro, a desinformação. O uso inadequado e malicioso das mídias digitais e redes sociais para a divulgação e compartilhamento de notícias falsas (ou falseadas) violam diretamente os direitos fundamentais (em especial, os direitos à informação, à liberdade de consciência e expressão, e a dignidade da pessoa humana), impedindo a plena participação do cidadão nas questões e interesses da vida política.

Em períodos de pandemia, como a vivenciada durante a pandemia do Coronavírus, a disseminação acelerada e constante de *fake news* acarreta não apenas danos à saúde pública, como também interfere diretamente na autonomia dos usuários dos serviços de saúde que têm sua autonomia reduzida pela ausência de informações (e conhecimentos) necessárias a uma tomada de decisão adequada a sua saúde (e também, da saúde coletiva). Nesse contexto, os cidadãos são impedidos de usufruir de seus direitos, e por vezes, são influenciados a propagar a contaminação da doença, ao invés de tentar preveni-la ou eliminá-la.

Ademais, para além dos prejuízos à saúde pública e individual, a desinformação é capaz de impedir que os profissionais da saúde exerçam a sua função de forma adequada e eficaz, uma vez que, não raro, são ameaçados e impedidos de atuar conforme as determinações éticas exigidas por suas profissões, ou ainda, pelo receio de serem injustamente acusados de violar os direitos à saúde e vida de seus pacientes.

Nesse entendimento, no intuito de garantir o amplo acesso e fruição do direito à saúde, é imprescindível que Estado e sociedade atuem de forma ativa na tentativa de coibir ou minimizar a disseminação de *fake news* relativas à saúde (individual ou coletiva) – em especial, em um contexto de pandemia de Coronavírus, pela qual o mundo está sendo atingido.

Ainda, no que se refere a postura dos cidadãos, não basta apenas buscar as informações nas mídias digitais e/ou outros meios de comunicação, sendo necessário recebê-las de forma crítica, investigando a sua origem e verificando se elas foram transmitidas com base em conhecimentos científicos. Além disso, o exercício da autonomia e da liberdade (de consciência e expressão) pressupõe, também, o dever de responsabilidade pelas informações que são repassadas sem uma prévia análise e verificação de veracidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcos. Comentário sobre os princípios fundamentais da bioética. In: PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de (org.). **Fundamentos da bioética**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa. **Curso de Direito Constitucional**. 2ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2008.
- CLOTET, Joaquim. **Bioética: desafio e atualidade**. In: *Veritas*. Porto Alegre, v. 35, n. 139, set. 1995.
- FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC, 2018.
- FORTES, Paulo Antônio de Carvalho. Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais: tomada de decisões, autonomia e direitos do paciente. Estudo de casos. São Paulo: EPU, 1998.
- GRANDINETTI, Luiz Gustavo. **Direito de informação e liberdade de expressão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- LEPARGNEUR, Hubert. A dignidade humana, fundamento da bioética e seu impacto para a eutanásia. In: PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de (org.). **Fundamentos da bioética**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2002, p. 171-185.
- MARCHI, Maria M., SZTAJN, Rachel. Autonomia e heteronomia entre profissional de saúde e usuário dos serviços de saúde. In: **Revista Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, v. 6, n. 1, 1998, p. 38-43.
- MORETZSOHN, S, D. Uma legião de imbecis: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. In: **LIINC em Revista**, v. 13, n. 2, 2017, p. 294-306.
- MUÑOZ, Daniel Romero, FORTES, Paulo Antônio de Carvalho. O princípio da autonomia e o consentimento livre e esclarecido. In: COSTA, Sérgio I. Ferreira; OSELKA, Gabriel; GARRAFA, Volnei (coord.). **Iniciação à bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.

PEREIRA, Moacir. **A democratização da comunidade e o direito à informação na constituinte**. São Paulo: Global, 1987.

PESSINI, Léo, BARCHIFONTAINE, Christian Paul de. **Problemas atuais de bioética**. São Paulo: Loyola, 2000.

POLAND, S. M. Landmark. Legal Cases. In: **Bioethics**. Kennedy Institute of Ethics Journal, 1997, v 7, n.2, p. 193-194.

SOUZA, Tadeu Carama. Erro médico e consentimento informado. In: **Revista Jurídica Empresarial**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, jul./ ago. 2008, p. 77-87.

CONSIDERAÇÕES ANTROPOFILOSÓFICAS SOBRE A (PÓS) MODERNIDADE, NEGACIONISMO, CIÊNCIA E A COVID-19

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa⁷

INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende tecer considerações filosóficas, a fim de fazer um diálogo com as ciências humanas e o direito em épocas da chamada pós-modernidade, um ponto onde os discursos exaltados cada vez acreditam menos na ciência, e as pessoas se baseiam em opiniões sem fundamento. Sobretudo quando vemos que boa parte desse discurso anti-científico é crescente em focos de poder que utilizem o fundamentalismo religioso, sobretudo o cristão protestante para fazer um discurso anti ciência. Visa apontar certas situações para explicar filosoficamente algo que estamos vivendo.

A percepção da realidade na nova sociedade da cybercultura e nas simples conversas de rua prova uma coisa: Bruno Latour, filósofo e antropólogo francês estava certo: jamais fomos modernos. Isso porque o conceito de modernidade implica em tese a confiança na ciência em seus peritos. No entanto é crescente o número de pessoas que, apesar do alto número de informação não acredita nas informações científicas. Uma rasa volta nos produtos da cybercultura, as redes sociais, vê-se o questionamento sobre doenças, teorias conspiratórias sem nenhum fundamento e alto número de descrença da ciência.

Sobretudo quando vemos que boa parte desse discurso anti-científico é crescente em focos de poder que utilizem o fundamentalismo religioso, sobretudo o cristão protestante para fazer um discurso anti ciência.

Em termos de uma crise global de saúde como o COVID-19 tais discursos, que estão ligados ao mercado e sua força, são extremamente perigosos.

Há certas relações entre a modernidade e o fundamentalismo religioso. Em primeiro lugar não é fácil definir o que é modernidade, mesmo porque se vive nesse momento histórico. Fica muito mais fácil analisar a antiguidade porque vive-se fora dela, o mesmo para a idade média, mas é muito difícil analisar o momento histórico no qual se vive. Esta metodologia de descrição e análise da experiência implica um ideal positivista da neutralidade e do dis-

⁷ Antropólogo, Advogado, filósofo e mestre em Filosofia pela UNESP, Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenador do curso de direito na FACOL – joebarduzzi@yahoo.com.br

tanciamento “científico” do observador relativamente ao objeto para investigar a verdade “pura”.

O próprio projeto e conhecimento racionalista era uma opinião de pessoas (cientistas), que simplesmente acharam que assim estaria atrás de uma verdade pura. O projeto de conhecimento do positivismo era propor a ciência como único aspecto verdadeiro de dizer o que é ou não verdade (MORIN, 1983). Isso é chamado de dimensão ética da ciência construída e europeizada.

A MODERNIDADE NA HISTÓRIA, NA RAZÃO E NA RELIGIÃO

Não é fácil localizar a modernidade na história, vários autores divergem, alguns dizem que começou com a invenção dos estados-nação, outros com queda da bastilha, outros dizem que foi com a invenção da máquina a vapor de James Watt, mas a maioria das escolas históricas está de acordo que começo com as grandes navegações e a queda de Constantinopla (REIS, 2006). Modernidade é a denominação de um conjunto de fenômenos sociais e é também o resultado de uma série de eventos marcantes no mundo ocidental ocorridos nos últimos quinhentos anos, aproximadamente.

Mais do que uma focalização e um ponto fixo na história a modernidade é uma condição humana, é uma crença na certeza do cientificismo e da racionalidade, na qual as relações sociais são mudadas. Seu termo seguido: pós-modernidade não é algo dividido dela, é apenas a maximização do individualismo, enquanto na modernidade o seu ápice ideológico, a focalização dos supostos direitos foram direitos políticos, hoje o foco é o indivíduo, mas considero isso apenas uma consequência da modernidade e não um período disjuntivo dela. Talvez a melhor definição de pós-moderno seja a de Lyotard. O pós-moderno, como Lyotard (1984, p.28) o definiu, é “a incredulidade para com as metanarrativas”, inclusive é uma crítica às representações religiosas. É uma maximização do projeto moderno de independência de Deus (idem) ao home que fica individualizado na história e, portanto, egoísta.

A modernidade trouxe uma nova consciência do sentido histórico, uma nova representação da temporalidade histórica e, com ela, o mundo se fragmentou em valores distintos. O espírito capitalista é moderno, desencantado, secularizado, racional. A modernidade é o desenvolvimento do processo de progresso, revolução, utopia; a ideia de história está dominada pelos conceitos de razão, consciência, sujeito, verdade e universal.

Como bem assinala o bioquímico francês Jaques Monod (1971), tanto na ação quanto no discurso, o conhecimento racional está “necessariamente” associado a uma escala de valores, escala essa que vai determinar, em última análise, a definição do que é propriamente “verdadeiro” no campo do conhecimento. Mas, como também ressalta Monod, a ciência fundada no postulado da verdade objetiva trata verdade e valor como elementos antagônicos, próprios de domínios que se excluem. Nesse sentido é que se pode dizer, quanto mais próximo está o pesquisador do chamado “núcleo duro” da ciência, mais estará lidando com a chamada “pesquisa pura”, e mais tenderá “a relegar a um segundo plano qualquer discussão a respeito das consequências éticas de suas elucubrações teóricas ou mesmo negar sumariamente que elas existem” (idem p.81). Assim as éticas, práticas e crenças religiosas são deixadas de lado.

Desde o advento e aceitação geral do Positivismo lógico, cujo objetivo era tornar toda forma de conhecimento científico, ou melhor, a busca por uma nova verdade pura, surgiu um ideário de que o cientista não deveria se envolver com seu objeto de pesquisa, ou seja, deveria estar distante do seu objeto de pesquisa para se poder analisá-lo com neutralidade.

Antes da modernidade, ainda que com sérios problemas sobre liberdade, Deus era a referência do ser humano. A Religião era um guia de mundo, uma visão pela qual o homem se pautava, mas agora o homem caminha só, sem um guia, uma referência de mundo que não seja ele mesmo. O principal orientador que é Deus, o próprio homem dispensou.

Ainda é bom lembrar que Hinkelammert, (op.cit) faz referência ao mito de Prometeu⁸, segundo o autor esse mito é um dos grandes mitos da modernidade, formula o espaço mítico da modernidade e aparece nos pensamentos críticos sobre a mesma. Marx relaciona o mito de prometeu a uma libertação do proletariado, do homem que trabalha. O mito de qualquer maneira é visto como uma emancipação e rebeldia do homem frente aos deuses. O mito prometeiano tem um fundo de verdade, o triunfo da técnica (por sinal produto da razão), na qual tecnologicamente e cientificamente, a modernidade fez o homem tornar-se providência para si mesmo, e hoje, para acabar com a fome, as doenças, as inun-

⁸ Basicamente o mito diz que homens e mulheres eram seres primitivos, vivendo da caça e coleta. Desconheciam o fogo, por isso comiam a comida crua, e embrulhavam-se em peles espessas para se defenderem do frio do Inverno. Não sabiam trabalhar os metais para fazerem ferramentas ou armas duradouras. Zeus preferia que eles continuassem assim, porque de outra forma receava que alguns viessem um dia a querer roubar-lhe o poder. Mas o sábio Prometeu amava a Humanidade e sabia que com a sua ajuda os homens podiam progredir, saindo do seu estado primitivo. Prometeu foi em segredo ao Olimpo e roubou o fogo dos Deuses entregando aos humanos. Com a ajuda de Prometeu, o homem desenvolveu-se rapidamente. Ficando assim independente dos deuses. Zeus estava furioso e mandou levar Prometeu para uma das montanhas de leste e acorrentá-lo a uma rocha. Uma águia feroz ia todos os dias comer-lhe o fígado, e todas as manhãs o fígado tornava a crescer, de forma que a tortura recomeçava. Passaram-se muitos anos antes de Prometeu ser libertado - dizem que trinta mil – até que o valente Hércules que o libertou. Fonte: BINI, E., A sabedoria da Mitologia, São Paulo, Editora Edipro, 1a. Edição 2007. Claro que essa é uma das inúmeras versões que existem do mito mas ele significa que os homens se tornaram independentes dos Deuses através do seu trabalho.

dações, as epidemias, agora não recorre a Deus, ou deuses, como faziam seus antepassados, mas sim à medicina, à engenharia, à indústria, etc. A modernidade proporcionada pela tecnologia, que mitologicamente atribuída a Prometeu é ao mesmo tempo em que é um período histórico indefinido, é uma crença na certeza do cientificismo e da racionalidade, na qual as relações sociais são mudadas.

O ponto alto da modernidade é perceptível com a confirmação de Marx de que não existe Deus e o homem se torna sua divindade suprema. Vale apontar que, no livro “*idolatria do mercado*”, escrito por Hinkelammert com Hugo Assmann (1989) denunciam o resultado do mercado é *hispóstases*, ou seja, sua suprema personalização-atribuição como agente autônomo. A esse agente é aplicado fé em sua total confiança (GIDDENS, 2002, p.127) de modo a pensar que nada vai dar errado. Com tal fé no mercado, os homens poderiam atribuem a ele uma confiança ilimitada, ou seja, uma divindade que pode resolver todos os problemas humanos. Deus se faz homem, na cultura cristã nossa leitura aponta para um conflito entre o deus libertador que se fez homem por querer uma aproximação de sua criação. Já o homem que se fez Prometeu para se afastar de Deus, entendendo que isso iria se auto-libertar. A própria configuração da religião cristã ocidental se tornou algo digno de ser combatido e uma prisão do qual o homem deve escapar. Essa opinião é apontada observada por Las Casas (FREITAS NETO, 2003) quando o autor reflete sobre a dominação espanhola e portuguesa sobre as Américas e o sangue que isso trouxe. Ocorre que o homem deveria ter se libertado da religião não de Deus porem ao libertar-se na modernidade da religião rompeu-se com Deus e ao que parece é o homem se faz Deus agora.

Essa visão de que Deus tornava o homem preso é errônea, o que na verdade o homem queria se libertar é do próprio homem, é da religião humana de mortais que queriam se auto-proclamar porta voz da divindade. Com isso distorceram segundo seus interesses a mensagem divina, se confunde a mensagem de Deus com os de muitos corruptos mediadores (PONDÉ, 2001), e assim o ser humano na verdade quer se libertar de outros homens, acaba se separando de Deus. Com isso se torna um ser humano ridículo (idem), vazio de origem, sozinho no universo sem algo que explique sua origem e seu papel no universo. Não aceita uma consciência externa superior e externa ao próprio humano. Deus é reduzido a religião como manifestação social esvaziando de significado a divindade.

Assim a religião é reduzida a compreensão social, econômica, científica, reduzida a ciência, só esse entendimento científico é aceito segundo as ciências do homem, antropologia sociologia, história e afins, na verdade um pensamento humano que sempre reduz a uma única compreensão científica desprezando

outras formas de conhecimento. Comete-se assim o reducionismo científico do pensamento divino. Perde-se o significado da transcendência nesse reducionismo (LEPARGNEUR, 2004, p. 98), a ciência é um produto da modernidade. E a Modernidade ao mesmo tempo que é um período histórico (indefinido), é uma crença na certeza do cientificismo e da racionalidade, na qual as relações sociais são mudadas, há uma limitação das formas de conhecimento de que só a ciência formal é válida.

O PÓS-MODERNO

A visão de mundo no moderno e em sua crise - o pós moderno - foi a certeza de que o mundo devia ser visto através de uma lente racionalizada e cientificista, na qual Deus ou a teologia não teriam lugar, ocorre que essa visão falhou fragorosamente em termos sentimentais porem teve o sucesso em conquistar o mundo.

Em primeiro lugar falhou em sua própria certeza, as idéias Popperianas, a crise de paradigma de Khun, o fim das certezas de Prigogyne, bem como de outros cientistas como Feyerabend, Richard Rorty, Maturana e Morin, demonstraram que o racionalismo poderia ser questionado e que haveria novas possibilidades de um nova consciência ser descoberta. Ora o mundo na modernidade só pode ser valido pelo aquilo que poderia ser dado em um gráfico matemático através do que Morin (2006) chama de paradigma newtoniano-Baconiano-Cartesiano ou grande paradigma do ocidente.

O Dr. Vitor Westhelle analisando essa questão diz: “Além disso algo que o mundo moderno proporcionou são as múltiplas “leituras da vida” através de fórmulas matemáticas e físicas. As coisas se tornam uniformes, ...com figuras, diagramas, lista e texto.(op.cit. 1995, p.263), observa ainda a pergunta de Latour(apud Westhelle. P. 267): “Que sociedade é esta onde uma fórmula matemática tem mais credibilidade do que qualquer outra coisa: o senso comum, outros sentidos além da visão, uma autoridade política ou mesmo as escrituras?”. A ciência se torna uma forma hegemônica de conhecimento é o que é valido, e conhecimento se torna poder econômico, economia se torna números e gráficos. Assim, nesse mundo moderno coisas abstratas são consideradas menos importantes como Deus, Amor, arte etc...Assim a ciência, um conhecimento humano, de modo pedante, se coloca como única verdade disponível no universo rompendo com a religião e erroneamente com Deus causando uma crise no modo de conhecer o mundo sem precedentes.

Tecnologicamente e cientificamente, a modernidade fez o homem tornar-se providência para si mesmo, e hoje, para acabar com a fome, as doenças, as inun-

dações, as epidemias, agora não recorre a Deus, como faziam seus antepassados, mas sim à medicina, à engenharia, à indústria, etc. (MONDIN, 1980). Modernidade ao mesmo tempo em que é um período histórico indefinido, é uma crença na certeza do cientificismo e da racionalidade, na qual as relações sociais são mudadas.

Ter relações pautadas pela racionalidade (hegemônica no ocidente) não era uma oferta tão ruim frente a uma ideia da idade média, de um absolutismo rigoroso e de uma crueldade cristã que invadia e destruía reinos considerados bárbaros nas cruzadas ou queimava mulheres por pensarem diferentes acusando-a de Bruxas (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000). Porém o projeto da modernidade se mostrou tão senão mais cruel do que a idade média. Temos liberdade, porém temos outros problemas tal como: exclusão, desigualdade, fome, dentre outros (MONDIN, 1980). É desta situação vivida que surgem novos problemas para as ciências humanas, com excesso de informação e de abundância em materiais que, no entanto não trouxeram a plena felicidade e organização social, com a desvalorização da força de trabalho, o excesso de produtividade e miséria, com o terror da exclusão social e dos impactos ambientais; situações que geram insegurança e desconforto. Mas focando-se em um só aspecto da modernidade, existe a crença inevitável de que a ciência é a única verdade.

O Fundamentalismo e modernidade

Essa crise gera uma contra reação, uma nova contra-reforma. O surgimento do fundamentalismo. Abordando a questão da indústria cultural ou cultura de massa, tratada por Theodor Adorno (1971), que diz que a indústria cultural fabrica produtos adaptados ao consumo das massas ao mesmo tempo em que determina esse consumo. O consumidor, para Adorno (idem), torna-se objeto da indústria, que especula sobre o comportamento das pessoas e o determina. Nesse contexto, a arte e a cultura produzidas no estilo da indústria cultural transformam-se em mercadorias, são produzidas em série e tornam-se banalizadas, sempre visando ao lucro (HORKHEIMER, 1951). Nesse contexto a religião só importa se estiver envolvida com o lucro. A oferta de encontro divino, de uma revelação, ou salvação da alma, nesse contexto não serve para nada.

Uma das características fundamentais da modernidade, segundo as críticas de Alain Touraine (2002), é a de que ela se torna produção e consumo de massa, em que o mundo “puro da razão é invadido pelas multidões que colocam os instrumentos da modernidade⁹ a serviço do desejo e da mercadoria” (idem, 2002, p. 63). No campo cultural, um bom exemplo é a televisão que massifica os gostos do indivíduo (BAUDRILLARD, 1979).

⁹ No caso a tecnologia, sobretudo a de comunicação.

Assim valores humanos e suas expressões como os religiosos, o sagrado, são deixados de lado. Valores como honra é substituído por compromisso em pagar, valores como propriedade privada são mais defendidos que a vida, dentre outros exemplos.

Nas condições da modernidade, o que é místico, religioso sagrado não só é desprezado como outras coisas vão tomando seu lugar, segundo Giddens (1991) o ritual é reinventado e reformulado. O mesmo ocorre com o sábio ou religioso, substituído pelo especialista, o perito.

Balandier (1997 p. 160), define a modernidade contemporânea como o espaço do “movimento mais incerteza”, incerteza do que? Ele responde, “face a sua indeterminação, para ele a modernidade é a sociedade em indeterminação, a sociedade é lugar de criação permanente do novo, através das suas incompletudes causadas pelo desejo capitalista excessivo e dos seus vazios” (idem 1997 p. 161), os indivíduos circulam numa busca incessante de crescimento econômico patológico que pauta sua relação uns com os outros, assim há sempre a impossibilidade de se apreender a sociedade e os seus fenômenos de maneira determinística, desse modo o ser humano fica privado de valores, inclusive religiosos, sendo estes valores sempre fluidos e movimentários, nunca fixos, algo importante para a religião uma vez que seus escritos sagrados pretendem-se universais e imutáveis, o conhecimento religioso é imutável

Giddens (1991) observa que vivemos uma época marcada pela desorientação, pela sensação de que não compreendemos plenamente os eventos sociais e que perdemos o controle. A modernidade transformou as relações sociais e também a percepção dos indivíduos no que se refere a fé.

“A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais”. (GIDDENS, 2002: 38)

A fé, segundo Giddens (1991), passa a ser dada ao perito (não mais a divindade) e, portanto, não mais a religião, que não responde mais nenhum anseio humano. A ciência responde aos anseios do indivíduo. Mas todos esses fatos históricos geram uma crise, pois o projeto moderno falha em sua promessa de dar ao indivíduo e ao povo a prometida, liberdade, igualdade e fraternidade. Não se tem liberdade a não ser para consumir o que a comunicação de massa lhe impõe, não há igualdade e sim concentração de renda, e de fraternidade é um valor perdido junto com as tradições religiosas, nem se fala nela mais, o individualismo é o que pauta as relações.

Porém toda essa crise chamada modernidade, não passou despercebido aos religiosos, em suas crenças ferrenhas, cuja fé repousa sua própria identidade, assim tal crise provocou reações dos religiosos contra a perda dos valores religiosos que se impunham. Estamos em época de efervescência religiosa (CAMPOS, 2002) e a religião reagiu contra essas mudanças trazidas pela modernidade.

Uma dessas reações é o fundamentalismo, esse surgiu bem no auge da crise da modernidade, ou seja, no século XX. O termo fundamentalismo remete a fundamentos, bases teóricas de uma expressão cultural, está correlato à crença na interpretação literal dos livros sagrados (DREHER, 2002). Seus membros promovem a compreensão literal, ou do que entendem ser literal, de sua literatura sagrada. Não aceitam opinião diversa. Fundamentalistas são encontrados entre religiosos diversos e pregam que os dogmas de seus livros sagrados sejam seguidos à risca ou ao menos se auto-definem assim: como seguidores radicais do texto sagrado.

Não deveria ser tão ruim, recuperar valores religiosos tais como amor e respeito ao próximo, solidariedade, honra (valores defendidos pelas religiões monoteístas), mas assim como aconteceu com a modernidade, isso implica em certo desastre. Isso porque apesar de acreditar que se está sendo aplicada uma produção literal está sempre sendo aplicada uma interpretação, e quase sempre de um interesse pessoal ou escuso de uma pessoa ou de um grupo sobre outros. A palavra fundamentalista que se faz referência hoje, segundo Elshahed (1992), e que piorou após 11 de setembro de 2001 face a mídia (MOREIRA, 2006), é um termo pejorativo, porém não era essa a ideia inicial dos fundamentalistas.

A obra de Dreher, bem como a de Armstrong, também sugere (Armstrong sugere, Dreher afirma) que há uma relação profunda entre fundamentalismo religioso e fundamentalismo político. Para os fundamentalistas religiosos a ação política deve ser sempre orientada pela verdade religiosa. A sociedade perfeita é aquela que se submete à sua compreensão de verdade religiosa. A partir desse princípio justificam-se intervenções violentas nos Estados independentes e “guerras santas” contra “hereges”, matar em nome de Deus, e outras intervenções violentas.

Conforme os Estados Unidos desenvolviam-se economicamente aliado a uma crise moral pós primeira guerra, um crescente número de pessoas corria para se converterem nas conferências fundamentalistas, pouco depois a crise de 29 mostrou a necessidade moral de se fixar em valores não terrenos. Ai está a origem do fundamentalismo (ao menos o cristão, e do termo) (AMMERMAN, 2005).

Assim a ética moderna de racionalização e crescimento patológico econômico, que subverteu valores do próprio corpo (BALANDIER, 1997) e de dominação eurocêntrica (idem), os valores das tradições (ALMERI & MELO,

2009) e da fé (GIDDENS, 1991). O fundamentalista, sobretudo o americano, não aceitou tal visão, mas pretendeu-pretende mudar as orientações do mundo, visto que surgiu com uma nobre intenção de recuperar supostos bons valores como a família, a honra e moral e os bons costumes (AMMERMAN, 2005).

O fundamentalismo religioso não vê o dogma no contexto histórico da sua constituição e definição (EISENSTAD, 1997), vê apenas o que entende ser correto. Faz uma interpretação ora literal, ora interesseira do seu escrito, recusando-se radicalmente a admitir interpretações diferentes (idem). O fundamentalismo assim o faz visto sentir sua fé ameaçada e fragilizada pela modernidade.

Coleman (1992) diz que os fundamentalistas “procuram viver na modernidade (e influenciar sua orientação), mas sem dela fazer parte” (p. 23). O objetivo do fundamentalista é moldar o mundo segundo sua visão. Não querem algo ateu e capitalista mudando o mundo (embora existam fundamentalistas ateus capitalistas) querem sua visão de sagrado dirigindo o mundo.

CONCLUINDO - O CUIDADO DE SI

A espiritualidade deveria romper com a ignorância, mas se torna terreno fértil para a mesma. O sujeito transforma-se na espiritualidade, pois passa a buscar a verdade, no então o caminho que essa espiritualidade leva não é senão a verdade que lhe é dada. O sujeito mobiliza a si mesmo e práticas de si, incomoda e preocupa-se, inquieta-se, assim pressupondo a atividade filosófica por excelência transformando o sujeito. A espiritualidade é, portanto, “a busca, a prática, a experiência pelas quais o sujeito opera sobre si mesmo as transformações necessária para ter acesso à verdade” (FOUCAULT, 2004, p.22). A espiritualidade é a transformação do sujeito que busca a verdade. No entanto talvez não tenha acesso a ela.

Assim vemos um mundo onde a falha da modernidade e da ciência permite ser atacada por um fundamentalismo religioso. Isso Poe certos riscos quando aliado ao poder político nos últimos tempos como a eleição de Trump, Bolsonaro e popularização da extrema direita que acredita na fácil fé das pessoas religiosas e as usa para suas finalidades de mercado e poder.

Nessa crise a falha da modernidade em alcançar suas benesses de ciências para todos, medicina democrática, e sobretudo educação crítica e diálogo, fornece ao fundamentalista a possibilidade de questionar a ciência e colocar em risco as recomendações de saúde. Assim sendo usados tais discursos pelo poder, numa ótica Foucaultiana, os discursos religiosos visam de certo modo questionar a ciência no contexto de diminuir a ciência em seus avisos de isolamento, já que

Deus pode tudo curar, questiona o isolamento pois a idéia de congregação é fundamental para a manutenção de seus interesses, e se alia fácil ao discursos de mercado, uma vez que a demonização das propostas anti-capitalismo (comunismo e anarquismo) não atendem aos interesses destes e portanto se aliam em discurso anti-isolamento social promovendo ideais que aumentam o perigo do COVID-19.

A educação sofre com isso, cada vez mais há discursos terraplanistas, anti vacina, anti-evolução, de repressão de assuntos sexuais, que combate a forma do professor dar aula, sobretudo no fundamentalismo religioso (em certa pesquisa científica entrevistei uma professora de artes, que deu mascaras africanas como atividade e alunos pentecostais, junto de seus pais se recusavam fazer “mascaras demoníacas associando a cultura africana com o mal). assim cabe também a retomada da educação para não se deixar ceder por tais discursos, educando cada vez mais para as artes, as ciências e humanidades e sobretudo para a cidadania.

REFERÊNCIAS

- DREHER, M. N. Para entender o fundamentalismo, São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- EISENSTAD S. N. **Fundamentalismo e Modernidade**, São Paulo, Celta. 1997.
- FOUCAULT, M. “Des espaces autres”. In: **Dits e Écrits**, tome 2: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001. pp.1571-1581.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas - Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. Martins Fontes. 1990
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução Elisa Monteiro. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (Ditos e Escritos; II).
- FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade**. In: **FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e escritos; V). p. 244.
- FOUCAULT, Michel. **O uso dos prazeres e as técnicas de si**. Ditos e Escritos, volume V: Ética, sexualidade, política. Tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Martins Fontes, 2006
- FREITAS NETO, José Alves de. **Bartolomé de las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a caridade**. São Paulo, Annablume, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, memória americana. 2003. São Paulo, Annablume.

HEGEL, G. W. F. **Werke in zwanzig Bänden**: Theorie-Werkausgabe. Frankfurt amMain: Shrkamp, 1970.

HEIDEGGER, Martin. (2007) **Nietzsche – volume II**. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HINKELAMMERT, Franz J. **Hacia una crítica de la razón mítica**: el labirinto de la modernidade. México: Editorial Driada, 2008.

HORKHEIMER, M. (1976) **sobre el concepto de la razón**, trad. j. godo costa. barcelona: ediciones península.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Editora 34. 1994.

LEPARGNEUR, Hubert, **Reduccionismo Científico e Abertura à Transcendência**. Síntese - Rev. de Filosofia, v. 31 n. 99 , 2004: 91-105

LYOTARD, Jean-François. **The Postmodern Condition: A Report on Knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

MOLTMAN, Jürgen. (1992) **Fundamentalismo e modernidade**. In: *Concilium*, 241, 1992, pp. 141-148

MONDIN, B. **O homem, quem é ele? Elementos de antropologia Filosófica**. São Paulo: Paulus, 1980.

MONOD, Jacques. **Chance and Necessity. An Essay on the Natural Philosophy of Modern Biology**. New York: Alfred A. Knopf ed. 1971

MOREIRA, Deodoro José,(2006) **Mídia, fundamentalismo e terror: A lógica da barbárie**, UNIrevista - Vol. 1, nº 3, Julho 2006, São Leopoldo, RS.

MORIN, E.e PRIGOGINE, Ilya, **A Sociedade em Busca de Valores. Para Fugir à Alternativa entre Cepticismo e o Dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. Trad. do fr. por Luis M. Conceiro Feio.

MORIN, E., **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Edição revista e modificada pelo autor. Trad. do fr. por Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Doria.2006.

MORIN, E., **O Problema epistemológico de Complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1983.

PIERUCCI, Flávio . Secularização em Max Weber. Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 37, p. 43-73, 1998.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Epistemologia Agônica e Disfuncionalidade Humana**: um ensaio de teologia pessimista. REVER – Revista de Estudos de Religião, 02. São Paulo, 2001. pp. 79-95

REIS, José Carlos. **História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. [1ª ed. 2003]

RORTY, R. (1982) **Consequences of pragmatism**. Minneapolis: University of Minnesota. Press, 1982

RORTY, Richard (1989), **Contingency, Irony and Solidarity**. Cambridge, Cambridge University Press.

SCHELER, M. (2003) **A posição do homem no cosmos**. [Trad. Marco Antônio Casa Nova]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

SIMMEL, G. () **Religião: ensaios**. São Paulo: Olho d'Água, 2009. 144 p.

OZAI SILVA, A. (2005) **Anotações sobre a modernidade na obra de Anthony Giddens**, Revista Espaço acadêmico – UEM, número 47, abril de 2005, vol. VI, Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/047/47pol.htm>, acesso em 21/set/13.

PANIKKAR, Raimon, **Morte e ressurreição da Teologia**, Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 15-29, dez. 2005

TOURAINE, Alain (1993). **Uma visão crítica da modernidade**, in Cadernos de sociologia: A modernidade, UFRGS, vol. 5, número 5, 1993.

TOURAINE, Alain . **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes. 2002

VOLF, Miroslav. **O desafio do fundamentalismo protestante**. In: **Concilium**, 241. 1992, pp. 125-137.

WESTHELLE, Vitor. **Outros saberes: Teologia e ciência na modernidade**. In: Estudos Teológicos 3(1995), 258-278.

PAUTA MIDIÁTICA E O TRATAMENTO DA COVID-19: ESTUDO DE CASO DAS POSTAGENS DO UOL NOTÍCIAS NA PLATAFORMA TWITTER

Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini¹⁰

INTRODUÇÃO

Desde o surto da Gripe Espanhola (1918-1920), a população mundial não vivia um período de tanta privação quanto o da pandemia do novo coronavírus, cujos primeiros casos, em Wuhan (China), se deram em dezembro de 2019. Em todo o planeta, atividades comerciais, educativas, esportivas e culturais foram interrompidas e as pessoas foram obrigadas a viver em isolamento social.

Sem vacina nem tratamento eficaz comprovado (pelo menos até o início de junho de 2020), o vírus já havia matado 497.442 pessoas no mundo, entre dezembro de 2019 e 27 de junho de 2020, segundo mapeamento da Universidade Johns Hopkins (2020).

Neste cenário, o jornalismo desempenhou papel fundamental na divulgação de informações sobre o novo coronavírus, desde o destrinchamento de suas características e a descrição dos sintomas que sua doença correlata, a covid-19, provoca, até a massiva publicização das formas de prevenção.

No Brasil, os principais portais de notícia transformaram a pandemia em uma editoria à parte, com números em tempo real sobre a quantidade de casos comprovados e suspeitos, de curas e de óbitos.

No entanto, a observação das notícias motivou perguntas sobre o comportamento da imprensa na cobertura da covid-19, uma em específico: se a doença não tem tratamento comprovado, como as pessoas se curam? Vale ressaltar que, até o dia 27 de junho de 2020, o Brasil havia registrado 1.315.941 casos da doença, com 57.103 mortes e 682.845 casos de pacientes recuperados (G1, 2020a).

Norteados por essa pergunta, este artigo levanta a hipótese de que, embora tenha havido atenção da grande mídia brasileira em relação a este tema, suas abordagens foram pouco informativas.

Para tentar comprovar a hipótese, a pesquisa realizou abordagem quali-quantitativa das postagens do portal UOL Notícias na plataforma Twitter,

¹⁰ Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (PGCult), Professor de Comunicação Social do Centro Universitário Estácio de São Luís. E-mail: paulopel@bol.com.br

entre os dias 15 de abril e 31 de maio de 2020, período em que o número de casos confirmados no Brasil subiu 17,8 vezes (em 15 de abril eram 28.912 infectados e em 31 de maio, 514.992) (G1, 2020b; 2020c). Do total de publicações sobre a pandemia no período citado, foram contabilizadas quantas se referiam especificamente à temática do tratamento e, desse total, quantas efetivamente explicavam como este tratamento é feito.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem acresce às quantificações a pesquisa qualitativa, a partir do cruzamento das metodologias Análise de Textos de Comunicação, sob o prisma de Dominique Maingueneau (2008), e Análise de Cobertura Jornalística, desenvolvida por Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011). O cruzamento das metodologias objetiva compreender aspectos concernentes ao discurso operado nas postagens, e à construção da matéria jornalística em si, como produto analisável a partir das marcas de seu processo de produção.

A ANÁLISE DE TEXTOS DE COMUNICAÇÃO

Os aspectos visíveis de uma matéria jornalística – texto, fotos, gráficos, vídeos e áudio – podem esconder e, ao mesmo tempo, revelar seus aspectos não-visíveis – as motivações das escolhas e dos silenciamentos. Nesse sentido, a invisibilidade por trás do conteúdo manifesto deve ser objeto de análise, pois a compreensão do todo imprescinde deste movimento.

A Análise de Discurso tem sido o recurso metodológico mais utilizado para a investigação dos processos de moldagem dos discursos, ultrapassando os limites da estrutura textual em si para adentrar em suas entranhas.

As matérias jornalísticas abordam situações reais às quais o público, majoritariamente, não se expõe ou testemunha diretamente, mas não se furta a valorá-las a partir de seus repertórios socioculturais, promovendo julgamentos, apreciações e reprovações simplesmente após o contato com palavras e imagens. Nunca estivemos tão certos de que “o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significado do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

O debruçamento sobre a natureza discursiva da Comunicação é preocupação do linguista parisiense Dominique Maingueneau, que propôs critérios específicos para a análise de textos nessa área, como modalidade de discurso com características próprias.

A partir da percepção mais ampla, presente na Análise de Discurso, de que o discurso “é uma organização situada para além da frase” (MAINGUENEAU,

2008, p. 52), o teórico estabelece parâmetros de Análise de Textos de Comunicação, metodologia parcial a que esta pesquisa recorre para investigar sua hipótese.

O percurso metodológico da Análise de Textos de Comunicação inicia-se pela caracterização do discurso, que, em Maingueneau é um termo ambíguo, que pode caracterizar tanto o fenômeno materializado (o que se lê, vê ou ouve), quanto o sistema que sustenta conceitualmente esse fenômeno (o discurso jornalístico, o discurso publicitário, o discurso político, etc) (MAINGUENEAU, 2008, p. 52).

A despeito de sua ambiguidade, o autor não deixa de ressaltar a inevitabilidade da orientação do discurso, “porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor” (MAINGUENEAU, 2008, p. 52), o que nos remete a Michel Foucault (1986, p. 49), quando este lembra que “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”.

Importante perceber o domínio do emissor sobre o processo, pois mesmo durante as digressões, ele não deixa de monitorá-lo. Nesse aspecto, Maingueneau parece atribuir maior rigidez ao fluxo discursivo do que os analistas de discurso à linha de Foucault ou da Estética da Recepção alemã, que tratam o processo discursivo como um “jogo” de escritura, leitura e troca. Tanto que, na Análise de Textos de Comunicação, a enunciação constitui-se em um ato que visa produzir modificação nos destinatários (MAINGUENEAU, 2008, p. 53).

Outra característica do texto discursivo em Maingueneau é a contextualização. Em toda situação, o processo de produção e enunciação se dá sob determinadas condições. Uma frase como “ele é um monstro” varia de significado em função do contexto, podendo soar como qualificação elogiosa ou depreciativa.

Como metodologia filiada à Análise de Discurso, a Análise de Textos de Comunicação pode seguir determinados critérios, ou seja, caberá ao analista a identificação de fatores para proceder a análise. Resumindo os parâmetros desenvolvidos por Maingueneau, chegamos a algumas categorias de análise: fonte enunciativa (emissor) e coenunciadores (público-alvo); tipos e gêneros de discurso; interdições (intenções do discurso); interdiscursos: (discursos ocultos ou subjacentes); e *ethos* (comportamento da “voz” que fala).

A ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA

Na pesquisa científica em jornalismo, é desafio permanente a busca de métodos adequados às particularidades deste campo de conhecimento. A própria consolidação do jornalismo como campo de conhecimento é relativizada,

conforme detecção de Adelmo Genro Filho ainda nos anos 1980, ao perceber a limitação das pesquisas aos aspectos tecnicistas da profissão ou a seu caráter alienador, à luz do arcabouço frankfurtiano (GENRO FILHO, 1987).

Eduardo Meditsch (1992, p. 61), em seus estudos sobre o conhecimento do jornalismo, também alertava para o excessivo tecnicismo do ensino da profissão, fruto de determinações conservadoras do Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina).

A tradição tecnicista fez o jornalismo se atrasar em seu estatuto de campo de conhecimento e praticamente não desenvolver métodos próprios de pesquisa e análise. As pesquisas em jornalismo costumam ter como fundamentação metodológica empréstimos de outros campos, isso quando não se limitam ao tipo de pesquisa, sem qualquer menção ao método científico utilizado.

A perspectiva do *newsmaking*, que, no dizer de Mauro Wolf (1994, p. 161), é uma abordagem “constituída pelos estudos que analisam a lógica dos processos pelos quais a comunicação de massa é produzida” foi concebida como um modelo de explicação das práticas da profissão, mas acabou se tornando dublê de metodologia, instigando o pesquisador a utilizar suas palavras-chave, como “critério de noticiabilidade” e “mito da objetividade” como categorias de análise.

Como esforço para o desenvolvimento de um método próprio e aplicável à pesquisa jornalística, em 2011 as pesquisadoras Gislene Silva e Flávia Dourado Maia, ligadas à Universidade Federal de Santa Catarina, publicaram o artigo “Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico”, em que concebem a Análise de Cobertura Jornalística como método “capaz de mostrar a viabilidade de se investigar no produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia” (SILVA; MAIA, 2011, p.21).

Nesse sentido, a Análise de Cobertura Jornalística objetiva investigar o acontecimento jornalístico por meio das marcas que seu processo de produção deixa no resultado, ampliando a perspectiva do *newsmaking* – que direciona o olhar somente para os aspectos da produção em si.

Essa metodologia torna-se possível por considerar o acontecimento, inclusive o jornalístico, dotado de uma dualidade. Ele é, ao mesmo tempo, explicável (através das histórias que origina) e explicativo (pelo seu poder revelador daquilo que pode transformar nas pessoas).

Queremos dizer, como pressuposto central deste trabalho, que muito do explicável dos acontecimentos publicados na imprensa poderia ser investigado não exclusivamente pelas narrativas produzidas, mas também no que poderíamos chamar de narrativas da própria produção do acontecimento jornalístico, ou seja, nas estratégias e técnicas do processo produtivo da notícia (SILVA; MAIA, 2011, p. 19)

Isso significa que processo e produto não podem ser vistos como categorias estanques, e que o primeiro está visível no segundo. O olhar circular sobre o fenômeno midiático não é exatamente uma novidade – os Estudos Culturais já desenvolvem abordagem mais totalizante do objeto comunicacional – mas a Análise de Cobertura Jornalística reivindica “pensar fora da lógica das etapas” (SILVA, 2008, p. 9), considerando viável pesquisar “como em um único ponto do circuito escolhido como objeto de trabalho podemos localizar informações que mostram os demais (...) o processo de produção da notícia no texto, (...) o receptor na produção, a produção na recepção” (SILVA, 2008, p. 10).

Segundo Silva e Maia (2011, p. 26), há três níveis de análise para a execução deste procedimento metodológico: as marcas da apuração, as marcas da composição do produto e os aspectos do contexto da produção.

As marcas da apuração podem ser percebidas em fatores como assinatura do texto, local da apuração e fontes. As marcas da composição do produto dizem respeito ao gênero jornalístico desenvolvido, localização na página e ao uso de recursos visuais. Por fim, são relevantes os contextos interno (organizacional) e externo (conjuntura socio-histórico-cultural) nos quais se deu a produção.

O TRATAMENTO DA COVID-19 NAS POSTAGENS DO TWITTER UOL NOTÍCIAS

A proposta deste estudo é verificar as menções sobre o processo de tratamento de pacientes da covid-19, no perfil do Twitter UOL Notícias. A hipótese é a de que a quantidade de matérias relacionadas ao tema, embora numerosa, é insuficiente para elucidá-lo. Deparado com inúmeros casos de cura, o leitor tem dificuldade de encontrar nessas pautas informações objetivas sobre o tratamento. Foram analisadas as postagens publicadas entre os dias 15 de abril e 31 de maio de 2020. Períodos anteriores não estavam mais disponíveis para visualização dos usuários.

Abordar o tratamento da doença atende a basilares critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2005, p. 79-84), como o interesse público (o fato tem relação com a vida em coletividade), a proximidade (o fato ocorre com pessoas próximas ao leitor) e a relevância (o fato tem impacto sobre a vida das pessoas).

No entanto, a chegada da pandemia no Brasil coincidiu com um período bastante peculiar do cenário político, repleto de embates entre simpatizantes e opositores do Presidente Jair Bolsonaro, o que trouxe reflexos inevitáveis na hierarquização de pautas ligadas ao coronavírus pela mídia brasileira.

No período pesquisado, o Twitter UOL Notícias fez 525 postagens, das quais 321 se referiam diretamente à pandemia, o que equivale a 61,14%

do total de postagens. As publicações desse perfil obedecem à dinâmica da plataforma: textos com até 240 caracteres, geralmente sem título, acompanhados por fotografias ou pequenos vídeos. Em função dessas características, os gêneros jornalísticos predominantes, como marcas da composição do produto (SILVA; MAIA, p. 30), foram a nota, a notícia e o comentário.

A periodicidade das postagens sobre a pandemia mostrou-se irregular. No dia 16 de abril, houve 17 matérias, o maior número em um único dia. Nos dias 18 e 19 de abril e 29 e 31 de maio, não houve postagens. As 321 publicações sobre a pandemia puderam ser quantificadas de acordo com os temas abordados, configurando a seguinte tabela:

Tabela 1 – Quantidade de postagens do Twitter UOL Notícias relativas à pandemia do coronavírus, por assunto, no período de 15 de abril a 31 de maio de 2020 (mínimo de 5 postagens)

Assunto	Quantidade
Políticas de governo (estrangeiro, federal, estadual ou municipal) para combate à pandemia	46
Críticas ao Governo Federal	43
Tratamento da covid-19	35
Críticas ao Sistema de Saúde (infraestrutura ou risco de colapso)	17
Impactos da pandemia na economia (global ou local)	14
Auxílio emergencial	13
Atualização de estatísticas (números de casos confirmados, recuperados e mortes)	12
Reforço ou incentivo de medidas de confinamento	11
Críticas a ações irresponsáveis de pessoas ou grupos na pandemia (descumprimento ao isolamento ou a outras recomendações)	11
Desenvolvimento de vacina contra covid-19	10
Campanhas, doações ou ações de solidariedade	9
Alerta quanto aos reais números da pandemia	9
Inovação e tecnologia	8
Casos de controle da pandemia no mundo	8
Colapso do serviço funerário	6
Revelação do resultado do teste de Bolsonaro para covid-19	5
Percentual de isolamento social diário (nacional ou local)	5

Fonte: autoria própria

As pautas sobre tratamento tiveram como caracterização contextual, nos critérios de Silva e Maia (2011, p. 27), a admissão de cientistas e da Organização Mundial da Saúde de que não havia, até junho de 2020, tratamento específico ou remédios de eficiência comprovada contra a covid-19.

No entanto, apesar dessa admissão, os 682.845 casos de pacientes recuperados, até 27 de junho de 2020, trazem subentendidos, em interdiscursos, que algum tipo de tratamento foi desenvolvido, e de forma bem-sucedida. Cria-se, portanto, um conflito entre pauta e realidade.

O critério de Maingueneau da interdição (2013, p. 21) instiga a se problematizar as razões do impasse do portal em noticiar um fato médico, a cura de pacientes, sem a respectiva explicação científica. Uma hipótese seria não assumir a responsabilidade pela geração de “falsas esperanças” e uma corrida desenfreada da população às farmácias. Um indício dessa posição do perfil UOL Notícias, no Twitter, é a ausência de entrevistas com médicos que atuam na linha de frente da pandemia sobre o tratamento que desenvolvem com seus pacientes. Isto significa que o local do acontecimento, uma das marcas de apuração a serem consideradas no estudo da cobertura jornalística (SILVA; MAIA, 2011, p. 27), não é acessado pelo produtor do conteúdo.

Mas a prudência no *ethos* da fonte enunciativa nas pautas sobre tratamento se contrasta com o tom alarmista das 57 postagens somadas dos temas relacionados às más condições do sistema de saúde (17), aos impactos da pandemia na economia e no bolso dos cidadãos (14), ao descumprimento do isolamento social e uso de máscaras (11), ao desconhecimento quanto ao hipotético número real de casos positivos da doença (9) e ao colapso do sistema funerário (6)¹¹.

Porém, uma segunda demonstração de interdição nas pautas sobre tratamento refere-se a falas do presidente Bolsonaro em defesa do uso das substâncias cloroquina e hidroxicloroquina. Somente no período pesquisado, o Twitter UOL Notícias registrou a opinião do político sobre esses remédios nos dias 22/04, 23/04, 13/05, 15/05 (duas postagens), 17/05, 18/05, 20/05 (duas postagens), 21/05 (duas postagens), 23/05, 26/05 e 27/05. Dessas 14 postagens, 10 delas incluíram no texto ou no vídeo a ressalva de que estes medicamentos não possuem eficácia comprovada contra o coronavírus.

Desta forma, a discussão sobre o uso dessas substâncias, por conta de um contexto externo ao ambiente médico e científico, foi significativa no quantitativo de pautas sobre o tratamento – das 35 postagens relativas ao tratamento da covid-19, 18 se voltaram às críticas à hidroxicloroquina e à cloroquina (51,42%). Em apenas uma postagem (17/04), sobre a liberação da

¹¹ Sobre o colapso do sistema funerário, a aferição do local da apuração (SILVA; MAIA, 2011, p. 27) demonstra o predomínio de pautas da cidade de Manaus. Todas as 6 matérias sobre o assunto, no período pesquisado, referiam-se ao colapso nessa cidade.

Rússia quanto ao uso dessas substâncias, os medicamentos foram abordados sem teor negativo, o que revela a mudança de *ethos* do portal quando a fonte enunciativa, uma das marcas da apuração, relacionada à origem da informação (SILVA; MAIA, 2011, p. 28), não era o presidente brasileiro.

Em um cenário de condenação de discursos sobre medicamentos e de reforço da validade científica de estudos que corroboram sua ineficácia¹², as pautas sobre o tratamento da covid-19 também foram voltadas a outras substâncias testadas, como o remdesivir (4 postagens). No entanto, apenas uma das publicações (24/04) ressalta que este medicamento não é comprovadamente eficaz contra o coronavírus. As demais mostram seus efeitos benéficos nos pacientes (duas postagens em 01/05) ou noticiam, sem teor crítico, que a Europa pode autorizar provisoriamente seu uso em pacientes infectados (19/05).

As demais postagens sobre o tratamento explicam como funcionam respiradores e capacetes de ventilação (4 postagens); mostram como o processo de cura pode ser duradouro e psicologicamente difícil (1 postagem); e detalham como os médicos são treinados para tratar os pacientes (1 postagem).

No universo das 35 publicações relacionadas ao tratamento da covid-19, entre 15 de abril e 31 de maio de 2020, no Twitter UOL Notícias, cinco efetivamente desenvolvem o assunto. Três postagens abordam o desenvolvimento de novas medicações em fase de testes, e uma explana o funcionamento do sistema imunológico na criação de anticorpos. Entretanto, não detalham as etapas do tratamento nos pacientes. A matéria que mais se aproxima deste objetivo foi postada em dois dias diferentes (17/04 e 07/05). Em forma de vídeo sem locução, com duração de 5'01", a postagem resume, através do uso de caracteres e da inserção de três sonoras de autoridades (Diretor-Geral da OMS Tedros Adhanom, Secretário da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos em Saúde Denizar Vianna e Ministro da Ciência e Tecnologia Marcos Pontes), como se caracteriza a cura da covid-19 e o que tem sido receitado efetivamente como tratamento, sem juízo de valor. Abaixo, a transcrição dos trechos do vídeo diretamente ligados à temática do tratamento:

Existe cura para o coronavírus? Cura é a resposta do sistema imunológico diante a uma infecção viral, ou seja, a produção de anticorpos para combater a doença. Em termos práticos, curado é aquele que não apresenta sintomas e passa a se sentir bem. (...) No caso do coronavírus, não há ainda tratamento ou vacina. Diante disso, está ocorrendo uma mobilização mundial de pesquisadores. (...) Para estimular uma eficiência do tratamento, estão sendo testados medicamentos de outras

¹² Somente no período pesquisado, foram divulgados três estudos que afirmam a ineficácia da hidroxicloroquina e da cloroquina no tratamento de pacientes com covid-19: New England Journal of Medicine/Universidade de Columbia (07/05/2020); Revista The Lancet (22/05/2020); Universidade de Minnesota (03/06/2020). O estudo da Revista The Lancet foi retirado da publicação no início de junho, por apresentar falhas.

doenças em pacientes com a covid-19. (...) O estudo “Solidarity” distribuiu quatro fármacos entre os países colaboradores: remdesivir, projetado para enfrentar o ebola; dois fármacos para o combate do HIV, causador da Aids (lopinavir e ritonavir); e a cloroquina, que é usada em tratamento contra a malária, lúpus, doenças autoimunes e artrite reumatoide e juvenil. Os pacientes que concordaram em participar recebem aleatoriamente um dos quatro tratamentos. (...) O teste do tratamento por plasma sanguíneo é usado nos EUA e na França. (...) Quais são as iniciativas clínicas no Brasil? 1. Plasma sanguíneo: a técnica é utilizada pelos hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês e capitaneada pela Faculdade de Medicina da USP. (...) 2. Vacina: a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) estuda uma vacina a partir da modificação do vírus da gripe. (...) 3. Medicamento: o país começará testes em pacientes com um fármaco de nome não divulgado. Em testes, o fármaco demonstrou 94% de eficácia contra a covid-19. (...) (TWITTER UOL NOTÍCIAS, 2020).

Verifica-se que, nesta postagem, a abordagem investe em informação dissociada dos interdiscursos políticos, revelando como marca primordial de apuração fontes diretamente responsáveis pela adoção de medidas de saúde. Em última análise, é a única postagem em que o leitor se depara com informações objetivas sobre o processo de tratamento da covid-19.

CONSIDERAÇÕES

A grande incidência das ações e dos discursos políticos na cobertura da pandemia (89 postagens das 321 analisadas) influenciou a abordagem sobre o tratamento da covid-19 na mídia brasileira. Há evidente interdiscurso político e influência do contexto externo na execução das pautas sobre esse assunto (35 postagens). Mais da metade das publicações (18 ou 51,42%) ressaltam a ineficácia do tratamento quando utilizadas duas substâncias específicas (hidroxicloroquina e cloroquina) e, deste universo, 55,55% (10) reforçam a crítica em textos ou vídeos em que citam a predileção do presidente Jair Bolsonaro por esses remédios; 22,86% das postagens (6) perpassam pela temática do tratamento da covid-19 sem detalhá-lo como ocorre na prática, limitando-se a descrever equipamentos, treinamento dos médicos e o lado psicológico da doença; e 11,42% (4) discutem a eficácia de outra substância (remdesivir). Uma única postagem (2,85%) aborda a hidroxicloroquina sem teor negativo.

Assim, verificou-se que somente cinco postagens sobre o tratamento (que equivalem a 14,28% deste universo e a 1,55% do total geral de 321 publicações sobre a pandemia) efetivamente abordaram o tema, com a divulgação de remédios promissores, o detalhamento do funcionamento do sistema imunológico e da

criação de anticorpos e, principalmente, com a enumeração dos medicamentos e das técnicas adotados nas unidades de saúde, visando à cura dos pacientes.

As análises quanti-qualitativas deste artigo se deram pelo cruzamento dos critérios dos métodos Análise de Textos de Comunicação, de Dominique Maingueneau, e Análise de Cobertura Jornalística, de Gislene Silva e Flávia Dourado Maia. Diante da responsabilidade social do jornalismo, considerou-se que a preocupação do Twitter UOL Notícias com a temática do tratamento da covid-19, no período pesquisado, foi insuficiente, e que seus seguidores não se sentiram plenamente informados.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

G1. Bem Estar – Coronavírus. **Brasil tem 994 mortes por coronavírus em 24 horas, mostra consórcio de veículos de imprensa; são 57.103 no total**. Disponível em g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-27-de-junho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml. Acesso em 27 jun. 2020. 2020a.

_____. Bem Estar – Coronavírus. **Casos de coronavírus no Brasil e número de mortes em 15 de abril**. Disponível em g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/15/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-15-de-abril.ghtml. Acesso em 23 jun. 2020. 2020b.

_____. Bem Estar – Coronavírus. **Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 31 de maio**. Disponível em g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/31/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-31-de-maio.ghtml. Acesso em 5 jun. 2020. 2020c.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

JOHNS HOPKINS, University. **Coronavirus Resource Center**. Disponível em coronavirus.jhu.edu/map.html. Acesso em: 27 jun. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. **Análise de cobertura jornalística**: um produto metodológico. In: Revista Rumores. Ed. 10. Ano 5. Julho-Dezembro 2011. Disponível em rumores.usp.br/pdf/rumores10_2_gislene_flavia.pdf. Acesso em: 6 jun. 2020.

SILVA, Gislene. **Problemática metodológica em jornalismo impresso**. Rumores – Revista em Online de Comunicação, Linguagem e Mídias. São Paulo. v.1, n.1, jul-dez 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. V.1. Florianópolis: Insular, 2005.

TWITTER UOL NOTÍCIAS. **OMS cria projeto para distribuir a países colaboradores fármacos de tratamento já existentes**. Vídeo postado em 07 de maio de 2020. Acesso em: 15 jun. 2020.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.

ORIENTAÇÕES DA ONU MULHERES SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO¹³ NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA

Pauline Freire Pimenta¹⁴

INTRODUÇÃO

Com a pandemia do covid-19 se espalhando desde meados de março de 2020 no Brasil, várias campanhas publicitárias, publicações em redes sociais, enfim, vários discursos foram produzidos em inúmeros formatos na mídia, seja impressa, televisiva ou on line, sobre o tema. Discursos e hashtags das mais diversas, campanhas contra e a favor da campanha #fique em casa, dentre outros, se fizeram presentes em diversas frentes. Várias instituições tem feito campanhas publicitárias das mais diversas sobre o assunto, induzindo as pessoas a refletirem sobre as diversas realidades que estão vivendo.

Uma das instituições que vem fazendo inúmeras campanhas na pandemia é a Onu mulheres. Segundo o site da entidade, “A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres¹⁵.” Na perspectiva de fazer as pessoas refletirem sobre suas atitudes durante a pandemia, uma de suas ações foi a publicação, no dia 3/4/2020, de uma notícia intitulada: “ONU Mulheres sugere nove ações que toda pessoa pode fazer na resposta à Covid-19 e eliminar a desigualdade de gênero dentro de casa”¹⁶, que traz uma espécie de manual com sugestões de várias ações que podem ser feitas durante a pandemia, atrelando ações ligadas ao feminismo e contra o patriarcado. Sensível ao aumento da responsabilidade das mulheres em relação às atividades domésticas na pandemia, eles incentivam ações de igualdade de gênero, pois, segundo a notícia publicada:

¹³ O termo gênero, neste artigo, aparecerá em dois sentidos. Quando nos referirmos, portanto, a gênero textual, sempre colocaremos o termo “gênero textual”, quando nos referirmos a gênero no sentido de igualdade de gênero, colocaremos o termo “gênero”.

¹⁴ Doutora em Estudos Linguísticos. Mestre em Letras. Licenciada e Bacharel em Letras. Universidade Federal de Lavras (UFLA), paulinefreire@gmail.com

¹⁵ Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em 31/7/2020

¹⁶ Reportagem na íntegra disponível no link: http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-sugere-nove-acoes-que-toda-pessoa-pode-fazer-na-resposta-a-covid-19-e-eliminar-a-desigualdade-de-genero-dentro-de-casa/?fbclid=IwAR3zxXvL-AAbjrfn-7jv_DjrUueMajit02raySKPbU6Y4vlo0qR46SyyGNcm. Acesso em 20/7/2020

A pandemia da COVID-19 não é apenas um problema de saúde. É um choque profundo para as sociedades e economias. Alterou drasticamente a vida cotidiana. E enquanto as pessoas estão engajadas nas medidas de distanciamento social, como acontece em qualquer crise ou pandemia, as mulheres estão sendo impactadas pela COVID-19 de maneiras diferentes e menos visíveis.

Enquanto todas as pessoas fazem a sua parte para retardar a disseminação da COVID-19 praticando o distanciamento e o isolamento social, a ONU Mulheres compartilha algumas das melhores recomendações para apoiar a igualdade de gênero em casa, em cada canto do planeta, sem deixar a segurança da casa ou do sofá. (ONUMULHERES, 2020)

Neste capítulo, procura-se analisar de que maneira o discurso midiático foi utilizado pela Onu Mulheres para promover a igualdade de gênero nas mídias sociais, com o objetivo de alcançar um grande número de pessoas. Dentre os objetivos deste capítulo destacam-se: analisar de que maneira os significados acional, por meio do gênero textual, e representacional, por meio da transitividade (tipos de processos), se apresentam no texto analisado; refletir sobre o reforço do discurso em prol da igualdade de gênero e contra a manutenção do dispositivo do patriarcado; refletir sobre a influência de ações voltadas para públicos diversos em meio a pandemia; analisar como a notícia em formato de manual pode influenciar as pessoas em isolamento social.

Unir a reflexão sobre divisão sexual do trabalho e patriarcado mesmo durante uma pandemia torna-se importante já que, com muitas pessoas trabalhando de casa remotamente, para evitar aglomerações no trabalho, muitos casais se viram em casa o dia todo trabalhando, e mais, muitos dispensaram as empregadas domésticas para também se protegerem do coronavírus. Diante disso, as tarefas domésticas, que antes eram assumidas por empregadas domésticas, se tornaram responsabilidade dos próprios moradores das casas, que agora, além de dar conta de seu trabalho, tem que dar conta do trabalho doméstico, e das crianças, que estão sem ir à escola já que as aulas presenciais também estão suspensas, em todo o país, desde o mês de março de 2020.

Primeiramente, neste trabalho, faremos uma reflexão sobre a esfera pública e a esfera privada, igualdade de gênero e patriarcado, trazendo conceitos e definições que nos permitam pensar de que forma o patriarcado se constrói e como ele ainda se faz presente na eterna luta pela igualdade de gênero e na dicotomia esfera pública e esfera privada, esta última ainda sendo muito “pertencente” à mulher. A seguir, traremos alguns pontos teóricos sobre os significados acional (gênero textual) e representacional (transitividade), de Norman Fairclough, formando elementos teóricos da Análise de Discurso Crítica, que nos auxiliarão na análise do corpus. Por fim, traremos a análise de trechos do

corpus, relacionando-o com a teoria proposta, de modo a refletir sobre como as “ações” propostas no “Manual” se mostram refletidas na sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Refletir sobre igualdade de gênero, esfera pública e privada e patriarcado torna-se essencial neste contexto, uma vez que, mesmo com inúmeros avanços da sociedade, ainda é presente, em inúmeros discursos e em diversos cotidianos, a reprodução de elementos que remetem a manutenção de elementos patriarcais. Patriarcado está ligado a “dominação masculina” ou “opressão das mulheres” (HIRATA et al, 2009, p. 173) e, ainda, “(...) designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (HIRATA et al, 2009, p. 173). Ligado, portanto, a questões como dominação, temos a reprodução dessa prática e do discurso há muito tempo, pelo fato de a sociedade ainda ser considerada “patriarcal”, já que o homem era o provedor da família e a mulher cuidava da casa e das crianças. Segundo Soihet (2015),

a questão das mulheres foi sempre olhada como menor e onde a dominação foi incorporada pelos dominados: as mulheres que educam os filhos muitas vezes reproduzem os mecanismos que as colocaram em posições subalternas, as filhas é que têm que limpar a casa, devem ter posições submissas. Ela incorpora e reproduz. Esta é a violência simbólica” (SOIHET, 2015, p. 55).

Ainda atrelado à questão do patriarcado, Swain (2014) traz o “dispositivo do patriarcado”¹⁷, e, segundo ela, a “ordem patriarcal e a construção da diferença sexual apresentam-se como um tripé: a materialidade genital, no caso, o pênis; a figura simbólica do pai; e o resultado final, o poder.” (SWAIN, 2014, p. 38). Junto ao dispositivo do patriarcado, haveria mais três subsistemas, ou dispositivos que, juntos, formariam o primeiro, são eles: dispositivo amoroso, atribuição de papéis socialmente destinados às mulheres; dispositivo da sexualidade, corpo sexuado das mulheres, e dispositivo da violência, que seriam as formas de intimidação daquelas que desafiam o controle patriarcal, tais como estupro, assassinato, dentre outras (SWAIN, 2014). Percebemos, em muitos discursos patriarcais ainda vigentes, a manutenção de elementos do “dispositivo amoroso”, que coloca as mulheres nas posições antes “pertencentes” a elas, a esfera privada, uma vez que

o dispositivo amoroso, assim, cria mulheres dóceis e, além disso, dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus pensamentos, seus comportamentos na busca de um

¹⁷ Mais sobre o assunto, pesquisar em SWAIN(2014).

amor ideal, que seria feito de trocas e emoções, de partilha e cumplicidade. É a busca do príncipe, a multiplicação dos casamentos e consequentemente dos divórcios, pois o príncipe é com frequência, apenas um sapo. E isto apenas nos países em que o divórcio é aceito (SWAIN, 2014, p. 42)

Temos, portanto, atrelado à manutenção desse discurso do patriarcado, a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e a constante luta por uma maior divisão das tarefas domésticas, uma vez que, mesmo com a conquista de vários direitos pelas mulheres, como o voto, de estudo e trabalho, dentre outros, adentrar a esfera pública tem sido, muitas vezes, um reflexo de uma duplicação de jornada, ou mesmo multiplicação de tarefas, pois, agora, além de dar conta das tarefas domésticas, a mulher ainda trabalha fora, colaborando com o sustento da casa. Inversamente a esse movimento, muitos dos casais não assistem a uma maior participação dos homens, por exemplo, na colaboração das tarefas domésticas, já que, nos tempos atuais, ainda há homens que, mesmo trabalhando fora de casa, como a mulher, não assumem nenhuma tarefa doméstica após seu dia de trabalho, o que torna necessária a realização de campanhas para o aumento da “igualdade de gênero” como uma prática social.

Mesmo com toda a evolução dos papéis pessoais e profissionais das mulheres, ainda há uma naturalização do patriarcado uma vez que “(...) o conservadorismo tradicional considera natural e inevitável o patriarcado na sociedade e a divisão sexual do trabalho entre o homem ‘público’ e a mulher ‘particular’”. Para além disso, as mulheres “(...) nasceram para ser esposas e mães, e rebelar-se contra esse destino é inútil e errado.” (HEYWOOD, 2010, p. 31).

Apesar dos avanços em relação a estudos de gênero e na sociedade em si, percebe-se que a divisão entre público e privado ainda se faz presente desde a infância, quando as meninas usam a cor rosa e os meninos a azul. Isso ocorre pois “os diferentes papéis de homens e mulheres têm origem em um processo de ‘condicionamento’: desde os primeiros anos, meninos e meninas são incentivados a se ajustar a identidades de gênero bem específicas” (HEYWOOD, 2010, p. 37). Biroli (2018) avança muito na discussão sobre a divisão sexual do trabalho¹⁸ e reforça que essa divisão permanece ainda desigual, devido à distribuição de tarefas de forma desigual entre os homens e as mulheres.

A literatura mobilizada destaca a divisão sexual do trabalho como base para a opressão das mulheres: o gênero é, assim, produzido na forma da exploração do trabalho das mulheres e da vulnerabilidade relativa que incide sobre elas. Para ser mais precisa, diferenças codificadas como ‘naturalmente’ femininas ou masculinas, imprimindo às vivências uma concepção dual e binária de gênero, decorrem da atribuição distinta de habili-

¹⁸ Mais reflexões sobre divisão sexual do trabalho podem ser encontradas em BIROLI(2018).

dades, tarefas e alternativas na construção da vida de mulheres e homens. Essas diferenças não se estabelecem da mesma forma para elas e para eles, uma vez que presumem normas masculinas e são mobilizadas para justificar as desvantagens econômicas das mulheres (BIROLI, 2018, p. 35).

Essa reflexão, portanto, do papel do patriarcado, da divisão sexual do trabalho e da igualdade de gênero se torna essencial em qualquer contexto, mas mais ainda em tempos de pandemia, como o vivido no Brasil desde meados de março, quando os discursos dos mais diversos vem sido divulgados e compartilhados, e, mais além, práticas tem sido reproduzidas, das mais diversas, para reforçar ou para rechaçar as desigualdades de gênero ainda tão existentes em nossa sociedade.

Norman Fairclough, principal representante da Análise de Discurso Crítica, traz a ideia de multifuncionalidade da língua para a de semiose, uma vez que considera a linguagem muito mais do que função e funcionamento, mas como significação, e apresenta três significados (acional, representacional e identificacional). Segundo ele, o significado acional teria relação com os modos de agir discursivamente, reforçando a ideia de legitimação da ação por meio das relações entre os sujeitos; o representacional seria relacionado a modos de representação de aspectos do mundo e o significado identificacional, construindo ou negociando identidades, seria a maneira como as identidades são representadas (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Interessa-nos, mais de perto, as definições dos significados acional, por meio do gênero textual, e o representacional, por meio dos processos. O significado acional relaciona-se ao eixo do poder, ou seja, a ‘relações de ação sobre os outros’. Nessa perspectiva é que se entende que gêneros textuais, como maneiras de (inter)agir e relacionar-se discursivamente, implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros e poder. O significado representacional relaciona-se ao eixo do saber. Discursos, como maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupõem controle sobre as coisas e conhecimento. O significado identificacional relaciona-se ao eixo da ética. Estilos, maneiras de identificar a si e aos outros, pressupõem identidades sociais e individuais, ligadas às ‘relações consigo mesmo’, ao ‘sujeito moral’. (RESENDE e RAMALHO, 2011, p. 51) Dentro do significado acional, portanto, explicitaremos o gênero textual, e, dentro do significado representacional, os tipos de processos(transitividade).

No significado acional, temos a agentividade, que se relaciona com a Atividade (o que as pessoas estão fazendo discursivamente) e a Relação social (qual é a relação entre as pessoas que fazem parte do evento), bem como a tecnologia comunicativa que esteja envolvida no evento (FAIRCLOUGH,

2003). Como agentividade, consideramos a análise da composição genérica dos gêneros textuais, representação de vozes de outras pessoas, análise das marcas ideológicas a partir de escolhas linguísticas feitas pelo enunciador, ou seja, por qual motivo, por exemplo, foi escolhida aquele gênero textual para ser utilizado com aquele propósito comunicativo.

Segundo Marcuschi (2002), “os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social” (MARCUSCHI, 2002, p. 19), e ainda segundo o autor,

Bakhtin [1997] dizia que os gêneros textuais eram tipos “relativamente estáveis” de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana. São muito mais famílias de textos com uma série de semelhanças. Eles são eventos linguísticos, mas não se definem por características linguísticas: caracterizam-se, como já dissemos, enquanto atividades sóciodiscursivas. (MARCUSCHI, 2002, p. 29).

Além dos gêneros textuais, temos os tipos textuais, considerados como

uma espécie de construção teórica definida pela *natureza linguística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (MARCUSCHI, 2002, p. 23)

Ainda segundo Marcuschi, “gêneros textuais são uma espécie de armadura comunicativa geral preenchida por sequências tipológicas de base que podem ser bastante heterogêneas mas relacionadas entre si.” (MARCUSCHI, 2002, p. 27)

Já no significado representacional, temos como categoria a Transitividade, que “permite identificar e descrever de que maneira os atores sociais, eventos e ações são representados por meio de processos, participantes e circunstâncias” (PIMENTA, 2019, p. 131), englobando os tipos de processos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), que seriam: materiais, relacionais, mentais, verbais, comportamentais e existenciais. Fuzer e Cabral (2014) os definem de forma sintética:

- a. a representação da experiência externa (ações e eventos) é realizada por processos materiais, como fazer, construir, acontecer;
- b. a representação da experiência interna (lembranças, reações, reflexões, estados de espírito) é realizada por processos mentais, como lembrar, pensar, imaginar, gostar, querer;

- c. a representação de relações (identificação e caracterização) é realizada por processos relacionais, como ser, estar, parecer, ter.
- d. Nas fronteiras desses três principais, situam-se outros três processos: comportamentais, verbais e existenciais. Assim:
- e. a representação de comportamentos (manifestações de atividades psicológicas ou fisiológicas do ser humano) é realizada por processos comportamentais, situados entre os materiais e os mentais, como dormir, bocejar, tossir, dançar;
- f. a representação de dizeres (atividades linguísticas dos participantes) é realizada por processos verbais, situados na fronteira entre os mentais e os relacionais, como dizer, responder, afirmar;
- g. a representação da existência de um participante (o ‘estar no mundo’ é realizada por processos existenciais, situados entre os relacionais e os materiais, como existir, haver (FUZER; CABRAL, 2014, p. 43).

Por meio dos processos elencados, poderemos refletir sobre as escolhas lexicais e como essas representam a mensagem que o texto a ser analisado quis passar. Ao elencarmos os dois significados, representacional e acional, modos de representar e agir, por meio do gênero textual e dos processos, refletiremos, a seguir, por meio da análise do corpus, de que forma o gênero textual notícia, apresentado de forma híbrida com o gênero textual manual, traz os tipos de processos e de que maneira o texto se mostra como uma forma de ação e de representação reproduzindo um discurso midiático para reforçar a igualdade de gênero na pandemia do coronavírus.

A análise do corpus será realizada a partir de dois trechos elencados, sobre os quais serão tecidas as considerações embasadas no gênero textual, nos tipos de processos, e nos reflexos destes nos significados representacional e acional, bem como refletindo sobre as formas de discurso midiático utilizado para fomentar a igualdade de gênero.

Por meio do discurso midiático de divulgação de uma notícia em forma de manual/orientações, há a utilização da mídia de forma persuasiva, neste caso, querendo convencer o leitor sobre a importância da igualdade de gênero na pandemia, assunto já muito discutido, mas que mereceu um destaque especial em tempos de pandemia, já que muitas famílias agora permanecem em casa, em *home office*, e com filhos com aulas em casa remotamente, muitas vezes sem auxílio da empregada doméstica que usualmente trabalhava em sua casa, como já destacado anteriormente neste capítulo.

No significado acional, destaca-se o gênero textual, e com ele os tipos textuais presentes em um determinado gênero textual. No caso de nosso corpus, temos um gênero textual notícia, que tem uma relação híbrida com um manual, com orientações para o leitor sobre atividades a serem realizadas, destacando-se, portanto, como um gênero textual híbrido. Aqui, temos, dentro do gênero textual notícia/Manual, a predominância do tipo textual injuntivo, que seria instrucional, trazendo, em alguns momentos, fases a serem executadas ou mesmo conselhos.

No primeiro trecho da notícia, temos uma sugestão para que o leitor/a “Compartilhe os cuidados da casa”. Veja abaixo:

1. Compartilhe os cuidados em casa

Desde cozinhar e limpar, buscar água e lenha ou cuidar de crianças e pessoas idosas, as mulheres realizam três vezes mais tarefas domésticas e trabalho não-remunerado do que os homens. Enquanto mais e mais pessoas e famílias estão isoladas em suas casas para impedir a propagação da Covid-19, as responsabilidades com os cuidados estão sempre em alta. Cabe a toda família compartilhar o cuidado: o apoio a crianças por meio de ensino à distância ou a pessoas idosas e vulneráveis, cozinhar, limpar e administrar as famílias. (grifo nosso)

Sabe-se, há muito tempo, que pelo fato de a mulher ter “pertencido”, por muito tempo, à esfera privada e o homem à esfera pública, a maioria, senão toda atividade doméstica era responsabilidade da mulher. Mesmo com sua saída para o mercado de trabalho, ainda assim em muitos contextos familiares é ela quem se preocupa com a realização de diversas atividades domésticas. Diante disso, no trecho abaixo, temos a injunção: “compartilhe(...)”, que reforça a necessidade latente de que esse conceito de compartilhamento de tarefas seja normalizado. A utilização dos processos materiais¹⁹ (Halliday, 2004) “compartilhar”, “cozinhar”, “limpar” e “administrar” mostram também o significado acional, da necessidade do agir, da ação, para que a mudança em prol dessa igualdade de gênero se consolide. Dessa forma, ao sugerir que as pessoas realizem as ações acima, o discurso midiático se faz presente por meio de uma estratégia de persuasão para convencer o leitor de que é importante realizar tais ações.

Por meio do gênero textual notícia/manual, temos as orientações para que a igualdade de gênero se realize, e, no trecho acima, a utilização dos processos materiais corrobora para que a ação de fomentar a discussão sobre igualdade de gênero, por meio de compartilhamento de atividades domésticas, se efetive.

No segundo trecho temos:

4. Fale sobre a igualdade de gênero com sua família

Distanciamento social significa que o lar se torna uma escola para muitas famílias em todo o mundo. Adicione feminismo

¹⁹ Discussão mais aprofundada disponível em HALLIDAY(2004)

ao currículo. Converse sobre igualdade de gênero com sua família, amigos e amigas – especialmente crianças, meninos e meninas. Conversando com as crianças sobre igualdade entre todos os sexos e o que ainda precisa ser feito para alcançarmos um mundo igual, você as prepara para liderar o caminho para um futuro melhor para todas as pessoas. (grifo nosso)

Aqui, o gênero textual híbrido notícia/manual continua se mostrando como uma boa estratégia de persuadir o leitor a lutar pela igualdade de gênero, ainda com sugestões de ação, por meio de processos, desta vez materiais (adicionar e preparar) e verbais (conversar). A estratégia neste tópico seria utilizar a estratégia argumentativa, por meio da fala, para fomentar a igualdade de gênero, mesmo em casa, com as pessoas mais próximas. Importante destacar que a estratégia da conversa por ser muito valiosa, seja trazendo experiências, seja expondo a importância de sempre haver um equilíbrio entre os gêneros, para que, principalmente em tempos de pandemia, as atividades domésticas não continuem pesando mais para as mulheres que para os homens, por exemplo. A utilização dos processos, como afirmado na análise do trecho anterior, mostram de que forma o significado representacional se apresenta, assim como o acional, estimulando que haja ação, agora por meio da fala, para que a igualdade de gênero se mostre mais presente na vida prática.

CONSIDERAÇÕES

Após analisar de que maneira os significados acional, por meio do gênero textual, e representacional, por meio da transitividade, se apresentam no texto analisado, foi possível perceber de que maneira ainda é necessário lutar em prol o reforço do discurso em prol da igualdade de gênero e contra a manutenção do dispositivo do patriarcado. Percebe-se que essa luta é contínua e pode ser feita de várias formas, dentre elas essa iniciativa da ONU Mulheres de publicar uma notícia/manual com sugestões de inúmeras ações eficazes e relativamente simples, que podem ser realizadas por qualquer pessoa, em prol da igualdade de gênero em momentos tão conturbados como o da pandemia.

Ainda, levando em consideração o discurso midiático, bem como o papel crucial das redes sociais e da internet, podemos perceber o papel primordial nessas mídias na divulgação ou mesmo reforço de quaisquer ideias, uma vez que seria uma maneira de influenciar diferenciados públicos em prol de uma defesa de ponto de vista específica, neste caso um ponto tão importante e urgente como a igualdade de gênero. A importância de ações como essa, apesar de os resultados serem imensuráveis, não pode ser desconsiderada, já que são muitas as famílias que estão em isolamento social, com muitas mulheres sobrecarregadas, muitas vezes sozinhas, e que, com acesso a informações

como a da notícia, podem se fortalecer e mesmo fortalecer suas famílias, com práticas e ações que possam mudar inclusive a sua realidade. Em tempos de pandemia, qualquer iniciativa que promova igualdade de gênero e que alcance um número que seja pequeno, de pessoas, já pode colaborar para amenizar uma situação que já está tão difícil para todos, e, mais ainda, a mídia deve sim ser utilizada para esses fins, ainda mais aliada com o discurso persuasivo de orientar os leitores, como o que foi feito na notícia analisada.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades. Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. 228p.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 2004.
- HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010.
- HIRATA et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002
- PIMENTA, P. F. “Lugar de mulher é na reitoria” : análise discursivo-crítica das formações identitárias e das relações de poder de mulheres do alto escalão nas IFES mineiras. 2019. 242 f. Tese. (Doutorado em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- RESENDE, V. M & RAMALHO, V. S. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SOIHET, R. Divididas para avançar. In: **REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Ano 10, nº 113- Fev. 2015. Entrevista concedida a Nashla Dahás e Bruno Garcia
- SWAIN, T. N. **Por falar em Liberdade...** In: Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

REPRESENTAÇÃO MULTIMODAL DE CHARGE NO CONTEXTO PANDÊMICO

Denise Maia Pereira Laurindo²⁰

INTRODUÇÃO

A crescente notoriedade e o eminente potencial dos textos multimodais nas mídias, como consequência do advento da tecnologia e da comunicação, trazem mudanças nas maneiras de se comunicar a ponto do entrelaçamento entre o verbal e o imagético ter um desdobramento notável com consequências que podem ser observadas em diferentes nuances. As características visuais estão em crescente desdobramento em nossa cultura com o uso de imagens, cores, recursos não verbais e ilustrações, não apenas com equivalência coadjuvante, mas com características pervasivas que requerem leituras específicas e contextualizadas.

Nesse contexto, facilmente encontradas na web, as charges fazem parte de um rico gênero com destaque à exposição cada vez mais corriqueira em diferentes redes sociais, mídias, jornais e requerem uso de recursos semióticos variados para seu pleno entendimento. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa centra-se em analisar a verbo-visualidade de uma charge, verificando os recursos multimodais com base em Kress e van Leeuwen (2006) baseado à luz da teoria sistêmico-funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Para a análise proposta, o corpus deste capítulo consta de uma charge publicada em meio digital, que partiu da realidade vivenciada no contexto pandêmico acarretado pelo vírus SARS-CoV-2. Este capítulo está dividido, além desta introdução, considerações finais e das referências, em discussão teórica, onde se abordará, principalmente: leitura, contexto de produção, multimodalidades, metafunções, gênero discursivo e conceituação de charge; e análise de dados a partir da teoria contemplada e da charge proposta.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Com suas peculiares combinações verbais e visuais, as charges são capazes de servir a seus propósitos de criação e seu entendimento dependerá da apreensão de leitura de características específicas do gênero para que seu potencial analítico possa ser explorado, dentro de seus aspectos multimodais, devendo ser analisadas de acordo com sua metalinguagem própria e do seu contexto.

²⁰ Doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP), Mestra em Linguística Aplicada e Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: maiadniz@hotmail.com

Na perspectiva sociocognitiva de leitura, o conhecimento prévio do leitor adquire um notável espaço no processo de leitura, uma vez que “o que o leitor traz para o texto é normalmente mais importante do que o que ele acha no texto” (GRELLET, 2003, p. 7). Para Kleiman (2004, p. 14):

Nessa perspectiva, os usos da leitura estão ligados à situação; são determinados pelas histórias dos participantes, pelas características da instituição que se encontram, pelo grau de formalidade ou informalidade da situação, pelo objetivo da atividade de leitura, diferindo segundo o grupo social. Tudo isso realça a diferença e a multiplicidade dos discursos que envolvem e constituem os sujeitos e que determinam esses diferentes modos de ler.

Desta forma, a leitura faz parte de uma atividade interativa complexa para a realização de produção de sentidos. Koch e Elias (2018, p. 11) explicam que “se leva em conta as experiências e os conhecimentos do leitor” bem como exige-se dele “bem mais que o conhecimento do código linguístico, uma vez que o texto não é simples produto de codificação de um emissor a ser decodificado por um receptor passivo.” Observa-se que a leitura requer um leitor participante que ative seus conhecimentos prévios e interaja com o texto para com ele construir significados, podendo ser tanto implícitos como explícitos, advindos de leituras visuais ou verbais, implicando o conhecimento de múltiplas modalidades para que se depreenda devidas interpretações.

A comunicação linguística se dá por textos, que podem ser entendidos como uma estrutura inacabada, podendo “ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social” (KOCH, 1997, p. 26). Beaugrande (apud Marcuschi, 2008, p. 72), afirma que “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas sociais e cognitivas”. Desta forma, o texto expressa propósito comunicativo e caracteriza-se “como uma atividade eminentemente funcional, no sentido de que a ele recorreremos com uma finalidade, com um objetivo específico, nem que seja, simplesmente, para não ficarmos calados” (ANTUNES, 2010, p. 30-31). Halliday e Mathiessen (2014, p. 3) explicam que “texto é a linguagem em funcionamento em contexto; (...) então, texto é o processo de fazer significados em contexto”.

Tais propriedades, que envolvem a funcionalidade de um texto bem como sua contextualização, enfatizam os atributos que fazem parte do entendimento do uso da língua e da linguagem partindo da situação de seus usos na sociedade. O sistema linguístico também está associado ao sistema social (HALLIDAY; HASAN, 1989). Desta forma, o contexto é elemento impor-

tante na análise e compreensão de textos, pois, através dele, pode-se prever: os estágios obrigatórios, os elementos que devem ocorrer; os estágios recursivos, que podem ocorrer com certa frequência; e os estágios opcionais, os elementos que podem ocorrer. Nesta conjuntura, o conceito de configuração contextual é proposto (HASAN, 1989). Ressalta-se variáveis constituintes do contexto que são: campo - referindo-se à natureza da atividade social, às práticas sociais explicitadas no texto, às suas condições de produção; relação - referindo-se aos papéis que os interlocutores assumem, às relações que se estabelecem nas trocas comunicacionais entre os interlocutores, à ligação deles; e modo - referindo-se ao meio em que o texto é veiculado, ao papel da linguagem na interação, à forma do texto e as estratégias linguísticas utilizadas na interação (HALLIDAY; HASAN, 1989).

Em relação à imagem, esta pode passar a ter interpretações diversas a depender das escolhas de estruturas composicionais uma vez que suas características, expressões, cores, formato, dentre outros elementos imagéticos que a compõe intrinsecamente, podem mudar seu significado, conforme a explicação a seguir:

Assim como estruturas linguísticas, estruturas visuais apontam para interpretações particulares de experiência e formas de interação social. Significados pertencem à cultura, ao invés de modos semióticos específicos. E a maneira que os significados são delineados pelos diferentes modos semióticos, a maneira que algumas coisas, por exemplo, são ‘ditas’ visualmente ou verbalmente, outras somente visualmente, e outras apenas verbalmente, é também culturalmente e historicamente específico. [...] Mas mesmo quando nós podemos expressar o que parece ter o mesmo significado tanto na forma de imagem ou escrita ou fala, eles serão percebidos diferentemente. Como exemplo, o que é expresso na linguagem através da escolha entre diferentes classes de palavras e estruturas de oração, pode, na comunicação visual, ser expressa através da uma escolha de diferentes usos de cor ou diferente estruturas composicionais. E isto afetará o significado. Expressar algo verbalmente ou visualmente faz diferença. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 2)

O advento da tecnologia permite a facilidade de se poder mesclar palavras com imagens e sons, criar artefatos digitais e diferentes formas de significados. Neste contexto, um texto multimodal pode conceber “um diferente sistema de significação, um que transcende a contribuição coletiva de suas partes constituintes. Simplificando, a multimodalidade pode proporcionar, não somente uma nova maneira de dar significados, mas diferentes tipos de significados” (Hull; Nelson, 2005, p. 2). O próprio texto escrito pode ter suas próprias características multimodais uma vez que em sua tipografia pode ser utilizada

recursos significativos com aspectos multimodais como o tipo ou formato da fonte que denota diferentes recursos comunicativos.

As novas formas de fazer significados demandadas das multimodalidades provindas do advento das tecnologias da informação e da comunicação requerem letramentos profícuos nas práticas sociais de escrita e leitura demandadas por todos na sociedade multimodal. Kress e van Leeuwen (2006, p. 3) explicam que:

A comunicação visual está cada vez menos sob o domínio de especialistas, e cada vez mais crucial sob o domínio da comunicação pública. Inevitavelmente, este fato conduzirá para um novo, com mais regras e mais formalmente, ensino normativo. Não ser ‘visualmente letrado’ começará a atrair sanções sociais. O letramento visual começará a ser uma questão de sobrevivência, especialmente no ambiente de trabalho.

Como os textos multimodais conciliam uma combinação de elementos que podem conduzir a diversificadas direções de leituras por entre seus pontos composicionais, onde há caminhos de leitura que vão além da linearidade da esquerda para a direita e de cima para baixo, neles há modos diferentes em sua composição e é justamente “a composição do todo, a maneira pela qual os elementos representacionais e interativos são construídos para se relacionarem entre si, a maneira que eles se integram em um todo significativo” que dão sentido ao texto e “em outras palavras, onde os elementos (dos participantes e dos sintagmas que os conectam entre si e ao leitor) os dotam com valores de informações específicas relativas entre si” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 176).

Para seu funcionamento como sistema comunicativo, o visual deve servir vários requisitos comunicacionais e representativos e, amparados na gramática sistêmico-funcional, Kress e van Leeuwen (2006) propõem que o visual se organiza em metafunções. A noção teórica das metafunções pode ser entendida como os usos que fazemos da linguagem (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). As metafunções fazem parte do estrato semântico da linguagem, entendidas como os usos de que se faz dela, e são organizadas em três: a ideacional, representando experiências do mundo, que está voltada para o campo; a interpessoal, estabelecendo relações entre os usuários da língua, que está voltada para a relação; e a textual, que, do ponto de vista linguístico organizado as mensagens, voltada para o modo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Em se tratando da metafunção composicional, esta está relacionada aos significados interativos e representacionais da imagem por três sistemas interrelacionados: o valor de informação, a saliência e o enquadramento. O valor de informação pode ser identificado de acordo com as principais regiões da imagem como esquerda/ direita, superior/ inferior, centro/ margem. A saliência pode ser identificada como os elementos que atraem a atenção do

leitor para diferentes graus, pelos fatores de localização no primeiro plano ou no plano de fundo, tamanho relativo, contrastes em tonalidades, cores, nitidez etc. O enquadramento está relacionado a elementos que criam linhas divisórias ou por linhas reais de quadros, conectando ou desconectando elementos da imagem (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 177).

Na visão da Linguística Sistêmico-Funcional, a língua é um sistema onde escolhas são feitas para que haja produção de significados e seu uso situa-se em um contexto social, pela relação entre os participantes, pelo modo que a comunicação será efetivada, pelo canal no qual a comunicação será utilizada, pelo conteúdo a ser abordado etc. A seguir, uma breve contextualização em torno do gênero charge; entende-se que ao se reconhecer um gênero cria-se a possibilidade para que os aspectos de leitura demandantes dele sejam regulados perante as expectativas do próprio sistema de compreensão.

Para se compreender o funcionamento do discurso e seus sentidos, é pertinente considerar algumas definições e visões acerca de gênero. Para Marcuschi (2008, p.155), os gêneros “apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais institucionais e técnicas.” Bakhtin (2011, p. 262), explica que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”, enquanto que Rojo e Barbosa (2015, p. 16) afirmam que “caracterizamos os gêneros como entidades que funcionam em nossa vida cotidiana ou pública, para nos comunicar e para interagir com as outras pessoas”.

Além disso, os gêneros discursivos podem ser vistos na “relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, as atividades discursivas e no interior da cultura. Eles mudam, fundem-se, misturam-se para manter sua identidade funcional com inovação organizacional” (MARCUSCHI, 2008, p.19). Nesse contexto, eles têm suas características intrínsecas que fazem parte do próprio gênero e que também exigem leituras peculiares e particulares. Seguidamente das concepções acerca dos gêneros, faz-se pertinente a explanação do gênero charge. Para Costa (2018, p. 70-71), charge é:

“palavra de origem francesa que significa *carga*, ou seja, algo que exagera traços do caráter de alguém ou de algo para torná-lo burlesco ou ridículo. Por extensão, trata-se de uma ilustração ou desenho humorístico, com ou sem legenda ou balão, veiculado pela imprensa, que tem por finalidade satirizar e criticar algum acontecimento do momento. [...] Geralmente é um texto de opinião.”

Para Ramos (2018, p. 21), “a charge é um texto de humor que aborda algum fato ou tema ligado ao noticiário. De certa forma, ela recria o fato de forma ficcional, estabelecendo com a notícia uma relação intertextual”, explicando ainda que a charge faz parte dos quadrinhos e que estes seriam “um grande rótulo, um hipergênero que agregaria diferentes outros gêneros, cada um com suas peculiaridades” (RAMOS, 2018, p. 20). Esse hipergênero “engloba as diferentes produções dos quadrinhos, cada uma constituindo um gênero autônomo, produzido em diferentes formatos e suportes, porém unido pelo uso da mesma linguagem e pelo predomínio dos elementos narrativos” (VERGUEIRO; RAMOS, 2019, p. 192), que abarcaria: cartum, tiras cômicas, tiras seriadas, charge etc. Charge também pode ser explanada como:

[...] um texto de humor que dialoga especificamente com fatos do noticiário. É uma leitura irônica de alguma informação, reportada ou não no jornal ou site em que foi veiculada. Quando tem como personagem algum político ou personalidade, é comum o uso da caricatura para reproduzir as feições da pessoa representada (RAMOS, 2019, p. 193).

Vê-se, portanto, que é intrínseco à charge ter, atrelada aos seus propósitos comunicativos, a relação com temas do noticiário jornalístico ou com assuntos políticos, bem como sua forma de representação crítica dos percalços do cotidiano social, seja por meio de sátira, inquietações ou por meio do humor que também pode se fazer presente. Em sua multimodalidade, esse gênero exige um compilado de conhecimentos específicos para seu entendimento, não se limitando a ser um recurso de desenfadamento ou a causar riso, mas que abrange reflexões críticas e discussões, apresentando um teor argumentativo, denunciativo, opinativo e persuasivo.

Latour e Woolgar (1986, p. 240) afirmam que “o resultado de uma persuasão retórica deve convencer os participantes de que não foram convencidos”, sendo assim, a persuasão tem um papel implícito, o que dependeria do sistema de valores compartilhados no gênero utilizado na comunicação. Nessa conjuntura, as charges estabelecem um diálogo entre o chargista e o leitor e sua compreensão requer ações linguísticas, sociais, cognitivas, dentre outros aspectos.

ANÁLISE DE DADOS

Partindo do entendimento de que “nenhum texto acontece sem uma finalidade qualquer, sem que se pretenda cumprir com ele determinado objetivo” (ANTUNES, 2010, p. 69), a charge a seguir será analisada considerando-se o contexto em que foi produzida para que se possa ter o real entendimento

proposto pelo autor. A charge foi veiculada no jornal britânico *The Economist* em quatro de abril de dois mil e vinte, pelo chargista estadunidense Kevin Kallaugher, conhecido pelo epíteto Kal, em um contexto pandêmico provocado pela Covid-19.

Figura 1: KAL's cartoon



Fonte: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2020/04/04/kals-cartoon>²¹.

A charge faz referência ao discurso do presidente da República Federativa do Brasil perante o contexto pandêmico, quando ele reforça seu ponto de vista com o pedido de suspensão do isolamento social no país. Em relação ao valor de informação, o presidente, caricaturado, está no centro da imagem, em uma composição central, um elemento da imagem que o leitor deve voltar atenção em particular (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Ele é o elemento com mais saliência que desperta interesse na composição da imagem juntamente com os coronavírus amplamente representados como uma tremenda pluviosidade, na qual o presidente encontra-se em meio a essa chuva de coronavírus. Estes já aparecem de forma macroscópica, denotando tamanha força que desfrutam nesse contexto pandêmico, o que indica pontos da saliência, que não são fartamente feitas pelo contraste de cores vivas, uma vez que a charge está em tons de cinza, branco e preto, mas está presente pelo tamanho desses elementos que chamam a atenção do leitor. Além disso, os vírus estão com atuação personificada pelo modo imagético que são construídos.

²¹ Acesso em 5 jun. 2020

Observa-se o intuito de persuasão do autor ao relatar, em forma de charge, a metáfora que o chefe de estado utilizou e comparou o vírus com uma chuva, e que, segundo o presidente, em entrevista, pessoas se molhariam, mas não morreriam afogadas; fazendo uma alusão à ideia de que as pessoas deviam sair de casa, que poderiam contrair o vírus, mas que não morreriam por conta disso. Sendo a fala do chefe de estado na charge: “Brasileiros! Saiam!! Uma chuvinha não vai machucar vocês²²!!”. Enquanto, ao fundo, em segundo plano, o enquadramento mostra inúmeras famílias dentro de suas casas, o que torna ainda mais claro o ponto de vista do chargista e sua posição assumida, intensificando a criticidade no conjunto verbo-visual da charge com o pensamento do “fique em casa”, perante o cenário de isolamento social, amplamente difundido para a não propagação do vírus e suas inúmeras consequências.

Um outro aspecto para ser notado na charge é a escrita do nome “Bolsonaro” na pasta que o mesmo, em forma de caricatura, carrega na charge, aludindo ao contexto de relação (HASAN, 1989), e ao frame, já que este pode ser considerado uma representação mental do conhecimento de mundo relacionado à memória humana que pode ser selecionada ou recuperada quando necessária (MINSKY, 1975). Desta forma, em se tratando de charge com aspectos políticos brasileiros e veiculada originalmente em um jornal britânico, o contexto de relação pôde se fazer necessário ao fornecer estruturas necessárias que permitem compreender o modo como as partes se encaixam no todo da charge, além do leitor ter a possibilidade ampliada de poder fazer significados em contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Por meio das constatações apresentadas e pela construção imagética e linguística, os fatos aludem para salientar o ponto de vista do chargista ao retratar a fala do presidente perante, não obstante, as orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde que defendem que o isolamento social é um grande aliado no combate à disseminação da pandemia provocada pelo vírus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi analisar uma charge em seu contexto social, político e pandêmico de produção buscando evidenciar com o suporte teórico subsidiado nas análises desenvolvidas, elementos do cenário multimodal do gênero analisado. Os recursos visuais e linguísticos disponíveis na charge construíram sentido e alicerçaram a ideologia e a concepção do chargista, passível de iguais críticas contundentes, em se tratando de um recorte da concepção do

²² Tradução nossa.

autor. Compreende-se, dessa forma, que a pretensão de analisar uma charge para dela apurar a reconstrução de acontecimentos retratados, pôde ser relatada com o aporte teórico da análise multimodal.

Percebe-se que por meio de textos multimodais, como na charge analisada associada ao contexto pandêmico, a riqueza desses gêneros é ampla em seus propósitos comunicativos pervasivos, dando margem para eles, que normalmente são veiculados em meios jornalísticos e opinativos, irem além de um recurso de desenfadamento.

A partir dessas breves considerações, aponta-se a importância da contextualização de gêneros e dos aspectos multimodais no processo de entendimento de características inerentes que perfazem a leitura, o entendimento e a perspectiva do chargista e do receptor das mensagens. Espera-se que este capítulo incite estudos que envolvam as leituras multimodais de charges.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Análise de Textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- COSTA, Sérgio. **Dicionário de Gêneros Textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- GRELLET, Françoise. **Developing Reading Skills**. 23. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. Abingdon: Routledge, 2014.
- HASAN, R. Part B. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HULL, Glynda; NELSON, Mark. **Locating the Semiotic Power of Multimodality**. *Written Communication*. v. 22, n. 2, p. 224-261, abr. 2005.
- KLEIMAN, Angela. **Abordagens de Leitura**. Belo Horizonte: Scripta, v. 7. 2004. p. 13-22.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, THEO. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. New York: Routledge, 2006.
- KOCH, Ingedore. **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory life**: The social construction of scientific facts. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

MARCUSCHI, Luiz. **Produção Textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MINSKY, M. A Framework for Representing Knowledge. *In*: WINSTON, P. (org.) **The Psychology of Computer Vision**. New York: McGraw-Hill, 1975.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

RAMOS, Paulo. **Humor nos quadrinhos**. *In*: VERGUEIRO, W.; RAMOS, P. (org.). *Quadrinhos na Educação: da rejeição à Prática*. São Paulo: Contexto, 2019.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline. **Hipermodernidade, Multiletramentos e Gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro.; RAMOS, Paulo. (Org.). **Quadrinhos na Educação**: da rejeição à Prática. São Paulo: Contexto, 2019.

INFODEMIA: O EXCESSO DE INFORMAÇÕES E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

José Teixeira Neto²³
Jeniffer Lopes Batista²⁴

INTRODUÇÃO

A Filosofia não é algo estanque, pronto e acabado. A Filosofia é viva e dinâmica, e por tal motivo, sua forma de reflexão será sempre atual. Por meio dela refletimos acerca das questões do nosso tempo. Em 2020, ocorreu o que a Organização Mundial da Saúde - OMS caracterizou como uma pandemia: uma doença, Covid-19, alastrou-se por todo o mundo causando milhares de mortes. Por meio da Filosofia ousamos lançar nosso olhar e reflexão para o momento atual. Este capítulo objetiva investigar e analisar o que o Estado Brasileiro - entendido como União, Estados e Municípios - está fazendo para evitar a infodemia, a desinformação e as consequências causadas por essas. Ao final, com base na análise do atual cenário, embasados pela reflexão e investigação filosóficas, elencamos alguns pontos que acreditamos serem adequados diante do enfrentamento da infodemia por parte do Estado Brasileiro durante a pandemia da Covid-19.

INFODEMIA: EXCESSO DE INFORMAÇÕES E DE DESINFORMAÇÕES

Neste ano de 2020 diversos países lidam com um inimigo invisível e silencioso: o vírus SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19 ou como é popularmente conhecido, novo coronavírus. É um inimigo invisível e silencioso, pois, segundo Estevão (2020) o período de incubação leva de 1 a 14 dias e os indivíduos infectados podem ser assintomáticos e ainda assim transmitir a doença. As primeiras ocorrências da doença foram registradas na China na cidade de Wuhan em Dezembro de 2019. De acordo com um mapa divulgado e atualizado diariamente pela Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos

²³ Professor do Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/Campus Caicó. E-mail: joseteixeira@uern.br

²⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: jeniffer_lopes13@hotmail.com

em 13 de Julho pelo menos 188 países já possuíam casos registrados totalizando 12.984.811 casos em todo o mundo e 570.375 mortes, o que de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS consiste em uma pandemia. O Brasil em Julho de 2020 era o segundo país com maior número de casos e mortes em decorrência da Covid-19 com um total de 1.864.681 casos confirmados e 72.100 mortes.

Devido à rápida propagação do vírus, na tentativa de conter o avanço da transmissão em massa, diversos países, inclusive o Brasil, adotaram rígidas medidas restritivas como quarentena, fechamento de escolas, distanciamento social, entre outros. Diante desse cenário, merece destaque o pronunciamento do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesu, durante a Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2020: “Mas não estamos apenas lutando contra uma epidemia; nós estamos lutando contra uma infodemia” (OMS, 2020. Tradução nossa). O diretor-geral destaca ainda que as notícias falsas ou *fake news* espalham-se com maior rapidez e facilidade do que o próprio vírus, mas ambos são igualmente perigosos.

Assim como há a propagação do vírus, há também a propagação em massa de desinformação e do que se denominou, como aparece na fala do diretor-geral da OMS, de infodemia. A primeira diz respeito a informações falsas com o intuito de enganar e confundir, já a segunda refere-se a um volume excessivo de informações a respeito de um determinado assunto que, no momento, está sendo amplamente discutido, e essas informações, que podem ser confiáveis ou não, dificultam o acesso das pessoas às informações corretas.

O vírus SARS-CoV-2 é chamado de *novo* coronavírus, pois consiste em uma nova cepa (FIOCRUZ, 2020a) do vírus, portanto, anteriormente desconhecida, assim, estudos e pesquisas ainda estão em desenvolvimento. O cenário em que estamos vivendo, tanto a nível nacional quanto mundial está repleto de dúvidas, angústias, medo e de informações, sem embasamento e comprovação científicos, sendo produzidas e disseminadas indiscriminadamente através da *internet*. As consequências da infodemia e da desinformação além de representarem um desserviço ao árduo combate da pandemia, causam consequências tão graves quanto o próprio vírus.

As próprias mídias apresentam-nos essas consequências: há registro de uma pessoa que morreu ao se automedicar com uma substância denominada de *cloroquina*, que mesmo sendo um medicamento, nesse caso, não estava em forma de fármaco, mas era utilizada na limpeza de aquários (BBC, 2020); esse caso aconteceu após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentar o medicamento cloroquina como um tratamento possível contra a Covid-19, entretanto, na época, esse medicamento ainda encontrava-se na fase

de pesquisas e testes para uso contra a Covid-19. Atualmente, a OMS não está mais estudando seus efeitos, pois, por meio de pesquisas, constatou que não há benefícios em casos de leve e média gravidade.

Assim como o presidente americano, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, não só apresentou a cloroquina como uma solução para o tratamento da doença como também defendeu (UOL, 2020), em mais de uma ocasião, seu uso e, após ser diagnosticado com a Covid-19, divulgou em suas redes sociais um vídeo no qual aparece tomando uma pílula de cor branca que afirma ele ser a cloroquina. É importante salientar que a postura dos dois chefes de Estado contraria as recomendações da OMS que não aconselha (G1, 2020a) a utilização da cloroquina no combate à Covid-19, pois após essa ser ministrada a pacientes infectados não foi possível detectar benefícios claros.

O atual cenário de confusão e conflito instaurado não só pela pandemia, mas também pela infodemia e pela desinformação é muito bem ilustrado ao ser pensado enquanto uma verdadeira batalha que ocorre

[...] no mundo virtual, através do controle e bombardeamento de informações que confundem e distorcem a realidade, deixando o receptor de tanto conteúdo sem saber em quem confiar e quem ouvir. Uma guerra instalada para obter atenção do público, travada com o auxílio da inteligência artificial [...] (ANDERSEN; GODOY, 2020, p. 4).

Podemos afirmar, como destacam as autoras, a existência de uma guerra em que estão presentes o excesso de informação e a desinformação, que resulta em ampla confusão: “Assim, a cada semana são eleitos novos salvadores e novos inimigos. Culpamos tudo e todos pelo fracasso humano de propor uma resposta adequada à pandemia através dos serviços de saúde pública [...]” (ANDERSEN; GODOY, 2020, p. 6). A partir do exposto, é possível refletir sobre o momento atual tendo como base as considerações do filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), acerca do Estado e de sua função perante a sociedade, isto porque cremos que - feitas as devidas ressalvas - é possível pensar algumas aproximações teóricas entre o “estado de natureza” hobbesiano e o atual cenário gerado pela pandemia da Covid-19 e as consequências da infodemia e da desinformação. Além disso, refletir acerca da origem, constituição e função do Estado na Filosofia hobbesiana dá-nos o que pensar sobre o tempo presente.

O Estado, para Hobbes, tem como função garantir a paz e a segurança de seus cidadãos e origina-se por meio de um consenso ou contrato entre os homens. Em sua obra *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Hobbes conjectura a respeito de um momento anterior à existência do Estado, este momento é denominado de “estado de natureza”. Hobbes (1997) destaca que a natureza fez os homens tão iguais tanto em relação às

faculdades do corpo quanto às do espírito e, por tal razão, nenhum homem pode reivindicar para si qualquer benefício a que o outro não possa também igualmente aspirar. E desta

[...] igualdade quanto à capacidade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins. Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos (HOBBS, 1997, p. 107).

No “estado de natureza” todos os homens tinham naturalmente direito a todas as coisas. Há uma constante desconfiança entre os homens, pois todos são capazes de atingir os fins desejados e o farão a qualquer custo, principalmente se o fim desejado fizer referência à conservação da própria vida. Devido à desconfiança geral, o homem vive constantemente com medo de ser atacado por outrem e teme por sua própria vida.

Há, portanto, uma constante desconfiança uns dos outros no “estado de natureza”. Poderíamos nos perguntar se atualmente também não há uma constante desconfiança das pessoas em relação umas as outras? É preciso fazer a ressalva de que a atual não é a mesma instância de desconfiança do “estado de natureza” hobbesiano, pois esta além de se dar em um ambiente isento de leis civis, diz respeito à intenção que um homem possivelmente tenha de tirar a vida de outro, ou seja, no “estado de natureza” hobbesiano é necessário que um indivíduo faça uma previsão negativa acerca das intenções do outro para que surja a desconfiança.

No ambiente atual temos duas instâncias de desconfiança: a primeira, poderia ser melhor denominada de *medo*, medo de ser contaminado pelo vírus mediante o contato com uma pessoa infectada. Assim, qualquer pessoa pode ser considerada como potencialmente perigosa à saúde e à vida de todos. E “[...] é o medo da morte que [...] leva as pessoas a suspeitarem umas das outras [...]” (BREIER, 2008, p. 34). A segunda instância de desconfiança diz respeito às notícias veiculadas pela mídia que noticiam atitudes distintas e, muitas vezes, contrárias e conflituosas entre governadores e prefeitos do Brasil. Ilustremos algumas.

Houve conflitos entre o Poder Judiciário e algumas prefeituras, como é o caso do prefeito da cidade de Duque de Caxias – RJ, Washington Reis, que no mês de maio, ao emitir um decreto autorizando a reabertura do comércio teve seu decreto suspenso pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a partir de tal decisão, poderiam funcionar apenas os serviços essenciais (G1, 2020b). Entretanto, a prefeitura de Duque de Caxias contrariou a decisão do Tribunal Estadual de Justiça e permitiu que o comércio voltasse a funcionar com grande número de circulação de pessoas e ausência de fiscalização (G1, 2020d).

Em abril a governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, teve parte de seu decreto suspenso pela 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal (G1 RN, 2020), no decreto constava a proibição de supermercados e padarias abrir aos domingos e feriados (RIO GRANDE DO NORTE, 2020), já na época de publicação do decreto a Prefeitura Municipal do Natal, a Prefeitura Municipal de Parnamirim e a Prefeitura Municipal de Mossoró se mostraram contrárias ao fechamento desses estabelecimentos (ERYS, 2020) e permitiram que esses continuassem em funcionamento, indo de encontro ao decreto estadual.

A partir do exposto, percebemos que há chefes de Estado, como presidentes, que fazem discursos contrários às recomendações da OMS; surgem inúmeros discursos sem embasamento e comprovação científica; aparecem textos em aplicativos de mensagens com recomendações sobre ingerir determinado remédio ou qualquer outra substância para a prevenção contra o vírus; verificamos também a existência de conflitos entre os poderes executivo e judiciário; há diversas informações contraditórias e conflitantes; em quem se pode confiar? É possível confiar?

No Brasil, um estudo conduzido pelas pesquisadoras, Claudia Galhardi e Maria Cecília de Souza Minayo, da Escola Nacional de Saúde Pública, revelou quais as principais *fake news* disseminadas no país com relação à Covid-19 (FIOCRUZ, 2020b). O estudo foi feito com base nas denúncias realizadas em um aplicativo denominado *Eu Fiscalizo*, aqui apresentamos alguns dados. Entre 17 de março e 10 de abril 65% das *fake news* recomendavam tratamentos caseiros destinados à prevenção da doença e 4,3% designavam a pandemia como uma estratégia política.

Entre os dias 11 de abril a 13 de maio, 24,6% das *fakes news* designavam novamente a doença como uma estratégia política, ou seja, um aumento considerável de 20,3% em pouco mais de 30 dias; 10,1% defendiam a utilização da cloroquina (que não há comprovação científica acerca de sua eficácia); 7,2% eram contra o distanciamento social; 4,3% apontavam o fármaco ivermectina como cura para a doença e 4,3% eram contra o uso de máscaras. Durante o período de 17 de março a 13 de maio, 15,9% das *fake news* afirmavam ser a Covid-19 uma farsa.

Os dados são alarmantes. As *fake news* representam risco à vida das pessoas. E esse risco agrava-se ainda mais ao ser disseminado que a Covid-19 é apenas uma farsa. Uma das pesquisadoras destaca ainda que as notícias falsas contribuem para o descrédito da ciência e das instituições de saúde pública ao mesmo tempo em que enfraquecem e dificultam as medidas de combate adotadas por governos.

Além de a infodemia dificultar o acesso a informações realmente confiáveis, é fato que muitas pessoas não verificam a veracidade das notícias que compartilham. Algumas razões para esse cenário de confusão e insegurança são ilustradas por Andersen e Godoy (2020) que afirmam que as informações acerca do vírus são complexas e poucas pessoas são especialistas em áreas como medicina, virologia e epidemiologia, assim, não estão plenamente capacitadas para avaliar as informações disponibilizadas; a maioria das informações encontra-se disponível em língua inglesa, e uma grande parcela dos brasileiros não possui o conhecimento necessário para compreender essas informações.

Essa instância de desconfiança que tentamos expor acima pode ser comparada com a desconfiança que permeia o “estado de natureza” hobbesiano, pois ao que nos parece, em meio às notícias falsas, há a tentativa deliberada de enganar e confundir. Portanto, diante das consequências da circulação de determinadas informações, já existe uma previsão negativa acerca das intensões que estão por trás daquela informação. Não exatamente a intensão de provocar a morte do outro devido a alguma competição entre eles, mas a consequência de uma notícia falsa, como vimos, pode ser a morte.

No “estado de natureza” também não há, como afirma Hobbes (1997), justo nem injusto já que tais coisas só podem ser definidas por meio de lei e esta é ausente. Há, entretanto o que o filósofo denomina de leis de natureza: regras gerais estabelecidas por meio da razão que determinam a proibição aos homens de fazerem tudo o que leve à destruição de sua própria vida ou que os privem dos meios necessários para que sejam capazes de preservá-la. Para nosso propósito, atentemo-nos apenas para a primeira e a segunda lei. A primeira lei determina que todos os homens devem esforçar-se pela paz; a segunda enuncia que desde que haja um acordo mútuo, todos os homens devem renunciar ao seu direito a todas as coisas e disporem de uma liberdade igualitária. Com base principalmente nessas duas leis dá-se a celebração do contrato do qual o Estado origina-se.

Desta forma, “[...] o Estado se funda sobre um ato voluntário, produto da deliberação e mútua aceitação” (BREIER, 2008, p. 38). No “estado de natureza”, aponta Hobbes (1997), quando um pacto é firmado e ninguém cumpre de forma imediata a sua parte, a menor desconfiança é suficiente para torna-lo nulo, porém se existir um poder comum situado acima das partes e que disponha de força e poder suficiente para impor o cumprimento no pacto, então esse estará assegurado.

Em outras palavras, o Estado, que dispõe de poder, é necessário para obrigar, ou seja, coagir, os homens a cumprirem seus pactos. A partir do contrato mutuamente celebrado entre os indivíduos estes criam o que Hobbes (1997)

denomina de pessoa artificial, essa pessoa, representará em si a vontade de todos ou da maioria, de forma que, se lhe tiver sido concedido poder ilimitado, todas as ações cometidas por esta pessoa artificial poderá ser imputada à coletividade de indivíduos, pois foi escolhido para esta finalidade.

Tendo como base a função do Estado definida por Hobbes, a saber, garantir a paz e a segurança de seus cidadãos, como o Estado Brasileiro está agindo perante a infodemia que ocorre na pandemia da Covid-19? Ora, já podemos aproximar nossa compreensão do quão grave e perigosa ela pode ser. Como garantidor da segurança das pessoas, o que o Estado está fazendo para dissipar tais riscos e proteger a população? Ilustremos alguns pontos necessários. No mês de junho, o Ministério da Saúde promoveu o que se denominou de “apagão de dados”, isto porque retirou do site sobre a pandemia os dados acerca do número total de infectados e de mortos pela doença. Assim, o site passou a conter apenas os resultados referentes aos dados das últimas 24 horas, uma clara restrição de acesso à informação. No mesmo mês, o Supremo Tribunal Federal determinou que o Ministério da Saúde voltasse a divulgar os dados totais referentes à pandemia no Brasil (VIVAS, 2020), o que foi atendido.

Podemos destacar outras atitudes do Governo Federal, como por exemplo a rápida campanha intitulada “O Brasil não pode parar”. No mês de março, circulou nas redes sociais, disseminado através de uma rede social do filho do presidente da república, o senador Flávio Bolsonaro, e não pelos canais oficiais do governo, um vídeo com a assinatura do Governo Federal que incentivava as pessoas a voltarem a trabalhar visando a retomada da economia do país, desta forma, claramente defendia também a flexibilização do isolamento social estabelecido por governadores e prefeitos (CARTA CAPITAL, 2020). No momento em que diversos governadores e prefeitos emitiam decretos determinando o isolamento e o distanciamento social bem como o fechamento de serviços não essenciais, o Governo Federal disseminava justamente uma campanha contrária que depois foi suspensa pela Justiça Federal do Rio de Janeiro (PISA, 2020).

Outro episódio protagonizado pelo Governo Federal e que contribuiu para agravar ainda mais a confusão e o conflito vivenciados pela população diz respeito à troca de ministros da saúde durante a pandemia. O Ministério da Saúde recomendava a todo o país o isolamento social na tentativa de conter o avanço do vírus, mas o presidente da república, Jair Messias Bolsonaro era contra e defendia o isolamento social apenas para as pessoas consideradas pertencentes ao grupo de risco, isto é, o isolamento vertical.

As divergências quanto ao isolamento social e a crítica que Luiz Henrique Mandetta, então ministro da saúde, fez em relação ao uso da cloroquina nos estágios iniciais da doença, divulgado para a população, foram as principais causas

que geraram, no mês de abril, a sua demissão. No mês de abril, foi nomeado o novo ministro da saúde, Nelson Teich, que também divergia do presidente da república quanto ao uso da cloroquina e quanto à flexibilização do isolamento social, deixou o Ministério da Saúde em menos de um mês após tomar.

No mesmo dia da saída de Teich, o general, Eduardo Pazuello, assume o Ministério da Saúde como ministro interino e permanece no cargo até o momento. Assim, com Pazuello, o Ministério da Saúde passou a defender a utilização da cloroquina no tratamento dos sintomas iniciais da doença, além disso deixou de defender os benefícios advindos do isolamento social.

O Governo Federal, visando facilitar o acesso dos cidadãos às informações oficiais emitidas pela União e por órgãos públicos criou uma página em seu site em que reúne os principais links para o acesso de informações oficiais, como por exemplo, link para o site do Ministério da Saúde; link para acessar o Paineiro de Leitos e Insumos disponibilizados pelo Ministério da Saúde; link para o site do Ministério do Trabalho no qual constam notas técnicas e recomendações para o período da pandemia, entre outros. Há, na página outros links por meio dos quais os cidadãos podem obter mais informações, além, é claro, do site oficial que o Governo Federal criou para divulgar informações acerca da doença de forma mais centralizada.

Como analisado, todos os Estados Brasileiros ou criaram um site oficial apenas para a divulgação de notícias e informações a respeito da pandemia da Covid-19 ou passaram a divulgar tais notícias e informações em seus sites oficiais e em suas redes sociais. As prefeituras municipais passaram a divulgar boletins diários informativos. Prefeituras e Governos Estaduais, assim como o Governo Federal, protagonizaram atritos com o Poder Judiciário, como destacamos anteriormente. É possível notar claramente a falta de acordo quanto às políticas referentes ao isolamento social entre as esferas federal, estadual e municipal, desse modo a dúvida paira perante a população: permanecer ou não em isolamento? Quanto à utilização de medicamentos: fazer uso ou não da cloroquina? Quem faz as recomendações mais adequadas, o Governo Federal ou as instituições de saúde e a OMS? Confiar ou não nas mensagens enviadas por meio de aplicativos de mensagens sem identificação de uma fonte? São dúvidas com as quais, ultimamente, as pessoas têm convivido.

CONSIDERAÇÕES

Longe de vislumbrar uma resolução para essas questões e para o cenário atual de infodemia, buscamos traçar alguns apontamentos que consideramos adequados. É preciso destacar que o Estado Brasileiro ao buscar concentrar

as informações sobre a Covid-19 em locais acessíveis à população (sites e boletins diários), fornece um local minimamente seguro para análises quanto à disseminação do vírus no país, minimamente seguro, pois sabemos que as subnotificações são uma realidade.

Outro destaque importante e que consideramos acertado consiste na divulgação, mediante canais públicos oficiais, de orientações sanitárias que devem ser seguidas pela população, como o uso de máscaras, o distanciamento de 1,5 a 2,0 metros, a constante higienização das mãos e a utilização de álcool em gel. A população precisa acreditar que as informações veiculadas por canais públicos oficiais são confiáveis, mas para isso, acreditamos ser necessário um tratamento sério de tais informações, ou seja, que elas advenham de estudos científicos que possam atestar sua eficácia. O pior momento para uma guerra partidária é durante uma pandemia, pois como em todas as guerras, a população é a mais prejudicada e vulnerável.

Jamais sugeriríamos um controle da mídia pelo Estado Brasileiro dentro de uma democracia, pois a linha entre o controle e a censura é extremamente tênue. Poderíamos sugerir, por exemplo, a retirada dos conteúdos enganosos da Internet, entretanto isso seria uma “[...] tarefa hercúlea, pois a produção de conteúdos dificilmente diminuirá, há milhões de postagens no mundo todo [...] e não há ferramentas para moderação de tanto discurso, para ser controlado por humanos ou inteligência artificial” (ANDERSEN; GODOY, 2020, p. 14). Então cremos que o mais adequado é que o Estado Brasileiro atue como um estimulador da checagem de informações, isto é, estimule as pessoas a checarem as informações que recebem, mas para isso, o próprio Estado precisa ser uma fonte segura de informação. A mídia, por sua vez, deve evitar o que é tão comum em busca de cliques e audiência: manchetes sensacionalistas e ambíguas, bem como também fazer averiguações constantes acerca das fontes das quais provêm os dados e informações que vão noticiar, assim há o desestímulo ao medo exacerbado e à desinformação.

Como bem vimos, alicerçados por Thomas Hobbes, a função do Estado consiste em garantir a paz e a segurança para a população. A paz é o oposto da guerra armada, como vivenciou Hobbes principalmente durante a guerra civil na Inglaterra a partir de 1642. A guerra sobre a qual discorreremos diz respeito à infodemia e a desinformação, é uma guerra travada entre o excesso de informação, as *fake news* e a população que pode resultar em muitas mortes; é uma guerra que o Estado Brasileiro não pode se omitir em combater, para isso torna-se imprescindível ser canal oficial de informações verídicas para preservar a vida da população e evitar um estado de guerra, um estado de natureza com o qual estabelecemos uma analogia na filosofia hobbesiana.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Angélica J. M.; GODOY, Helena. **Infodemia em tempos de pandemia:** batalhas invisíveis com baixas com baixas imensuráveis. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341103111_INFODEMIA_EM_TEMPOS_DE_PANDEMIA_BATALHAS_INVISIVEIS_COM_BAIXAS_IMENSURAVEIS. Acesso em: 13 jul. 2020.

BBC. **Coronavírus:** americano morre após o se automedicar com cloroquina usada em limpeza de aquário. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52039344>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BREIER, Volmir Miki. **A função do Estado em Hobbes**. Porto Alegre: PUCRS, 2008. 71f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3456/1/000402094-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CARTA CAPITAL. **Em meio à crise do coronavírus, Planalto lança campanha “O Brasil não pode parar”**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-crise-do-coronavirus-planalto-lanca-campanha-o-brasil-nao-pode-parar/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ERYS, Leonardo. Prefeituras permitem funcionamento de supermercados e padarias aos domingos e feriados. **G1**, 09 de mar. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/04/09/prefeituras-de-natal-e-mossoro-permitem-funcionamento-de-supermercados-e-padarias-aos-domingos-e-feriados.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ESTEVÃO, Amélia. Covid-19. **Acta Radiológica Portuguesa**. Lisboa, n. 1, v. 32, p. 5-6, jan-abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/actaradiologica/article/view/19800>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FIOCRUZ. **O que é o novo coronavírus?** Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/o-que-e-o-novo-coronavirus>. Acesso em: 13 jul. 2020a.

FIOCRUZ. **Estudo identifica principais fake news relacionadas à Covid-19**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-identifica-principais-fake-news-relacionadas-covid-19>. Acesso em: 23 jul. 2020b.

G1 RN. **TJ suspende proibição de abertura de supermercados e padarias aos domingos e feriados no RN**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/04/13/tj-suspende-proibicao-de-abertura-de-supermercados-e-padarias-aos-domingos-e-feriados-no-rn.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2020.

G1. **Após não fechar comércio, prefeito Washington Reis, de Caxias, é multado em R\$ 20 mil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/29/apos-nao-fechar-comercio-prefeito-washington-reis-e-multado-em-r-20-mil.ghtml>. Acesso em 17 jul. 2020d.

G1. Justiça suspende decreto de Duque de Caxias, RJ, e comércio da cidade deverá continuar fechado. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/25/justica-suspende-decreto-de-duque-de-caxias-rj-e-comercio-da-cidade-deverá-continuar-fechado.ghml>. Acesso em: 19 jul. 2020b.

G1. ‘Não conseguimos demonstrar um benefício claro’, diz OMS sobre o uso da cloroquina em pacientes de coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/10/nao-conseguimos-demonstrar-um-beneficio-claro-diz-oms-sobre-o-uso-da-cloroquina-em-pacientes-de-coronavirus.ghml>. Acesso em: 14 jul. 2020a. HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril, 1997. (Coleção Os pensadores).

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University.** Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Conferência de Segurança de Munique.** Página oficial da Organização Mundial da Saúde, Diretor-Geral da OMS / Discursos / Detalhe / Conferência de Segurança de Munique, 15 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/munich-security-conference>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PISA, Dal Juliana. **Justiça Federal do Rio proíbe governo de divulgar campanha ‘O Brasil não pode parar’.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-federal-do-rio-proibe-governo-de-divulgar-campanha-brasil-nao-pode-parar-24335499>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 29.600 de 08 de abril de 2020.** Altera o Decreto Estadual nº 29.583, de 1º de abril de 2020, que consolida as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200409&id_doc=679767. Acesso em: 20 jul. 2020.

UOL. **Bolsonaro volta a defender cloroquina:** “Quem reclama, que dê alternativa”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/bolsonaro-volta-a-defender-cloroquina-quem-reclama-de-alternativa.htm>. Acesso em: 12 jul. 2020.

VEJA. **Casos de intoxicação por desinfetante crescem em NY após sugestão de Trump.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/casos-de-intoxicacao-por-desinfetante-crescem-em-ny-apos-sugestao-de-trump/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

VIVAS, Fernanda. **Coronavírus:** Alexandre de Moraes manda governo retomar divulgação dos dados acumulados. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/coronavirus-alexandre-de-moraes-manda-ministerio-da-saude-retomar-divulgacao-dos-dados-acumulados.ghml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PANDEMIAS DE SIGNIFICAÇÕES E DE TRANSFORMAÇÕES: AIDS E COVID-19

Luiz Felipe Zago²⁵
Cristianne Famer Rocha²⁶

INTRODUÇÃO

A emergência da *coronavirus disease 2019* (covid-19) mobilizou os seres vivos do mundo contemporâneo para o planejamento, implementação e monitoramento de estratégias de prevenção ao vírus. Entretanto, como mostra a história das epidemias (CARRARA, 1996; DINIZ, 2016) e as metáforas das doenças (SONTAG, 2007), tratou-se desde o início do “vírus do outro”, marcando a distância política e cultural de um suposto “nós” (ocidental) em relação a um “eles” (oriental), estes responsáveis pela infecção ao covid-19. Tratada como “gripezinha” pelo Presidente do Brasil²⁷, Jair Bolsonaro, como “guerra sanitária” pelo Presidente da França²⁸, supostamente causada pelo “vírus chinês”, conforme o Presidente dos Estados Unidos da América²⁹, Donald Trump, a pandemia de covid-19 se tornou uma “pandemia de significações” – corruptela do conceito cunhado por Paula Treichler (1987) acerca da aids.

O ensejo de Treichler sobre a produção de “significações” sobre a pandemia de aids provoca mais do que a simples comparação entre essa e a de covid-19. Os paralelos entre ambas são múltiplos e envolvem dimensões biológicas, políticas, culturais e históricas. Há, também, diferenças entre elas, na medida em que foram distintos os surgimentos dos dois vírus, seus modos de transmissão e as formas como debilitam o organismo humano. Neste texto, objetivamos esboçar algumas articulações entre a história de prevenção à aids, ao covid-19 e a mobilização ativista em torno de ambas as pandemias. Nessas histórias, a mídia ocupa posições proeminentes, embora diferentes, nas “pandemias de significações”, que serão assinaladas conceitualmente ao longo da argumentação. Sobretudo, visamos sublinhar algumas das “significações pandêmicas”, produzidas sobre o covid-19 no Brasil do tempo presente, para provocar performativamente certa imaginação do engajamento ativista ocupado

²⁵ Doutor e Mestre em Educação. Bacharel em Comunicação. Pesquisador do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde. professorluizfelipezago@gmail.com

²⁶ Doutora e Mestra em Educação. Bacharel em Comunicação. Professora Associada I da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. rcristianne@gmail.com

²⁷ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=b7KAP31EqTU>, acesso em 03 de agosto de 2020.

²⁸ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=NlcJTzuOLXw>, acesso em 03 de agosto de 2020.

²⁹ Ver https://www.youtube.com/watch?v=7zatCqqRY_I, acesso em 03 de agosto de 2020.

na construção de novas afinidades e alianças entre os seres viventes do mundo (SALES et al., 2020).

No que segue, dividimos a exposição em três seções: a primeira retoma aspectos da história de prevenção à aids; a segunda, traça elementos atuais das mudanças impostas pelo covid-19; finalmente, dedicamos um conjunto de “notas finais”, no qual reforçamos a importância da afinidade, da aliança e, sobretudo, da memória-que-dura, da mídia, para a articulação de uma mobilização ativista na prevenção ao covid-19.

ATIVISMO, MÍDIA E PANDEMIA DE SIGNIFICAÇÕES DA AIDS

Usemos o tempo e a força da clausura para estudar as tradições das lutas e resistências minoritárias que têm nos ajudado a sobreviver até agora. (PRECIADO, 2020, s/p)

Começamos com a instigante colocação de Paul Preciado para nos ajudar a analisar o presente, a partir de algumas das estratégias históricas. Uma delas é a mobilização ativista construída pela prevenção ao HIV/Aids – mobilização esta que o Brasil é referência mundial (GALVÃO, 2000). A pandemia de aids e o espalhamento do HIV, no início dos anos 1980, foram marcados pela exclusão social e morte civil de certos corpos, de certas vidas: os 5 H – haitianas/os, hemofílicas/os, homossexuais, *bookers* (profissionais do sexo) e *heroine addicted* (usuárias/os de drogas injetáveis – eram grupos marcados como “o outro” infectado, impuro, adoeciam e morriam invisibilizados. Nesse sentido, uma característica da significação da pandemia de aids foi o modo de transmissão do HIV: sua infecção de corpo a corpo se dá por meio de práticas de prazer, como o sexo e o uso de drogas injetáveis³⁰ (excluídos aqui as pessoas com hemofilia a transmissão vertical). A prática sexual desprotegida, isto é, sem uso de preservativo, acresceu aspectos já profundos de preconceito relacionados aos homens gays na cultura ocidental e no Brasil (GREEN, 2019; PARKER, 2002). A articulação entre vida (prazer) e morte (vírus) se tornou fundamental para se examinar criticamente o estigma da aids, mas também para catapultar sua mobilização ativista.

A mobilização pela prevenção ao HIV precisou ser “inventada”, conforme sustenta Cindy Patton (1990). Por “invenção”, sugere-se que a história do ativismo na prevenção à aids foi uma resposta historicamente localizável à urgência pelo salvamento de vidas, pela garantia de condições dignas de

³⁰ Há um debate produtivo acerca da redução de danos no uso de drogas injetáveis como prática de prevenção ao HIV, cuja discussão mereceria um argumento à parte (ver PICCOLO; KNAUTH, 2002).

morte e enfrentamento ao preconceito heterossexista (POCAHY, 2008). Esse enfrentamento e essa mobilização não estavam dados de antemão: precisaram ser construídos por meio de uma política de afinidade e aliança que se formou com o objetivo de atuar contra a segregação, o isolamento e a morte civil de pessoas vivendo com HIV e aids. A política de afinidade e aliança envolveu, em uma densa rede ativista, tanto pessoas vivendo com HIV quanto aquelas sem o vírus; pois não era preciso ter sido contagiada/o pelo vírus, nem estar em processo de adoecimento de aids, para afirmar um laço solidário. A “invenção” da mobilização em torno da epidemia de aids não foi de uma política identitária. Portanto, familiares, amigas/os, colegas de trabalho, profissionais de saúde estabeleceram uma política de aliança para pensar ações de prevenção, pressionar governos por financiamento a pesquisas e reivindicar acesso a serviços de saúde. Sobre a mobilização ativista em torno da resposta brasileira à epidemia de aids, Vera Paiva (2002, p. 26) assinala:

Mais do que de intervenções espetaculares e magicamente definitivas com que sonhávamos nas urgências da primeira década, as ações de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e do adoecimento dependeram de um longo processo de aprendizado individual e coletivo de como lidar com as dificuldades materiais, sócio-culturais, políticas e subjetivas que se atualizam cotidiana e dinamicamente.

Aprendemos que conseguir consistência e perseverança na direção de dois indicadores clássicos de sucesso - a prática consistente do sexo seguro e a adesão à medicação ou aos serviços de saúde - na maioria das vezes implicam um desafio permanente, dia após dia, de situação em situação, tanto do ponto de vista dos indivíduos como dos serviços que buscam apoiá-los.

A mobilização ativista pela prevenção à aids teve de lidar diretamente com a produção social do preconceito contra a homossexualidade. Nesse sentido, é preciso assinalar que já havia um movimento gay organizado, tanto nos Estados Unidos da América (EUA) quanto no Brasil, que procurou responder rapidamente às mortes provocadas pelo HIV já na década de 1980 (MANTEGA, 1980). Pode-se sugerir que houve, naquela década, certa “quarentena do prazer sexual” para os homens gays. O medo de contato sexual, a vergonha pela dupla “saída do armário” (por ser gay e por eventualmente viver com o vírus) e o horror do adoecimento (emagrecimento acentuado) foram três marcas de uma geração inteira de homens gays ocidentais. Eis um importante aspecto da “pandemia de significações” associada à aids: a participação da mídia como produtora de sentidos sobre o vírus, sobre os corpos e sobre as vidas das pessoas vivendo com a síndrome, que atuou tanto para o reforço quanto para a contestação dos estereótipos estigmatizantes (CRIMP, 1992). No contexto dos Estados Unidos,

várias são as produções cinematográficas que narram as condições de vida das populações afetadas pela aids, num esforço de retomada histórica e registro artístico dessas vidas (ver cenas do filme *The Normal Heart*, de 2014; *Milk: a voz da igualdade*, de 2008; e a série *Angels in America*, de 2006 – esta baseada na peça de Tony Kushner). A arte, como um todo – não somente o cinema, mas também a música e a literatura –, se tornou uma vertente importante para a mobilização ativista na prevenção ao HIV e na ressignificação das vidas de pessoas vivendo com aids.

Especialmente no Brasil, vale lembrar a capa da revista *Veja* com Cazuza, em 1989, na qual o cantor foi representado com a manchete “Uma vítima da aids agoniza em praça pública”. O rosto de Cazuza, visivelmente emagrecido, se tornou a representação midiática condensada do corpo adoecido pelo HIV. Nesse sentido, é preciso assinalar que parte da “pandemia de significações” da aids se articulou fortemente à aparência corporal, arregimentando um conjunto de práticas estéticas associadas à saúde e ao bem-estar como forma de afastamento do semblante doente, fraco, esvaziado de vida – cuja imagem e significação, por exemplo, se concretizavam na fotografia de Cazuza. Assim, parte dos investimentos corporais de homens gays, a partir da década de 1990, em uma dieta e rotina de exercícios que visavam ao aumento da musculatura, era a adesão a uma cultura da vida musculosa e saudável como resposta aos corpos magros e fracos, abatidos pelo HIV (SACCHI; ZAGO, 2013).

Nessa direção, sugerimos que a “pandemia de significações” midiáticas em jogo, envolvendo vidas, corpos e vírus, são enquadradas de determinadas maneiras, em épocas históricas específicas. No campo da Comunicação Social, o desenho metodológico de monitoramento, arquivamento e classificação de textos e imagens sobre um tema (ou indivíduo) específico, com vistas à análise dos modos como tal tema (ou indivíduo) são midiaticamente construídos, é caracterizado, grosso modo, como um estudo de enquadramento midiático (CARVALHO, 2012; MARTINO, 2014). Trata-se de uma abordagem inaugurada na década de 1970 que toma os conceitos de *framing* a partir de Gregory Bateson e de Erving Goffman: em Bateson, “é o enquadramento da situação que organiza a estrutura de sentidos das mensagens e ações” e, para Goffman, os enquadramentos “definem não só a forma como interpretamos situações, mas também como interagimos com os outros. Estruturam, em síntese, a nossa experiência de realidade” (GONÇALVES, 2005, p. 158). Aplicando essas ideias às análises midiáticas, há importantes considerações sobre como a produção midiática, tomada como efeito da organização institucional e rotina profissional que lhes são intrínsecas ou como um recorte estratégico da realidade, atua pedagogicamente na construção de determinadas interpretações sobre um tema ou sobre um grupo.

A maneira conforme as informações são apresentadas podem influenciar diretamente o modo como as pessoas entendem essa informação. A mídia influi diretamente no modo de interpretação das pessoas construindo a mensagem, de modo a deixar margem para uma única maneira de interpretá-las. (MARTINO, 2014, p. 46)

Pode-se sugerir que conteúdos midiáticos sobre um tema ou grupo de indivíduos carregam consigo quadros ou molduras (*frames*) de sentido, dentro ou a partir dos quais as audiências (leitoras/es, espectadoras/es, internautas) serão convidadas a compreender a narrativa textual ou imagética da mídia. Enquadrar, nesse sentido, pode ser um outro nome do processo de ensinar a compreender. Assim, a veiculação de informações não está despida de relações de poder, pois noticiar um tema, por meio de palavras e de imagens, significa investi-lo de inteligibilidade para as audiências, oferecendo, além de informação, direções de interpretação. É o que aconteceu com o conjunto de notícias, reportagens televisivas, filmes, músicas, livros publicados sobre o HIV e sobre as pessoas vivendo com aids: aquilo que é dito e mostrado nos conteúdos midiáticos, bem como os silenciamentos e oclusões que circunscrevem os textos e imagens divulgados pelos meios de comunicação, constituem em si mesmos recortes estratégicos da realidade que contribuem para o modo de interpretá-la. As audiências podem negociar com tais quadros de sentido, assumindo-os como verdadeiros ou contestando-os, uma vez que o dinamismo da construção social da realidade “só existe porque há sujeitos em interação e em permanente disputa pelo estabelecimento dos seus sentidos” (CARVALHO, 2012, p. 173-174).

É no âmbito da contestação e disputa pelos sentidos da pandemia de HIV que, longo da década de 1990, desenvolveram-se várias estratégias de prevenção, graças à pesquisa e à atuação ativista de uma rede de Organizações Não Governamentais (ONG). No Brasil, é importante registrar as atuações ativistas da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (RJ), Grupo Gay da Bahia (BA), Grupo de Resistência Asa Branca (CE), Nuances (RS) e Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (SP). Essas e muitas outras organizações e instituições atuaram fortemente no engajamento necessário para a construção da resposta brasileira à pandemia de HIV/Aids no país. Graças à formação e atuação balizada pela política de afinidade e aliança previamente caracterizada, as/os ativistas vinculadas/os a essas instituições incrementaram a participação civil nas instâncias deliberativas e indutoras de políticas públicas de saúde. Como efeito, ao longo das décadas de 1990 e 2000, houve a institucionalização e a transversalização de ações de prevenção ao HIV e promoção de Direitos Humanos por parte do Estado brasileiro, sobretudo com a quebra de patentes dos medicamentos que compunham a terapia antirretroviral tripartite, com o espalhamento de ações de prevenção em serviços públicos de saúde, educação

e trabalho social. Infelizmente, é preciso registrar que hoje (ano de 2020) verificamos o desmantelamento de programas e ações de prevenção ao HIV/Aids no Brasil, acompanhado pelo sucateamento dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem exigido a reformulação das ações ativistas de prevenção (LEITE; TERTO JR.; PARKER, 2020).

COVID-19: A PANDEMIA DE TRANSFORMAÇÕES DO TEMPO PRESENTE

A pandemia de covid-19 no mundo pode bem ser abordada como uma “pandemia de significações”, assim como Treichler (1987) fez com a aids – principalmente no que tange às redes de comunicação que fazem circular as informações que enquadram midiaticamente os sentidos da vida, dos corpos e do próprio vírus. Entretanto, preferimos apostar em mais uma corruptela e chamar de “pandemia de transformações” o conjunto de mudanças provocadas pelo espalhamento do covid-19 no mundo, a partir do final de 2019. Esse conjunto de mudanças abarca aspectos econômicos, políticos, biológicos e, o que nos interessa, midiáticos. Na década de 1980, quando do surgimento da aids, a internet já existia mas não era usada da mesma maneira como fazemos hoje: não havia redes sociais *online*; não havia a presença tão insidiosa de tecnologias digitais; não estava colocada a mineração de dados que caracteriza o *big data*; a informação circulava com outra velocidade, diferente da contemporânea.

Assim, caracterizamos as redes de comunicação digital existentes atualmente como novas instâncias de produção de subjetividade (PARENTE, 2004). Para André Parente (2004), isso diz respeito ao desenvolvimento das redes de comunicação digital propiciadas pela internet e ao conjunto de dispositivos técnicos a elas articulados. É nesse contexto em que os meios de comunicação constituem dimensão importante da produção de subjetividade, no sentido de que tecem e entretecem (eventualmente esgarçam, descosturam e rasgam) as tramas nas quais o si mesmo se forja em pele. É assim que os meios de comunicação possibilitam e estimulam o fluxo (cada vez mais incessante) de signos (sons, imagens, textos), mediando permanentemente o poder sobre a potência das vidas e dos corpos daqueles que os usam, que fruem suas formas-conteúdo, que os habitam e os animam. Por meio da multiplicidade de dispositivos que usamos, interconectados pela rede, tornamo-nos parte do agenciamento que constitui nossos modos de ser, que tenta formatar as experiências que nos fazem reconhecermo-nos como sujeitos.

Paul Preciado (2020) chama a sociedade interconectada de “prisão branda”: a telerrepública da sua casa. Esta é a sociedade na qual os transportes

globais e as tecnologias digitais se tornam hegemônicas e ultrarrápidas. É o momento histórico no qual a internet é o meio de comunicação por excelência, no qual habitamos e usamos as redes sociais da internet para existirmos para nós mesmos e para os outros. É um momento em que se constitui e se consolida o teletrabalho, a telecompra e a teleconviência. De acordo com o autor, estamos em transição de uma forma societária para outra: saímos da organização disciplinar, especialmente bem-definida (escola separada da casa; casa separada do trabalho; trabalho separado do lazer; lazer separado da convalescença e da punição), para existirmos em uma rede hiperconectada em permanente estado *online*: “O endereço próprio se torna agora o centro da economia do teleconsumo e da teleprodução. O espaço doméstico existe agora como um ponto em um espaço cibervigiado” (PRECIADO, 2020, s/p). Para ele, a pandemia de covid-19 sublinhou a condição de mutação, transformação, transição pela qual passamos.

É importante sinalizar que a história das epidemias nos ensina sobre como certas formas de vida (vírus e bactérias) embrenham-se na fisiologia humana explorando nossas fragilidades políticas muito mais que as corporais. Analogamente, é a mesma lição que a prevenção ao HIV nos deu e segue nos dando:

(...) só quando se reconheceu publicamente que as pessoas que adoeciam de aids não deveriam perder seus direitos como cidadãos, quando se escutou os ativistas organizados se recusando à “morte civil” e colocando o foco na solidariedade [...] organizou-se seu acolhimento nos serviços de saúde ao mesmo tempo em que a prevenção do HIV passou a ser entendida como direito de todo brasileiro, estendida a todo cidadão. (PAIVA, 2002, p. 27, grifo da autora)

Isto é, a infecção por um vírus é coextensiva às condições sociais que os indivíduos ocupam antes de ser, simplesmente, uma invasão biológica de agente patógeno. Sinalizamos com isso que a vulnerabilidade à infecção por vírus é politicamente condicionada, proporcionando que as epidemias e pandemias sigam as linhas da fragilidade das nossas políticas e dos nossos projetos de sociedade.

O momento em que o covid-19 se imiscui da biologia humana é tal que as condições sociais de vida dos indivíduos, no Brasil e no mundo, chegam aos paroxismos da precariedade e do radicalismo. No Brasil (e também nos EUA), a pandemia se articula perigosamente à polarização política que já estava instaurada, pelo menos, desde 2014. Tendo o ódio como política (GALLEGO, 2018), o país se vê dividido entre a “gripezinha” e a pandemia; entre a abertura do comércio e a preservação de vidas; entre o saber médico-epidemiológico e a “guerra ao comunismo”; entre decidir se morrer pela covid ou morrer pela

crise econômica. A pandemia de covid-19 pega carona nas falsas oposições instauradas pela nova direita no Brasil (e no mundo) e traduz em morte rápida as profundas desigualdades do país. Daí que a escolha pelo uso ou não de máscaras, pelo respeito ou não ao isolamento/distanciamento dos corpos, o “culto à cloroquina”, são quase que afirmações de pertencimento político. Quando o “cidadão-de-bem” brasileiro percebe que a ele é imposta a mesma regra restritiva de circulação que foi historicamente imposta aos migrantes, às pessoas negras (senzala), indígenas (nas reservas), loucas (hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas), à população carcerária (prisões), ele se dá conta de sua “putrescibilidade”, por viver nas “vizinhanças da morte, de contemplá-la como uma possibilidade real” (MBEMBE, 2020, s/p).

Eis a “pandemia de transformações” que o covid-19 colocou, e continuará colocando, ao Brasil e ao mundo. Transforma a sociabilidade porque impõe distanciamento e isolamento; transforma a economia porque diminui a circulação de pessoas e, com isso, o consumo, e impõe o decrescimento como possível regra econômica; transforma as modalidades de trabalho porque realiza condições de teletrabalho até então minimizadas ou postergadas; transforma a prática de comunicação ao depender diretamente da internet; transforma as práticas educacionais porque depende do virtual para ocorrer; transforma as significações do corpo porque carrega a morte pelo ar, numa estranha proximidade. A nova fronteira não é a camisinha que envolve o pênis penetrante, como na prevenção ao HIV/Aids. Agora é a máscara que se usa sobre os orifícios do rosto; é o álcool gel com que se lambuza na mão; é o *faceshield* de acrílico que separa a cabeça do resto do espaço. O corpo individual encarnou a política de fronteira, e todo decreto municipal, estadual ou federal que institui restrição de circulação representa também o *lockdown* dos orifícios. Nessa “pandemia de transformações”, faz-se necessário repensar o sentido de convivência física dos corpos e, no limite, de “aglomeração”, sobretudo se quisermos por em prática aquilo que aprendemos com a mobilização ativista da prevenção à aids. Porque, ao longo das décadas de 1980 e 1990, estar-junto corporal e fisicamente foi importante para viver o luto da morte por HIV como afeto de engajamento político. Na pandemia de covid-19, ao contrário, somos confiscadas/os da coabitação coletiva, devido às formas altamente contagiantes por meio das quais o vírus se espalha. Nesse sentido, é imprescindível empregar novas estratégias de colaboração, de participação e de reivindicação políticas que nossas vulnerabilidades exigem, cientes de que estamos no limite da precariedade das nossas vidas.

Assim como os vírus passam por mutações biológicas, nós também precisamos operar mutações de sociabilidade para responder à sua disseminação e às mortes que eventualmente causam (PRECIADO, 2020). Precisamos

mudar – política, econômica, social e culturalmente – para perseverar na vida. Essa mutação precisa levar em conta que o ato da respiração é o mais comum elemento a todo ser vivente do mundo, como argumenta Mbembe (2020). Só podemos entrever a possibilidade de novas aglomerações se concebermos o ato de respirar como um ato político.

NOTAS FINAIS – NÃO ESQUECER PARA MOBILIZAR

À guisa de conclusão, retomamos a proposição de Preciado (2020, s/p) com a qual começamos nosso argumento, de que é preciso resgatar “as tradições das lutas e resistências minoritárias que têm nos ajudado a sobreviver até agora”. Retomamos, também, nosso objetivo com este texto: esboçar algumas articulações entre a história de prevenção à aids e ao covid-19, e a mobilização ativista em torno de ambas as pandemias. Nas “pandemias de significações e de transformações” que esboçamos aqui, apostamos em uma significação específica e especial: a do ato respiratório como ato político (MBEMBE, 2020); a da prática da respiração, comum e involuntária a todos os seres vivos do mundo, como prática ativista de uma política de afinidade e aliança entre os seres respirantes no mundo, tal que reconheça e afirme o vínculo ético entre as vidas que coexistem (PRECIADO, 2020). Se é, sobretudo, por meio da respiração e do toque que o covid-19 se dissemina, razão pela qual o distanciamento e isolamento sociais se impõem, é precisamente o resgate do prazer de respirar (sem proteções ou máquinas) e de tocar (corpos com corpos) que deve ser feito à luz da história de mobilização ativista em torno da aids.

Com a história da prevenção à aids, construíram-se políticas de aliança, de afeto e de afinidade entre indivíduos que se solidarizavam com a condição de vida e de morte das pessoas vivendo com HIV. Não era preciso ter o vírus para compartilhar das reivindicações de dignidade cidadã e participação civil que as pessoas vivendo com HIV propunham. Não esquecer dessa experiência de engajamento, de articulação com outras mobilizações coletivas que aconteceram em torno de outras epidemias, é algo necessário para a organização de uma resposta à pandemia de covid-19. Trata-se de uma permanente retomada da história da aids, uma insistência em cultivar uma “memória-que-dura”, cujo passado se faz presente hoje porque traz lições pertinentes em sua duração. Ainda, assinalamos a necessidade de se aprender também com as negligências em relação a outras epidemias no Brasil, tais como as de dengue, malária, sífilis, tuberculose, hanseníase, chikungunya e zika. É preciso preservar a “memória-que-dura” das epidemias não resolvidas que ainda grassam, mas que são

esquecidas porque simplesmente desapareceram das páginas dos jornais ou das *timelines* das redes sociais da internet (ZAGO; PIMENTEL, 2017).

O sucesso estatístico e ético da prevenção ao covid-19 repousa, em parte, na consolidação de uma política de aliança, de uma política de afinidade afetiva entre todos os seres vivos e respirantes. Viver-em-comum significa compartilhar as condições de vida. Significa partilhar o corpo e a vida com os demais seres vivos – incluídos os vírus e as bactérias. Trata-se de inventar um ativismo que começa com o medo da doença, com a solidão do isolamento ou com a dor do luto, e se converte em uma promoção ininterrupta da vida sem cesuras, sem divisões: um *biozoativismo* que não opera distinção entre a (mera) vida da “natureza” da “vida qualificada” de alguns humanos.

REFERÊNCIAS

CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.

CRIMP, Douglas. “Portraits of people with aids”. In: GROSSBERG, L. NELSON, C. TREICHLER, P. (Orgs.). **Cultural Studies**. New York: Routledge, 1992, p. 117-133.

DINIZ, Débora. **Zika**: do sertão nordestino à ameaça global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GALLEGO, Esther S. (Org.) **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GALVÃO, Jane. **A AIDS no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

GONÇALVES, Telmo. A abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. **Caleidoscópio** – Rev. de Comunicação e Cultura. n. 5/6, p. 157-167. 2005.

GREEN, James. **Além do carnaval** – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LEITE, Vanessa. TERTO JR. Veriano. PARKER, Richard. **Dimensões sociais e políticas da prevenção**. Rio de Janeiro, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2020. Disponível em http://abiids.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Dimens%C3%B5es-sociais-NOVO-e-pol%C3%ADticas-da-preven%C3%A7%C3%A3o_2018_site.pdf, acesso em 03 de agosto de 2020.

MANTEGA, Guido. (Org.) **Sexo e poder**. São Paulo: Círculo do livro, 1980.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias da Comunicação** – ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2014.

MBEMBE, Achille. “O direito universal à respiração”. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em <https://n-1edicoes.org/020>, acesso em 3 de agosto de 2020.

PAIVA, Vera. Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/ AIDS e o processo de emancipação psicossocial. **Interface**, vol.6, n.11, pp. 25-38. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000200003&lng=en&nrm=iso, acesso em 3 de agosto de 2020.

PARENTE, André. Enredando o pensamento – redes de transformação e subjetividades. In: PARENTE, André. (Org). **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 91-110.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PATTON, Cindy. **Inventing AIDS**. New York: Routledge, 1990.

PICCOLO, Fernanda Delvalhas; KNAUTH, Daniela Riva. Uso de drogas e sexualidade em tempos de AIDS e redução de danos. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, pp. 127-145, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100007&lng=en&nrm=iso, acesso em 3 de agosto de 2020.

POCAHY, Fernando (Org). **Corpo e prazer** – políticas de enfrentamento ao heterossexismo. Porto Alegre: NUANCES, 2010.

PRECIADO, Paul B. “Aprendendo do vírus”. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em <https://n-1edicoes.org/007>, acesso em 3 de agosto de 2020.

SACCHI DOS SANTOS, Luís Henrique, ZAGO, Luiz Felipe. Topologias dos corpos de homens gays: deslocamentos na produção de sensibilidades biopolíticas. **Nômadias**. Vol. 39, p. 137-151. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105129195010>, acesso em 03 de agosto de 2020.

SALES, André Luis Leite De Figueirêdo; VIANNA, Eduardo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. Prefigurative Brazilian ativismo through the lens of the transformative activist stance: renewing radical political imagination through -collectividual-agency. **Mind Culture and Activity**, v. 27, p. 1-15, 2020.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora; a AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TREICHLER, Paula. “AIDS, Homophobia and Biomedical Discourse: An Epidemic of Significations”. In: Fiske, John (Org). **Cultural Studies**. London: Routledge. 1987. p. 263-305.

ZAGO, Luiz Felipe; PIMENTEL, Paulo Renato R. Esquecimentos midiáticos: mãe-sozinha, pai-ausente, bebê-monstro e a epidemia de Zika na Folha de S. Paulo on-line. **Revista Passagens**, Fortaleza, v. 8, p. 152-172, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/passagens/article/view/30965>, acesso em 03 de agosto de 2020.

CRÍTICA SOCIAL DO GÊNERO CHARGE NA VISÃO SOCIOSSEMIÓTICA FUNCIONALISTA

Vera Lúcia Viana de Paes³¹
Arlete Ribeiro Nepomuceno³²

O GÊNERO CHARGE COMO ATIVIDADE SOCIOSSEMIÓTICA

No estudo empreendido, apoiamo-nos numa visão semântico-gramatical do gênero charge, abordado como atividade sociossemiótica, que exerce uma ação influenciadora sobre o público-alvo no ambiente digital, buscando explorar a relação entre formas e funções da (língua)gem. Para tanto, consideramos a língua(gem) como parte inerente à vida social, interconectada com outros significados semióticos do ambiente sociocultural (gestos, imagem, cores, *design* etc.).

Isso posto, a análise do texto chargístico, por meio da LSF, recai sobre a rede de escolhas da lexicogramática³³, que realiza o potencial semântico do sistema, evidenciando o relacionamento entre o modo semiótico verbal e outros elementos semióticos e aspectos da vida social, a exemplo de pessoas em situação de vulnerabilidade social no contexto atual de pandemia do coronavírus.

Domingo, Kress e Jewitt (2014, p. 5) afirmam: “[...] os modos³⁴ atuantes nas telas são frequentemente novos gêneros em conjuntos multimodais de vários tipos”, o que demanda estudos que incluam o papel das *affordances*³⁵ dos modos semióticos em integração com papéis sociais e tecnológicos. Nesse contexto, no modo semiótico escrito, as *affordances* operam por um sistema de signos próprios (aspectos sintáticos, recursos lexicais e recursos gráficos (fonte, tamanho, tipo, espaçamento, alinhamento, recuo)), uma tipologia textual (narração, descrição); já nas imagens, possuem recursos outros (tamanho, cor, forma, ícones, linhas, círculos, relações espaciais etc.) (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]). Em vista disso, estudiosos da Semiótica Social (HODGE; KRESS, 1988), consideram que os modos semióticos são complementares, com diferentes

³¹ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais.

³² Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG e professora da Universidade Estadual Montes Claros (Unimontes-MG).

³³ A gramática não é separável do vocabulário, sendo ambos vistos como dois extremos de um mesmo e único continuum, com o uso preferível da palavra lexicogramática, precisamente porque dá conta da inseparabilidade entre uma coisa e outra (GOUVEIA, 2009).

³⁴ Modos são recursos materiais para produção e materialização dos signos, evidenciando significados (GUALBERTO; KRESS, 2019).

³⁵ As *affordances* são potenciais, assim como limitações oferecidas por modos semióticos para representação do mundo (GUALBERTO; KRESS, 2019).

sistemas de significados, na produção de um texto/gênero. Centramo-nos na descrição de semioses do modo verbal em inter-relação com outros sistemas semióticos, analisando a charge por meio dos sistemas de transitividade, de modo e de tema/rema da GSF, em interconexão com a imagem.

Kress e van Leeuwen (2001, 2006) advogam que modos semióticos não são meras formas de expressão para divulgação de informações, mas, sobretudo, formas reveladoras de relações e interações no meio social e também de representações do mundo. Para eles, textos falados ou escritos são também multimodais, pois apresentam, no mínimo, dois modos de representação, sob a reunião de várias fontes semióticas, e requerem novas ferramentas de análise, não incluídas no modelo tradicional linguístico. Nessa medida, o trabalho semiótico do chargista, em meio à pandemia, é realizado com artefatos semióticos disponíveis e aptos a comunicarem propósitos comunicativos, o que inclui escolhas *motivadas* dos signos verbo-visuais.

A par disso, na sequência, apresentamos o contexto histórico das funções da linguagem, as quais deram origem à versão atual da GSF, de Halliday e Matthiessen (2014), para, em seguida, discorrermos sobre as metafunções.

CONTEXTO HISTÓRICO DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM DA GSF

Na introdução à GSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), a gramática sistêmica é conceituada como uma abordagem inovadora de Halliday, entrelaçando gramática, significado e discurso, o que a transformou num fenômeno linguístico mundo afora, por considerar e identificar o papel dos itens linguísticos em qualquer texto, em termos de função na construção de significados.

Tendo o uso como marca fundamental para a caracterização de uma língua, incrustado num potencial de significados, e, consequentemente, para a descrição dela, Halliday e Hasan (1989) contextualizam historicamente as funções da linguagem, elegendo como referentes clássicos exponenciais Malinowski (1923) e Bühler (1934). A princípio, Malinowski (1923) classificou-as em duas categorias: *pragmática* (subdividida depois em uso ativo e narrativo) e *mágica* (associada a cerimoniais ou atividades religiosas na cultura).

Em seguida, Bühler (1934) fez a distinção do ponto de vista do indivíduo, como *linguagem expressiva*, *conativa* e *representacional* (orientadas, respectivamente, para si mesmo, o destinatário e o restante, além de falante e destinatário), organizadas segundo a distinção gramatical de 1ª, 2ª e 3ª pessoas (fonte que constava na gramática retórica, que veio antes de Platão), baseando-se no fato

de o sistema verbal de muitas línguas europeias e gregas ser organizado sob a categoria de pessoas: falante (1ª pessoa), interlocutor (2ª pessoa) e o restante (3ª pessoa). Tal esquema foi adotado pela Escola de Praga e, mais tarde, estendido por Jakobson (1960), com mais três funções: *poética*, *transacional* e *metalinguística* (respectivamente orientadas para a mensagem, o canal e o código), conforme Halliday e Hasan (1989).

Neves (2001), com algumas variações nos termos, explica que, na concepção de Jakobson (1960), a mensagem incorpora um “feixe” de funções da linguagem envolvido no processo de comunicação, totalizando seis funções que se configuram na mensagem em uma alternância (primárias ou secundárias). Assim, cada função é interligada a um fator do ato de comunicação: ao/à contexto (*função referencial*), remetente (*função emotiva*), destinatário (*função conativa*), contato (*função fática*), código (*função metalinguística*) e mensagem (*função poética*).

Em 1967, Morris, a partir da abordagem behaviorista, formulou outra classificação das funções da linguagem: *informativa* (troca de informação), *conversacional* (idêntica à *função expressiva* de Bühler), *estética* (*artística*) e *polida/educada* (para ocasiões sociais).

Briton (1970), valendo-se de Bühler (1934), adaptou e desenvolveu uma versão diferente, propondo uma teoria com a função *transacional*, *expressiva* e *da linguagem poética*, com ênfase, nessa ordem: no papel do participante, na habilidade de escrita em contexto expressivo e no papel do escritor (HALLIDAY, 1989).

A partir dessas classificações, Halliday e Hasan (1989) observaram que, apesar de nenhum deles tivesse lido a versão dos outros, havia uma considerável similaridade entre as classificações dadas às funções da linguagem, uma vez que reconheceram o uso da linguagem para falar de coisas (*informativa*, *narrativa*, *representacional*) e para propósitos dos falantes, buscando expressar-se para influenciar os outros (*conversacional/expressiva*, *conativa*, *ativa*). Mais irregularmente, há um terceiro motivo para a linguagem, na função imaginativa ou estética.

Halliday e Hasan (1989) concluíram que as funções são os princípios fundamentais da linguagem e procuraram dar um passo adiante, conforme investigações, nas quais constataram que esses pesquisadores desenvolveram um quadro teórico que levava em consideração apenas o uso externo da linguagem. Por essa razão, procuraram contemplar não somente a variação no uso da língua, mas também a organização dela como um sistema semântico. Assim, as funções seriam interpretadas no uso da língua e como uma propriedade fundamental própria, algo básico para a evolução do sistema semântico, em termos de uma teoria funcional.

Após essas constatações, Halliday e Hasan (1989) estabeleceram o modelo próprio para as funções da linguagem, que explica sua base funcional:

- i. *Significados experienciais*: expressam processos, eventos, ações, estados ou qualquer outro aspecto da realidade, instanciando a representação de fenômenos do mundo real ou apreendidos em experiências por que passamos e que possamos imaginar;
- ii. *Significados interpessoais*: revelam o processo de interação social entre falante e ouvinte, com funções do discurso (oferecer, demandar etc.). Conforme Halliday e Hasan (1989), o significado interpessoal é a linguagem como ação, e o experiencial, linguagem como reflexão;
- iii. *Significados lógicos*: expressam relações lógicas construídas pelas línguas naturais, em diferentes formas gramaticais paratáticas e hipotáticas, constituindo um aspecto da textura do texto que garante a coesão;
- iv. *Significados textuais*: compõem o equilíbrio semântico e gramatical do texto, ou seja, os elementos que o tornam um texto.

A conjugação desses significados representa a multifuncionalidade da linguagem, na qual podemos observar diferentes ângulos de forma simultânea, cada qual contribuindo a seu modo para a interpretação total. Tais significados foram renomeados por Halliday e Matthiessen (2014), para quem todo texto realiza, simultaneamente, três tipos de significados denominados metafunções da linguagem: *Ideacional*: representação dos padrões da experiência humana e as relações lógico-semânticas que conectam esses padrões; *Interpessoal*: maneira pela qual relações sociais e valores são construídos; *Textual*: entrelaçamento das escolhas ideacionais e interpessoais em unidades de significado coerentes e coesas, ou seja, a materialização da linguagem em textos.

Em outras palavras, na sua essência, a linguagem deve cumprir três principais funções: relatar experiências; criar relacionamentos interpessoais; e organizar a informação. Conforme Eggins (2004, p. 111): “[...] esses significados podem ser relacionados ao contexto de situação (acima) ou à léxico-gramática (abaixo)”. Segundo Halliday e Hasan (1989), os textos ocorrem em dois contextos: (i) *de cultura*, que se constitui como um pano de fundo ideológico que contribui para o estabelecimento de relações de sentido, restringindo interpretações possíveis; e (ii) *de situação* “[...] meio direto no qual o texto funciona. Utilizamos essa noção para explicar por que certas coisas foram ditas ou escritas em determinado momento, e o que poderia ter sido dito ou escrito e não o foi”³⁶ (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 46). Neles, coexistem três variáveis de registro associadas a cada um dos tipos de significados: campo, relação e modo.

³⁶ No original: “The immediate environment in which a text is actually functioning. We use this notion to explain why certain things have been said or written on his particular occasion, and what else might have been

O *campo*, expresso por padrões de significados ideacionais no texto, associa-se à atividade sociossemiótica que ocorre, por meio da Transitividade nas cláusulas complexas da gramática. O *modo*, codificado pelos significados textuais no texto, refere-se ao papel que a linguagem e outros sistemas semióticos desempenham na situação, pelos padrões de Tema da gramática. A *relação*, ligada aos significados interpessoais, revela como as relações são construídas e constituídas pelos participantes no texto, realizada por meio dos padrões de Modo da gramática.

Cada tipo de significado é associado, de maneira sistemática, a cada variável de registro, com a linguagem estruturada para realizar esses três tipos de significados, haja vista a presença, na lexicogramática, dos principais recursos gramaticais de transitividade e da cláusula complexa; de Tema; e Modo, como pontua Eggins (2004).

Conforme Gouveia (2009), as funções da linguagem (metafunções) dão lugar a componentes gramaticais que conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica, de forma que temos componentes gramaticais de valor ideacional, interpessoal e textual.

Para Halliday e Matthiessen (2014), as escolhas dos falantes materializam-se em forma de textos, descritos e analisados por meio da unidade central de processamento da lexicogramática, que é a oração³⁷, pois, por meio dela, significados são mapeados em uma estrutura gramatical integrada. Essa perspectiva descreve as categorias gramaticais por meio do sistema semântico, um modo perspicaz de análise da gramática como modo de adentrar no discurso.

Nesse sistema semântico, as metafunções equivalem a [...] “três estruturas distintas, cada uma expressando um tipo de organização semântica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 88)³⁸”, as quais se organizam na oração como uma unidade gramatical que atua em sistemas: metafunção ideacional > *sistema de transitividade* (oração como representação); metafunção interpessoal > *sistema de modo* (oração como troca); e metafunção textual > *sistema temático* (oração como mensagem).

Sob a perspectiva *hallidayiana*, no *sistema de transitividade*, há processos, participantes e circunstâncias, realizados, respectivamente, por grupos verbais, nominais e adverbiais. Nele, atuam seis processos (verbos), associados a participantes e circunstâncias para construir uma experiência em dado contexto: processos materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais. Nos processos materiais que representam o mundo existem os participantes

said or written that was not” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 46)

³⁷ No original: “The clause is the central processing unit in the lexicogrammar: in the specific sense that it is in the clause that meanings of different kinds are mapped into an integrated grammatical structure” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 10).

³⁸ No original: “Three distinct structures, each expressing one kind of semantic organization” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 88).

Ator, que realiza a ação, em direção a um participante denominado Meta, entre outros.

O *sistema de modo* especifica funções como sujeito, predicator, finito, modalidade nos papéis de fala. Já o *sistema temático* especifica as escolhas dentro do enunciado.

Com base em Halliday e Matthiessen (2014), as metafunções representam o sistema semântico-semiótico das estruturas linguísticas, no sentido concreto ou conotativo da língua, expressas em situações de uso. Nessa medida, correlacionam-se forma e significado em interações sociais situadas, considerando, sobretudo, escolhas linguísticas, conscientes ou não dos falantes, como bem pontuaram Nepomuceno e Paes (2019). A estrutura sintagmática expressa o propósito comunicativo de quem fala, na visão da gramática como escolha léxico-gramatical no nível paradigmático da língua. Para Halliday e Matthiessen (2014), essas escolhas resultam em textos, nos quais a linguagem funciona em contexto como um recurso que produz significados³⁹.

O campo estrutural da língua(gem) constitui o sistema sintagmático que integra subsistemas: a oração ~ grupo/frase ~ palavra ~ morfema [lexicogramática]; grupo de sons ~ sílabas ~ fonemas [fonologia]. Já o sistema paradigmático compreende a gramática e o léxico [lexicogramática]. Ambos os sistemas são realizados em estratificações ordenadas > semântica ~ lexicogramática ~ fonologia ~ fonética. A partir dessas dimensões, atuam as metafunções de forma concomitante: ideacional [lógica ~ experiencial] ~ interpessoal ~ textual (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 20). Por essa via, a organização léxico-gramatical da linguagem é a realização da organização semântica da linguagem (EGGINS, 2004).

Na seção seguinte, apresentamos a metodologia de análise baseada nas metafunções.

METODOLOGIA

Para análise e demonstração das metafunções como modo semiótico verbal, em interconexão com o modo semiótico visual, selecionamos uma charge veiculada na *web* no período pandêmico que estamos vivendo. A escolha do gênero deve-se à possibilidade de demonstração do método analítico da GSF, com um tema que traz uma reflexão sobre o modelo de sociedade em que estamos inseridos: a vulnerabilidade a que estão expostos os moradores

³⁹ No original: “We can characterize text as language functioning in context [...] Language is, in the first instance, a resource for making meaning; so text is a process of making meaning in context” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 3).

de rua nesse período crítico. A escolha da plataforma digital justifica-se por, na diversidade de recursos sógnicos, revelar-se como um espaço social de pronunciamento de pessoas vulneráveis e seu modo de habitar o mundo, na voz do chargista, que protagoniza suas vivências para oportunizar uma reflexão social acerca das condições de existência deles.

Os procedimentos teórico-metodológicos partem da Semiótica Social, cujo foco de análise é o signo e o produtor de signos, por meio das ferramentas de análise da GSF, buscando explicar a lexicogramática presente na charge, recurso semiótico que possibilita analisar o contexto em que vivem os moradores de rua e resgatar as informações implícitas desse contexto, por meio de ligações semânticas.

Inicialmente, descrevemos representações de mundo depreendidas do sistema de transitividade da oração, por meio dos processos, participantes e circunstâncias, em conexão com as variáveis do contexto campo, relação e modo. Posteriormente, analisamos as relações, os papéis sociais, as funções discursivas⁴⁰ e a escolha do modo verbal pelo sistema de modo da oração, em interlocução com a variável relação do contexto de situação. Por fim, analisamos o sistema de tema e rema, que se liga à variável modo do contexto de situação dos moradores em situação de rua.

ANÁLISE SOCIOSSEMIÓTICA DA CHARGE

Figura 1: Representação de moradores em situação de rua



Fonte: Disponível em: <https://blogdojuca.uol.com.br/2020/04/charges-da-pandemia/>

⁴⁰ Halliday e Matthiessen (2014) pontuam quatro tipos básicos de funções discursivas: oferecer, comandar, declarar e perguntar, classificadas em propostas (trocas de produtos ou serviços) e proposições (trocas de informações).

O texto chargístico transporta (ressemiotiza) para a mídia digital moradores em situação de rua, normalmente esquecidos, abandonados, invisíveis aos olhos da sociedade, uma vez que grupos não hegemônicos podem, também, serem reconhecidos pelo modo pelo qual se inscrevem na sociedade. Naturalmente, o propósito comunicativo do chargista é chamar a atenção para esse fato, por meio dos recursos semióticos disponíveis na nossa cultura. No cenário de pandemia, essa situação agrava-se. Podemos depreender da imagem aquilo que não é dito, mas que é do conhecimento comum dos membros da sociedade, inserido em uma cultura que permite a existência dessas situações. Essas pessoas não conhecem as soluções, os cuidados, não possuem máscaras ou álcool gel. Apesar da necessidade de higiene, muitas vezes, mal conseguem água para beber. Como vivem de esmolas, sofrem as consequências referentes ao afastamento das pessoas das ruas, presas em suas casas, em quarentena. Apesar de receberem alguma ajuda de ONGs e do estado, não é suficiente. Noticiários sobre o desafio de proteger moradores de rua repercutem cotidianamente, pois as principais recomendações para evitar a doença são lavar as mãos regularmente e ficar em casa, mas o que dizer das pessoas que não possuem casa?

Distantes dos aplicativos digitais e dos meios de informação, na maioria das vezes, não conseguem receber informações sobre o novo vírus. O humor da charge é depreendido pelo conhecimento desse contexto, que constitui o *campo* do contexto de situação, interligado à metafunção ideacional, na oração: *e aí, já baixou o aplicativo?* O conteúdo ideacional revela a crítica contida na impossibilidade de um morador de rua ter acesso a celulares com aplicativos (normalmente caros) para receber a ajuda financeira disponibilizada pelo governo. A paisagem semiótica torna-se ainda mais cômica/irônica pelo fato de não existirem quaisquer celulares na cena protagonizada pelos moradores em situação de rua. Esse conteúdo léxico-gramatical retoma e interliga os complexos semânticos presentes no contexto sociocultural, em que inúmeras pessoas baixaram o aplicativo para receber esse benefício, inclusive quem não precisava dele.

Analisando o *sistema de transitividade* da oração, vemos que a pergunta retórica, direcionada à senhora com a criança no colo, busca a resposta à possibilidade de que ela possa ser um participante *Ator*, que possa realizar a ação de baixar (*processo*) o aplicativo (participante *Meta*) para receber o benefício. A pergunta cria um esquema ou figura mental, conforme Halliday e Matthiessen (2014), que busca a resposta da inclusão ou não da mulher com relação ao benefício. A obviedade de sua exclusão gera o humor da charge por meio das escolhas léxico-gramaticais que criaram esse efeito e a representação de mundo que contém essa crítica. O advérbio *já*, em *já baixou* acentua o tom irônico da charge.

Além da representação criada pelo sistema de transitividade, a oração escolhida pelo produtor da charge também constitui uma interação no chamado sistema de MODO da *metafunção interpessoal*, em que a variável de registro (*relação*) ocorre nesse contexto de situação. Assim, na interação entre os moradores em situação de rua, aquele que pergunta exerce um papel particular e, ao fazer isso, estabelece um papel complementar para a senhora com a criança no colo, sua interlocutora. Ele *demand*a uma informação dela, solicitando uma resposta na relação dialógica. Na função discursiva de perguntar busca uma troca de informações por meio da *proposição* adotada, em modo interrogativo, como se fosse normal à mulher baixar o aplicativo, o que gera o humor da crítica.

Na interação promovida, a mulher é o sujeito, pela posição que foi colocada na pergunta, que indaga se ela já *baixou* o aplicativo. O verbo exerce a função de *finito*. O sistema de modo sujeito + finito exerce a função de negociador da mensagem na oração. Dessa forma, o interlocutor que lê o conteúdo da charge pode emitir um juízo de valor sobre o conteúdo apresentado, concordando ou discordando. Naturalmente, é bem provável que o interlocutor siga o raciocínio direcionado pela charge: de que não é possível que a mulher baixe esse aplicativo pelas condições em que se encontra e volte o olhar para esse problema social. Assim, o conteúdo semântico do sistema de modo contido em *já baixou o aplicativo?* reforça o conteúdo irônico para chamar atenção à crítica direcionada ao público-alvo da mensagem.

O conteúdo ideacional do campo/sistema de transitividade e as relações promovidas na variável relação/ sistema de modo são representados textualmente nos modos semióticos verbal e visual, por meio da linha de significado da estrutura temática, para análise da oração como mensagem. A predominância da cor terra e traços pretos na imagem enfatizam o contraste da sujeira em que vivem os moradores de rua e a falta de condição deles em relação a quem possui um lar e condições de possuir *smarthphones* com aplicativos. A imagem é cenário para as semioses do sistema de tema do modo verbal escolhido para iniciar a fala: *e aí já [...]*, expressão que marca o ponto de partida da mensagem, que localiza e orienta a oração no contexto. Assim, o morador em situação de rua escolhe a forma de iniciar sua fala, o elemento linguístico que ele prioriza, chamando atenção de sua interlocutora para sua pergunta com a expressão *e aí já [...]*, como tema da enunciação. O sujeito elíptico *você* está implícito no tema. O restante da oração *baixou o aplicativo*, conforme Halliday e Matthiessen (2014) funciona como rema, que tipicamente contém o destaque da mensagem *baixou o aplicativo?* que organiza e leva adiante o discurso. A complementação de sentido pelo modo visual diante dessa mensagem é cômica quando se observam os significados semióticos do olhar e gesto facial da interlocutora, diante de uma colocação fora da realidade.

Em termos gerais, os sistemas de significação textual da charge permitem-nos concluir que a crítica social do produtor de signos (chargista) enfatiza que a migração para o meio digital não é possível para quem que não detém meios de acesso a esses recursos.

REFERÊNCIAS

- BUHLER, K. *Theory of language: the representational function of language*. John Benjamins Publishing, 2011.
- DOMINGO, M.; KRESS, G.; JEWITT, C. Multimodal social semiotics: writing in online contexts. Pre-print version. In: K. Pahl and Rowsel (eds.). *The Routledge Handbook of Contemporary Literary Studies*. London: Routledge. 2014. Disponível em http://eprints.ncrm.ac.uk/3084/1/D4Writing_and_Multimodal_social_semiotics.pdf Acesso em: 24 jun. 2020.
- EGGINS, S. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 2004.
- GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27795>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- GUALBERTO, C.; KRESS, G. 'Social semiotics', chapter in the *International Encyclopedia of Media Literacy*, edited by Renee Hobbs and Paul Mihailidis. New York: Wiley-Blackwell, (forthcoming, 2019). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325764226_Social_Semiotics. Acesso em: 23 jun. 2020
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford University Press. Second edition, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Introduction to functional grammar*. London and New York: Routledge, 4 ed., 2014.
- HODGE, R.; KRESS, G. *Social semiotics*. London: Polity Press, 1988.
- JAKOBSON, R. Language in relation to other communication systems. In: *Jakobson (1971b) apud CHANDLER, D. Semiotics. The Basics*. Routledge Taylor & Francis Group London and New York, second edition, 2007
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.

MALINOWSKI, B. The Problem of Meaning in Primitive Languages. In: C. K. Ogden, & I. A. Richards (eds.). *The Meaning of Meaning*. London: K. Paul, Trend, Trubner, 1923.

NEPOMUCENO, A. R.; PAES, V. L. V. de. Gramática sistêmico-funcional e gramática do design visual: metafunções da linguagem na análise do gênero publicitário digital. *Revista Confluência on-line*, n° 56, 1º semestre de 2019, p. 296-328. Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/235>. Acesso em: 9 jan. 2020.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEDAGOGIAS CULTURAIS E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE AS PANDEMIAS DE AIDS, ZIKA E COVID

Heider Carlos Matos⁴¹

Carla Daniella Teixeira Girard⁴²

Luiz Felipe Zago⁴³

INTRODUÇÃO

A mídia televisiva apresenta uma forte influência sobre o público telespectador, sobretudo considerando que as representações da mídia são retratos de várias identidades culturais. Assim, a mídia assume um papel importante em um poderoso sistema social na criação do sujeito e no seu senso de realidade. Nesse sentido, diferentes grupos culturais são identificados nas formas de mídia, sendo uma ferramenta importante no aspecto cultural da sociedade, pois é a interação entre os indivíduos e, coletivamente, molda as percepções de outras pessoas direta ou indiretamente nas interações comunicativas. A presente pesquisa tem como objetivo de analisar como os meios de comunicação assumem um papel formativo de instância pedagógica, considerando que apresentam determinados textos, sons e imagens balizadores da experiência da realidade, cuja veiculação de informações participa da construção de sentidos atribuídos ao mundo. Para isso, serão analisados três vídeos a respeito de três pandemias: Aids, Zika vírus e o COVID-19, verificando como essas reportagens foram transmitidas no Brasil para a população. O trabalho será desdobrado em duas partes: a primeira intitulada como Pedagogias Culturais e o dispositivo pedagógico da mídia trata-se de uma fundamentação teórica de como a mídia constrói discursos e produz significados para os telespectadores. Já na segunda parte será analisado três vídeos sobre pandemias e como o jornalismo transmitiu essas informações para o público.

⁴¹ Mestrando em Educação pela Universidade Luterana do Brasil. (ULBRA). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (Universidade Estácio). Email: heidercarlosmatos@hotmail.com.

⁴² Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil. (ULBRA). Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Biblioteconomia e Formação Pedagógica de Docentes - Habilitação em Letras (FAEL). Email: carlinhagirard@yahoo.com.br.

⁴³ Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS. Graduado em Comunicação Social (UFRS) Email: professorluizfelipezago@gmail.com.

PEDAGOGIAS CULTURAIS E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA

Rosa Maria Bueno Fischer (1997; 2002a; 2002b; 2007; 2012) analisou elementos do que chamamos de mídia brasileira em pesquisas sobre a intersecção entre Comunicação Social e Educação. A autora investigou produtos televisivos como telejornais, documentários, telenovelas, seriados, *talk shows*, comerciais, programas infantis e juvenis veiculados pelas redes de televisão abertas e fechadas do Brasil dos anos de 1990. Ela formulou a potente sugestão de que “uma investigação sobre a temática da pedagogia da mídia (...) torna possível compreender mais amplamente o ‘estado da cultura’ hoje” (FISCHER, 1997, p. 69).

Trabalho com a hipótese de que há um “dispositivo pedagógico da mídia”, o qual se constrói através da linguagem mesma de seus produtos; de que há uma lógica discursiva nesses materiais, que opera em direção à produção de sentidos e de sujeitos sociais; e de que há uma mediação, na relação complexa entre os produtores, criadores e emissores, de um lado, os receptores e consumidores, de outro, a qual é dada particularmente pelo modo como se estruturam os “textos midiáticos”. (FISCHER, 1997, p. 63)

Nesse sentido, os meios de comunicação funcionam como aparato formativo, como instância pedagógica, na medida em que apresentam determinados textos, sons e imagens balizadores da experiência da realidade, cuja veiculação de informações participa da construção de sentidos atribuídos ao mundo. Trata-se de uma abordagem que enfatiza as formas como “os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas” (FISCHER, 2002b, p. 153). Essa é uma pedagogia *pela* mídia (isto é, a mídia atuando como instância formativa e educadora informal por meio de suas linguagens audiovisuais), e não apenas uma pedagogia *na* mídia (na forma, por exemplo, de telecursos cujos conteúdos remetem aos diferentes currículos do ensino formal).

Assim, a divulgação de informações, cerne do exercício jornalístico, além de incidir sobre o arranjo dos fatos e sobre as expectativas da audiência, conforme argumenta Eugênio Bucci (2000a), passa a assumir lugar em certo processo de ensino-aprendizagem entretecido na própria dinâmica estabelecida entre meios de comunicação e suas audiências. Essa dinâmica não é forçosamente imposta, mas construída como um pacto de inteligibilidade. A partir do que Bucci (2000b) afirma sobre a televisão, meio que participou do engajamento dos indivíduos em determinada noção do que era “ser brasileiro” durante

a ditadura, pode-se sugerir, remetendo a Fischer (1997), que a mídia estava ensinando e as audiências aprendendo o quê e como era o “ser brasileiro” da época, por meio de suas linguagens.

Para desenvolver análises do dispositivo pedagógico da mídia, Fischer (2002a) apoia-se principalmente no arcabouço teórico de Michel Foucault. A inspiração foucaultiana é empregada para sublinhar, em primeiro lugar, as minúcias das diferentes estratégias discursivas em operação na televisão ao escavar os enunciados que conformam o que é dito e mostrado na tela; em seguida, para discutir o conceito de dispositivo em Foucault que a autora aplica ao funcionamento da mídia; e, em terceiro lugar, para analisar um conjunto de técnicas midiáticas que participam de modos de subjetivação na cultura ao estimular os espectadores a explorarem a “si mesmos”. Essa última direção analítica pretende sublinhar que “nosso presente, hoje, é feito fortemente de narrativas a que temos acesso por nossas relações com a internet e a televisão”, salientando, portanto, a participação constante da mídia no nosso cotidiano e, mais incisivamente, apontando para as estratégias discursivas dos meios de comunicação que funcionam “em nós, acionando memórias, construindo e reconstruindo um jeito de entender o que seria a nossa história, pessoal e social” (FISCHER, 2007, p. 294-295).

Fischer (2002b) também recorre a Beatriz Sarlo para atentar aos procedimentos técnicos e estéticos que contribuem para a formatação das informações veiculadas pela televisão: angulações de câmera, cenários, roteiros, sonorizações, recortes de imagem, entonações de texto, que caracterizam a noção de televisibilidade. Fischer (2002b, p. 156) define televisibilidade como “uma condição, um conjunto de ‘qualidades’ relativas a um estilo padrão que todos devem dominar, desde os atores, até os que, nas mais diferentes posições, produzem os materiais de TV”. Ao apostar na mídia como pedagógica, o objetivo explicitamente é

Mostrar de que modo opera a mídia (...) no sentido de participar efetivamente da construção de sujeitos e subjetividades, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem. Longe de entender unilateralmente a força da mídia, tento mostrar como estão em jogo, no processo de comunicação por meio da TV, múltiplas e complexas questões relacionadas às formas pelas quais produzimos sentidos e sujeitos na cultura. (FISCHER, 2002b, p. 153)

Assim, “a mídia não apenas veicula. Ela, sobretudo, constrói discursos e produz significados e sujeitos” (FISCHER, 2012, p. 113). Por essa razão, a autora não descuida das implicações políticas que tal abordagem passa a ter quando

se estende o caráter pedagógico ao funcionamento da mídia. Sugere que é uma tarefa indagar sobre como os meios de comunicação hoje “realizam o debate do que é ‘público’, definem o que é a ‘palavra pública’, orientam o que seria a ‘cena social’. A questão, portanto, é também e predominantemente política” (FISCHER, 2012, p. 115). É potente a ideia de que os meios de comunicação funcionam produzindo “uma espécie de ‘cobertura plena’ dos vazios”, fazendo operar em seus textos, sons e imagens determinadas maneiras de entender o mundo e a participação coletiva “na medida em que jornais, TV, revistas vão conferindo incansavelmente sentidos para acontecimentos, objetos, grupos sociais, pessoas, sentimentos, atos políticos, desejos” (FISCHER, 2012, p. 138).

Na mesma direção, o conceito de “pedagogias culturais” acena para a produtividade de se pensar amplamente os atos pedagógicos em circulação nas diversas esferas da vida cotidiana, tais que extrapolam e concorrem com a sucessão de anos e estágios do ensino escolar formal na formação dos sujeitos (CAMOZZATO, 2014). A articulação da noção de “pedagogia” com a de “cultura” enseja sublinhar que a cultura ensina, a cultura governa, a cultura acomoda seres vivos, objetos e as relações entre eles criadas num campo inteligível. Sem dúvida, nessa articulação também funciona uma vontade de pedagogia, “entendendo a pedagogia como um traço, uma marca da contínua vontade de investir e atuar sobre todos os aspectos e âmbitos da vida dos sujeitos contemporâneos” (COSTA; CAMOZZATO, 2013, p. 23), que busca formar indivíduos úteis, exploráveis subjetivamente, para a vida em sociedade. Cultura, nessa imbricação, tem um sentido precípuo tal como formulado pelos Estudos Culturais, a partir de Stuart Hall: um campo de disputa pela produção, circulação e contestação dos múltiplos significados que orientam e legitimam as experiências, campo de enfrentamento pela definição de nexos possíveis entre identidade, representação e diferença, campo no qual os indivíduos se tornam sujeitos de discursos e saberes – mas também no qual resistem a eles e os transgridem (HALL, 1997; HALL, 2007; COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003). A aposta de Camozzato (2014, p. 575, grifo nosso) é

que a pedagogia procura responder às exigências que cada tempo coloca para a produção de tipos de sujeitos que lhe correspondam, levando adiante o mundo em que vivem, adaptando-se a ele. Ela envolve um conjunto de saberes e práticas que cada indivíduo é incitado a fazer operar sobre si para tornar-se sujeito de determinados discursos. *Porém, as transformações na esfera dos saberes e nas tecnologias vêm cada vez mais desalojando as certezas, as permanências, provocando, também, que os sujeitos fluam entre as diversas posições-de-sujeito que lhes são oferecidas a ocupar.*

De um modo abrangente, por meio de conceito de “pedagogias culturais” enfatiza-se o processo de formação de sujeitos no interior de uma dada

cultura, tal que ocorre não apenas dentro das escolas, salas de aula, na relação professora-aluna. Sem dúvida, há pedagogias culturais em curso dentro dos espaços-tempos formais de ensino, tais que ensinam tanto quanto os conteúdos do currículo oficial (expressas em objetos de consumo, roupas, idiossincrasias linguísticas, cortes de cabelo, disposição de móveis, até mesmo na própria localização urbana dos prédios escolares)⁴⁴. Mas, sobretudo, as diversas dimensões da vida em sociedade, em grupo, comunitária, construídas e significadas em relação à cultura, forma os sujeitos a que se dirige, que convida a habitar em seu seio. É o que Elizabeth Ellsworth (2005) chama de diferentes posições de ensino, lugares de aprendizado, constituídos por meio de modos de endereçamento: quem a cultura pensa que somos? Por meio de quais práticas pedagógicas nos tornamos aqueles sujeitos que a cultura orienta que sejamos?

Marisa Costa e Paula Andrade (2015), ao investigar dissertações e teses que adotam o conceito de pedagogia cultural em articulação com artefatos midiáticos, revisam as diferentes abordagens dos meios de comunicação enquanto dimensão formadora de sujeitos na cultura. O conjunto dessas investigações analisadas por Costa e Andrade (2015) se colocam na intersecção dos campos da Educação, Comunicação e cultura e apontam para três formas de operação do conceito de pedagogias culturais atrelado em artefatos midiáticos: de criação de representações e circulação de valores desejáveis; acionamento de complexos mercantis midiáticos pela vinculação entre mídia e consumo; promoção midiática de determinadas técnicas de si e governo de condutas (na articulação com os estudos foucaultianos). As autoras resumem:

Quer dizer, educação e comunicação atuando em sintonia, na mesma direção. Seja por meio da representação de modos desejáveis de ser sujeito, seja pela criação de redes mercantis que nos atraem e capturam, ou por um universo imagético que nos educa, seja mediante discursos e práticas que objetivam conduzir nossas condutas, o que se percebe é que grande parte dos pesquisadores conseguem reunir, apresentar e discutir evidências de que as pedagogias culturais praticadas por artefatos midiáticos são, certamente, poderosos modos de educar, de formar sujeitos sob medida para as sociedades capitalistas contemporâneas. (COSTA; ANDRADE, 2015, p. 856)

Assim, é possível sugerir que as pedagogias culturais em operação nos artefatos da mídia inserem os indivíduos em processos de produção de

⁴⁴ Por algum tempo, falou-se em “currículo oculto” (SILVA, 2000, p. 77-81) para referir a esse conjunto de objetos e relações que ensinavam algo além e aquém do conteúdo curricular oficial. De modo algum o processo de ensino-aprendizagem suposto com o conceito de “pedagogias culturais” se aproxima do de “currículo oculto”: primeiro porque não há nada de “oculto” no conjunto pedagógico da cultura; segundo, não basta tornar visível analiticamente os processos por meio dos quais as práticas culturais formam nossas identidades, diferenças e significações para que se neutralize seus efeitos em termos de governo, de controle e de sujeição.

subjetividade afins às urgências de uma sociedade, de modo a fabricar sujeitos úteis, governáveis, desejando ser o que a cultura deseja que sejam – para concordarem com as representações e valores morais vigentes; para engajarem-se em práticas de consumo; para forjar em pele um si mesmo consoante às demandas do nosso tempo.

ANÁLISE DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE AS PANDEMIAS DE AIDS, ZIKA E COVID COM BASE NOS CONCEITOS DE “DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA E PEDAGOGIAS CULTURAIS

Nesta seção, procuramos explorar os vídeos das reportagens jornalísticas sobre as pandemias de Aids, Zika e Zovid-19 no Brasil com base nos conceitos de “dispositivo pedagógico da mídia e pedagogias culturais.... [...] Para tanto, trazemos informações pertinentes a essas produções resumidas na tabela abaixo.

Tabela 1 – Dados sobre os vídeos analisados

	Extensão (em minutos)	Data da postagem	Visualizações	Veículo
Vídeo aids https://www.youtube.com/watch?v=QYt61w-cerQs&pbjreload=101	9 m i n - 40seg	9 de abr. de 2012	1.222.518 – visualizações	Youtube – reportagem da rede Globo
Vídeo zika https://www.youtube.com/watch?v=Bg9Mr-kBWKKU	13 m i n - 10seg	9 de dez. de 2015	593 visualizações	Youtube – reportagem Sbt Rio
Vídeo covid-19 https://www.youtube.com/watch?v=GQk2_SWLfkQ	08 m i n - 11seg	17 de fev. de 2020	2.974 visualizações	Youtube – reportagem Globo no programa fantástico

Fonte: os autores.

Vídeo: A descoberta da AIDS - 1983 Primeira reportagem na tv brasileira

O vídeo referente a pandemia de Aids vinculado na mídia brasileira trata-se de uma reportagem do ano de 1983, sendo a primeira reportagem da TV brasileira a abordar a descoberta da AIDS no canal da Rede Globo de Televisão.

No primeiro momento, a reportagem apresenta a evidência da pandemia de Aids em nível mundial, destacando a relevância da revista Times que publicou naquele ano uma reportagem em nível de alerta sobre o avanço da Aids. Além disso, a matéria jornalística da Globo destacou a campanha de massa que vem sendo feita sobre esse assunto em rádios, jornais, revistas e na televisão.

Após explicar acerca da importância de tratar da pandemia da Aids, a reportagem apresenta imagens de um leito de hospital e que em caráter educativo permite que a população entenda o que é a Aids, e, em um discurso alarmista e que de fato permite que os telespectadores fiquem um tanto quanto apreensivos quando a reportagem enfatiza que é a “epidemia mais violenta do século”. Segundo Fischer (1997), o discurso opera visando produzir sentidos e, através desse discurso é possível fazer com que o público preste atenção no que está sendo tratado, uma vez que isso pode interferir na sua realidade.

Além disso, as imagens da reportagem de um hospital reforçam essa ideia de medo e espanto nos telespectadores e os dados estatísticos que foram colocados nessa matéria de mortes causadas pela Aids fazem a massa ficar em um alerta, considerando que o canal da Rede Globo está presente na maioria dos lares do Brasil.

Para comprovar que essa situação é verdadeira e que pode atingir qualquer pessoa, a reportagem apresenta um caso real de um homem que contraiu Aids e que já foi hospitalizado diversas vezes por conta dessa doença que afeta sobretudo as defesas imunológicas do organismo.

Outro ponto interessante desse vídeo foi a entrevista com um médico dos EUA sobre a Aids e o avanço dos estudos sobre essa epidemia, o que permite que os telespectadores entendam melhor o que é a doença, como é contraída e os avanços dos estudos para que se tenha uma cura para essa enfermidade.

Vídeo: Especialista explica melhores formas de utilização de repelente e prevenção do Zika vírus

O vídeo referente ao zika vírus é uma reportagem feita pela rede de televisão SBT Rio no ano de 2015. No primeiro momento, com dados precisos a jornalista começa abordando o assunto afirmando que subiu o número de casos de microcefalia no estado. A seguir, o repórter pontua que ocorreu um aumento de 41% no número de novos casos de bebês com microcefalia em apenas uma semana em todo o país.

Segundo a reportagem, de acordo com os dados estatísticos do Ministério da Saúde ocorreram a morte de dezenove bebês em oito estados: Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Ceará, Paraíba e Piauí e que a causa das mortes estão sendo investigadas.

Outro dado importante é que todos os casos tinham suspeitas de infecção causados pelo zika vírus, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, causador da dengue. Em entrevista com o ministro da saúde do Rio de Janeiro, ele pontuou que a situação do zika vírus é gravíssima e que o país se encontra desde novembro em estado de emergência e que esse nível de atenção a saúde pública não acontecia desde 1917, há quase um século.

Além disso, o Rio de Janeiro lançou uma nova campanha contra o mosquito, sendo o foco é a prevenção para evitar criadouros das larvas do *Aedes aegypti*. A reportagem contou ainda com a participação do Superintendente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental Mário Sérgio Ribeiro que esclareceu alguns pontos quanto a situação do zika vírus que é uma situação nova e que precisam ser observadas o que os estudos e os pesquisadores tem apontado quanto a essa questão, pois existem ainda muitas informações falsas que são divulgadas. Ribeiro ainda esclareceu quanto a campanha do Rio de Janeiro sobre o zika vírus que tem como objetivo mobilizar toda a população em geral no combate da propagação dessa doença em eliminar todos os focos e criadouros dos mosquitos dentro das próprias casas.

O discurso de Ribeiro foi muito informativo, esclarecendo as principais dúvidas acerca do zika vírus e de qual o procedimento para denunciar possíveis focos do mosquito e quais os números a população pode ligar para resolver esse problema. Nesse sentido, Costa; Andrade (2015) afirmam que a pedagogia cultural apresenta na mídia são formas eficazes de educar e formar os sujeitos que estão inseridos na sociedade.

A seguir, o jornal trouxe uma matéria sobre os repelentes que estão sendo mais procurados após a ocorrência do zika vírus, sendo uma possibilidade das pessoas se protegerem. Em caráter informativo, a reportagem esclareceu

como deve ser usado o repelente e que, segundo a dermatologista entrevistada, não deve ser usado mais do que três vezes ao dia e que não deve ser usado em crianças com menos de dois anos de idade.

Vídeo: Covid-19 programa Fantástico

O vídeo sobre a pandemia do coronavírus ou COVID-19, trata-se de uma reportagem do programa Fantástico da Rede Globo de Televisão que explana acerca desse novo vírus surgido na China e que aos poucos começa a se propagar pelo mundo. É interessante que o horário da exibição do programa é em horário nobre da televisão brasileira, o que gera mais audiência pois é nesse período que a grande massa está assistindo a programação da TV.

A reportagem destacou que já passaram-se dois meses de pandemia e os pesquisadores ainda se perguntam como age o novo coronavírus. Além disso, o vídeo apresenta uma imagem gráfica do COVID-19 em verde, o que faz com que as pessoas prestem mais atenção no vídeo e que essa imagem venha ao imaginário brasileiro quando é falado sobre essa pandemia do ano de 2020. Nessa perspectiva, segundo Fischer (2002b), os procedimentos técnicos e estéticos assumem um papel de formatar as informações veiculadas pela televisão que caracterizam a noção de televisibilidade.

O repórter trouxe em entrevista uma médica brasileira que participou do debate da Organização Mundial da Saúde (OMS) em Genebra de um encontro em nível mundial. A matéria relatou que essa médica brasileira participou dessa reunião através de videoconferência com os médicos chineses que estavam no centro da epidemia. Segundo o relato da médica, os profissionais de saúde estavam se dedicando ao máximo para conter a propagação dessa doença, tanto que o que mais a surpreendeu foi que eles dormiam cerca de duas a três horas por dia.

Essa reunião de emergência organizada em Genebra tinha duas prioridades: conter imediatamente essa epidemia e conseguir remédios e vacinas, mas que isso não acontece imediatamente.

A reportagem trouxe informações importantes acerca do coronavírus, que se hospedam geralmente em morcegos e algumas vezes esse vírus pode sofrer mutações e acabam contaminando os seres humanos e que essas pessoas infectadas podem contaminar mais sujeitos, o que ocasiona em uma epidemia. Além disso, a matéria trouxe uma entrevista com o médico francês Philippe Klein que é diretor em uma clínica em Wuhan na China que ficou no país para atender os pacientes em meio a epidemia do COVID-19. O médico

relata que aproximadamente 97% dos pacientes que foram contaminados pelo coronavírus foram curados.

Na reunião de Genebra, os pesquisadores questionaram a estratégia utilizada em Wuhan de isolamento da cidade e, segundo o médico francês Philippe Klein, isso é totalmente eficaz e que é esse esforço das autoridades chinesas que permitiu identificar os infectados e evitar que o vírus se espalhasse ainda mais em outras pessoas.

No final da matéria, a médica brasileira relatou que é um desafio para os pesquisadores descobrirem por qual motivo esse vírus pode ser transmitido de uma pessoa para outra e o papel do ambiente na transmissão do COVID-19. Ainda, a título de esclarecimento, ela pontua que entre cinco a seis dias é o período que varia para apresentar os sintomas após ser contaminado com o coronavírus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, retomamos o objetivo deste texto, que foi o de analisar como os meios de comunicação assumem um papel formativo de instância pedagógica, considerando que apresentam determinados textos, sons e imagens balizadores da experiência da realidade, cuja veiculação de informações participa da construção de sentidos atribuídos ao mundo.

Nessa perspectiva, foi possível observar com a análise dos três vídeos sobre a Aids, zika vírus e o COVID-19 um caráter informativo e pedagógico acerca dessas epidemias, servindo para a massa ficar melhor informada sobre o que está acontecendo no mundo e de como é possível se proteger, evitando assim a propagação dessas enfermidades. Assim, a mídia tem um papel de um dispositivo pedagógico que possibilita orientar, informar, na medida que produz imagens e constrói significados. São esses os saberes que influenciam as pessoas, ensinando como devem ser e estar na sociedade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

CAMOZZATO, Viviane. COSTA, Marisa Vorraber. Vontade de pedagogia – pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. Cadernos de pedagogia, UFPEL, vol. 44, n. 22, pp. 22-44, 2013.

CAMOZZATO, Viviane. Pedagogias do presente. Educ. Real., Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 573-593, jun. 2014.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 23, agosto, 2003.

COSTA, Marisa Vorraber. ANDRADE, Paula Deporte de. Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. *Perspectiva*, UFSC, vol. 33, n. 2, pp. 843-862, 2015.

ELLSSWORTH, Elizabet. Posiciones de la enseñanza: diferencia, pedagogia y el poder de la direccionalidad. Madrid: Akal, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p. 290-299, maio/ago. 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002b.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 59-80-, jul/dez. 1997.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Uma análise foucaultiana da tv: das estratégias de subjetivação na cultura. *Currículo sem Fronteiras*, v.2, n.1, pp.41-54, jan/jun 2002a.

HALL, Stuart. “Codificação/Decodificação”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. SOVIK, L. (Org.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013. pp. 428-447.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação. & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade – introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Carla Daniella Teixeira Girard – Brasileira. Nascida a 11 de dezembro de 1987. Natural de Belém-PA. Doutoranda em Educação e Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA/Campus Paragominas) e Docente da Universidade Paulista (UNIP/Paragominas).

Link de acesso ao currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4185308849454786>.

Endereço eletrônico: carlinhagirard@yahoo.com.br

Heider Carlos Matos – Brasileiro. Nascido a 23 de agosto de 1987. Natural da cidade de São Bento – MA. Mas, ludovicense (Natural de São Luís-MA) por amor e paixão. Mestrando em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA); Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação; Especialista em Docência pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Graduado em Comunicação Social, na habilitação Jornalismo, pela Universidade Estácio. Técnico em Produção Audiovisual pelo Senac. Possui experiências em produção, redação, reportagem, Social Media, Marketing Digital, Assessoria de Imprensa e Produção Audiovisual. Atuou como repórter/produtor no Grupo Mirante de Comunicação (afiliado a Rede Globo) e assessor de imprensa em diversas instituições. É pesquisador e desenvolve estudos sobre Processos Midiáticos, Estudos Étnicos, Estudos Culturais, Mídias e Redes Sociais, Esfera Pública e Globalização.

Link de acesso ao currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8873996622321910>.

Endereço eletrônico: heidercarlosmatos@hotmail.com.

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br